

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

CIBELE MONTEIRO DA SILVA

**Documentação cafeeira das cidades do Fundo do Vale do Paraíba paulista: a
concentração e desconcentração da documentação cartorária e judicial custodiada ao
Museu Major Novais – Cruzeiro/SP**

São Paulo

2016

CIBELE MONTEIRO SILVA

Documentação cafeeira das cidades do Fundo do Vale do Paraíba paulista: a concentração e desconcentração da documentação cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novaes – Cruzeiro/SP

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 01 de setembro de 2016. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Estudos Culturais

Orientador:

Prof. Dr. Andrea Cavicchioli

Co-orientador:

Prof. Dr. Carlos Henrique Barbosa Gonçalves

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Silva, Cibele Monteiro da

Documentação cafeeira das cidades do fundo do Vale do Paraíba paulista : a concentração e desconcentração cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novais - Cruzeiro (SP) / Cibele Monteiro da Silva ; orientador, Andrea Cavichioli ; co-orientador Carlos Henrique Barbosa Gonçalves. – São Paulo, 2016

113 f. : il

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Versão corrigida

1. Arquivos - Conservação - Vale do Paraíba. 2. Arquivos - Preservação - Vale do Paraíba. 3. Documentos jurídicos - Vale do Paraíba. 4. Patrimônio cultural - Vale do Paraíba. I. Cavichioli, Andrea, orient. II. Gonçalves, Carlos Henrique Barbosa, co-orient. III. Título

CDD 22.ed.- 027.098161

Nome: SILVA, Cibele Monteiro

Título: Documentação cafeeira das cidades do Fundo do Vale do Paraíba paulista: a concentração e desconcentração da documentação cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novaes – Cruzeiro/SP

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de Concentração:
Estudos Culturais

Aprovado em: 01 de setembro de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

Agradecimentos

Aos meus orientadores Andrea Cavicchioli e Carlos Henrique Barbosa Gonçalves, pelo apoio e ensinamento.

Aos membros da banca os professores Luiz Antonio Cruz Souza, Valéria Barbosa de Magalhães e Paulo César Garcez Marins, pelos generosos conselhos.

Aos entrevistados e consultados para a realização dessa pesquisa os professores Carlos Almeida Bacellar, Fábria Barbosa Ribeiro, Maria Cristina Cortez Wissenbach, Rafael de Bivar Marquese e Renato Leite Marcondes; assim como Anderson dos Santos; Angela Margarete Caniato; Breno Servidone Moreno; Cláudia Isabel Ribeiro Santos; Cláudio Márcio de Carvalho Costa; Daniela Cassau; Diego Amaro de Almeida; Igor Blummer Marigone; Joaquim Roberto Fagundes; José Luiz de Moraes; Lúcia Helena Nader; Marco Aurélio dos Santos; Norma Cianflone Cassares; Thereza Maia e Vicente Vale, por toda a contribuição.

Aos funcionários do Museu Major Novaes e à Secretaria de Relações Institucionais, Cultura e Esporte de Cruzeiro, por permitirem a aproximação ao acervo.

À Professora Monica Junqueira de Camargo, diretora do CPC-USP, aos meus caros colegas de trabalho e ao Centro de Preservação Cultural da USP, pelo apoio, incentivo e oportunidade.

À Joseane Fontaine e Lauro Maia Cavalcanti, pela hospitalidade.

Aos meus pais, irmãs, avós e cunhados, pela compreensão da minha ausência nesses últimos meses.

Ao Hugo, por todo amor, ajuda e paciência.

RESUMO

SILVA, Cibele Monteiro **Documentação cafeeira das cidades do Fundo do Vale do Paraíba Paulista**: a concentração e desconcentração da documentação cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novaes – Cruzeiro/SP. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão corrigida.

O objetivo da pesquisa é compreender as práticas culturais ligadas aos processos de concentração e desconcentração cartorária e dos autos judiciais cafeeiros da região do Fundo do Vale do Paraíba Paulista. O estudo é focado nas Varas de Comarcas de Bananal, Cruzeiro, Lorena, São José do Barreiro e Silveiras, das quais a documentação em análise é originária. Após passar pelo recolhimento dos processos que corriam riscos de eliminação por decisão judicial, a documentação está presentemente custodiada no Museu Major Novaes em Cruzeiro, São Paulo. A pesquisa examina os aspectos de conservação material desse patrimônio cultural documental, tendo em vista as várias ações de reconhecimento e proteção empreendidas desde a década de 1970. Paralelamente, a dissertação aborda questões patrimoniais de ordem imaterial, identificadas por meio das análises das diretrizes, práxis institucionais, bem como por intermédio das histórias das pessoas que tiveram contato com o acervo. O estudo discute ainda a evolução da produção acadêmica vinculada a este patrimônio, evidenciando sua importância como base documental para a revisão de perspectivas históricas que contribuíram para leituras mais amplas sobre a sociedade do período do café. Considerando a relevância da produção acadêmica na valorização destes documentos, a pesquisa evidencia a necessidade da criação de políticas integradas de preservação dos mesmos.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Conservação preventiva. Acervos documentais. Acervos arquivísticos judiciais. Vale do Paraíba Paulista.

ABSTRACT

SILVA, Cibele Monteiro. **Coffee documentation of the cities of the São Paulo State Paraíba Valley**: the concentration and scattering of cartorial and judicial documentation in custody of the Major Novaes Museum – Cruzeiro/SP. 2016. 120 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Corrected version.

The goal of this research is to understand the cultural practices at play in the concentration and scattering of the cartorial and judicial documentation of the municipalities of São Paulo State Paraíba River Valley. The study is focused on the cities of Bananal, Cruzeiro, Lorena, São José do Barreiro and Silveiras, from which all the documentation originates. After being collected from sets of processes that were to be eliminated by judicial order, the documentation is currently under the custodianship of the Major Novaes Museum in Cruzeiro, São Paulo. Considering the various assessment and preventive measures taken since the 1970's, the research examines the various aspects pertaining to the conservation conditions of this cultural heritage documentation. Immaterial heritage issues are also taken into account in the discussion, framing such considerations under the light of the directives and common institutional practices, as well as the stories produced by the people that have had contact with the document collection. The dissertation also discusses the evolution of the academic production that has developed itself from research based on this documental legacy, thus bringing to light its importance as a scientific source for the revision of historical perspectives and its contributions for a wider understanding of society during the coffee production cycle. Taking into account its growing significance for relevant academic production, the research highlights the need to implement integrated preservation policies for this documental collection.

Keywords: Cultural heritage. Preventive maintenance. Document collections. Judicial archive collections. São Paulo State Paraíba River Valley.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem de satélite do Estado de São Paulo indicando o Vale do Paraíba, com destaque para a região do Fundo do Vale do Paraíba	14
Figura 2 – Imagem de satélite aponta áreas visitadas durante a pesquisa: Guaratinguetá e cidades do Fundo do Vale do Paraíba, com destaque para Cruzeiro onde está localizado o Museu Major Novaes.....	14
Figura 3 – Porcentagem de documentação de natureza jurídico cartorial na região do Fundo do Vale em 1988	33
Figura 4 – Estado de organização dos acervos de natureza jurídico cartorial em 1988	34
Figura 5 – Imagem de satélite do perímetro urbano de Cruzeiro com destaque para a localização do Museu Major Novaes	43
Figura 6 – Imagem do acervo armazenado no Museu Major Novaes em algum momento durante a gestão de Vicente Vale (1998-2008).	45
Figura 7 – Planta baixa do pavimento inferior indicando a área de guarda onde estava armazenado o acervo durante a gestão de Vicente Vale (1998-2008).	46
Figura 8 – Gráfico elaborado a partir dos dados fornecidos no site do TJSP aponta que apenas 5% de sua massa documental estaria destinada à entidades de preservação e difusão. Além disso, aponta que 48.1% estaria armazenada em cidades do interior paulista, enquanto que 33.9% armazenadas na Capital e o restante (17.6%) sob a guarda de empresa terceirizada.....	61
Figura 9 – Documentação da Câmara e Prefeitura de Bananal armazenada em sala do Solar Aguiar Valim, após sua restituição em 2013	64
Figura 10 – Documentação em péssimo estado de conservação	68
Figura 11 – Esmaecimento do pigmento da tinta e perda de suporte	68
Figura 12 – Documento em ótimo estado de conservação	69
Figura 13 – Vista do Museu Major Novaes e seu jardim em março de 2015.....	81
Figura 14 – Planta baixa do pavimento inferior indicando onde está armazenado o acervo desde 2014.....	83
Figura 15 – Condições de armazenamento de parte do acervo judiciário custodiado ao Museu e também outros acervos pertencentes ao Museu em setembro de 2015	84
Figura 16 – Condições de armazenamento de parte do acervo judiciário custodiado ao Museu em abril de 2016.....	85

Figura 17 – Exemplo de acondicionamento e identificação dos processos.....	88
Figura 18 – Primeiras páginas manuscrito apresentam perda de boa parte da informação, causadas por ataque de brocas e fungos	89
Figura 19 – Comparação dos parâmetros microclimáticos em três distintos períodos do ano no arquivo do Museu Major Novaes	91
Figura 20 – Valores horários do monitoramento da temperatura do arquivo do Museu Major Novaes de 15/09/2015 a 26/04/2016	93
Figura 21 – Valores horários do monitoramento da umidade relativa do arquivo Museu Major Novaes de 15/09/2015 a 26/04/2016	93
Figura 22 – Frequência de ocorrência de amplitudes térmicas diárias no arquivo do Museu Major Novaes de 15/09/2015 a 26/04/2016	93
Figura 23 – Frequência de ocorrência de amplitudes higrométricas diárias no arquivo do Museu Major Novaes de 15/9/2015 a 26/4/2016	93
Figura 24 – Valores horários do monitoramento da temperatura no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016.....	94
Figura 25 – Valores horários do monitoramento da umidade relativa no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016.....	94
Figura 26 – Frequência de ocorrência de amplitudes térmicas diárias no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016.....	94
Figura 27 – Frequência de ocorrência de amplitudes higroscópicas diárias no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016	94
Figura 28 – Curva temporal da concentração de ozônio no interior do casarão do Museu do Major Novaes de 27/4/2015 a 26/6/2016	98
Figura 29 – Frequência de ocorrência de concentrações horárias de ozônio no interior do casarão do Museu do Major Novaes de 27/4/2015 a 26/6/2016	98
Figura 30 – Os dados de contagem de unidades formadoras de colônias de fungos presentes no ar do Museu Major Novaes no dia 24/4/2016	99
Figura 31 – Dados de contagem de unidades formadoras de colônias de bactérias presentes no ar do Museu Major Novaes no dia 24/04/2016	100
Figura 32 – Gráfico mostra a porcentagem de documentação cartorária pesquisada entre 1970 e 1990 e sua provável destinação	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela apresentada no relatório do Museu elaborado por Cláudia Ribeiro em fevereiro de 2015.....	81
Tabela 2 – Valores microclimáticos médios em três distintos períodos do ano no arquivo do Museu Major Novaes	91
Tabela 3 – Valores microclimáticos médios referentes ao Arquivo Central de Cruzeiro.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASP	Associação dos Advogados de São Paulo
ADAI	Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Iberoamericanos
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
CAM	Centro de Assistência aos Municípios
CODEARQ	Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico
CSM	Conselho Superior da Magistratura
DGSAESP	Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
DPDA	Departamento de Preservação e Difusão do Acervo
EACH-USP	Escola de Artes Ciências e Humanidades
IEV	Instituto de Estudos Valeparaibanos
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Partido da República
PRONAME	Programa Nacional de Gestão Documental e Preservação da Memória do Judiciário
SISEM-SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
UNISAL	Universidade Salesiana de Lorena
UR	Umidade Relativa
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	13
1.2	REFERENCIAIS TEÓRICOS	19
1.3	ALGUMAS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS NO FUNDO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA E EM GUARATINGUETÁ.....	24
2	DA PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CAFEEIRA ANTES DA CONCENTRAÇÃO	29
2.1	A PESQUISA AOS ACERVOS CARTORÁRIOS E JUDICIAIS PELO CONDEPHAAT 1974-1975	29
2.2	PESQUISAS ACADÊMICAS ATÉ 1998	31
2.3	O RECOLHIMENTO COMO REAÇÃO	36
3	DA CONCENTRAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA E JUDICIAL CUSTODIADA AO MUSEU MAJOR NOVAIS	42
3.1	O MUSEU MAJOR NOVAES	42
3.2	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO	44
3.3	PESQUISA ACADÊMICA	49
4	DA DESCONCENTRAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA E JUDICIAL CUSTODIADA AO MUSEU MAJOR NOVAES	52
4.1	AS PRIMEIRAS AÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	53
4.2	O PAPEL DA PESQUISA ACADÊMICA	65
4.3	NOVA DIREÇÃO NA GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO	70
4.4	A APROXIMAÇÃO COM O ACERVO, MONITORAMENTO E DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DE PRESERVAÇÃO	80
4.5	DESCRIÇÃO DO MICROCLIMA NO MUSEU MAJOR NOVAES	91
4.6	DESCRIÇÃO DO MICROCLIMA NO ARQUIVO CENTRAL DE CRUZEIRO	94
4.7	ANÁLISE DE DADOS DE CONTAMINAÇÃO QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DO AR	97
4.8	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA....	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103

REFERÊNCIAS	108
--------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

O plantio do café em São Paulo se deu a partir do final do século XVIII, quando apareceram as primeiras plantações comerciais nas vilas que cresceram ao longo do Caminho Novo da Piedade (atuais Queluz, Areias, Bananal, São José do Barreiro, Silveiras e Lorena), no Fundo do Vale do Rio Paraíba do Sul. O sucesso da produção da rubiácea nas cidades fluminenses de Resende e São João Marcos estimularam os produtores do lado paulista (BENINCASA, 2007, p. 27).

O Vale fica entre as Serras da Mantiqueira e do Mar, na parte leste do estado, região de fronteira com Minas Gerais e Rio de Janeiro. Durante o período colonial, foram abertos nessa região vários caminhos pela mata como forma de transportar o ouro extraído das minas e o fazer chegar à metrópole. A atual rodovia dos Tropeiros perfaz o Caminho Novo da Piedade, que foi construído entre 1725 e 1778 para o transporte do ouro, ligando assim Lorena ao Rio de Janeiro. A difusão do café em São Paulo foi facilitada por esse canal de comunicação.

Com o fim da exploração do ouro em Minas e a quebra do monopólio brasileiro na produção de açúcar, a sobrevivência econômica da região foi garantida pelo trânsito de tropas de muares que traziam e levavam notícias e produtos das capitais, estimulando o comércio de beira de estrada e a agricultura de subsistência.

Em sua tese de doutorado sobre as fazendas paulistas, Vladimir Benincasa (2007, p. 29) considera este um fator interessante a se considerar na chegada do café às terras paulistas. Segundo ele, a circulação de bens de consumo e novidades a respeito do café podem ter contribuído no desenvolvimento do plantio da rubiácea no Fundo do Vale do Paraíba¹.

¹ O termo Fundo do Vale do Paraíba Paulista é frequentemente definido pelos atuais municípios de Lorena, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Queluz, Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal. Definição encontrada na descrição do projeto “Café e escravidão no Caminho da Piedade, 1800-1888”, desenvolvido por professores do Departamento de História da USP com a coordenação de Rafael de Bivar Marquese. In: <https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=17A20F35D191>. Acessado em 03/09/2016.



Fig. 1 - Imagem de satélite do Estado de São Paulo indicando o Vale do Paraíba (em vermelho), com destaque para a região do Fundo do Vale do Paraíba. Fonte: Google Earth



Fig. 2 - Imagem de satélite aponta áreas visitadas durante a pesquisa: Guaratinguetá e cidades do Fundo do Vale do Paraíba, com destaque para Cruzeiro onde está localizado o Museu Major Novaes. Fonte: Google Earth

Benincasa aponta que em 1817 havia na região cerca de 200 pequenos cafeicultores com aproximadamente mil escravos para executar o trabalho de produção de cem toneladas de café. O autor explica que esse “sistema de plantação comercial com vistas ao mercado externo” (BENINCASA, 2007, p. 30) em muito se assemelhava à produção de cana-de-açúcar, aproveitando-se de algumas dessas fazendas seus modos de organização, gestão e exploração da mão de obra escrava.

Os altos preços atingidos pelo café em 1822 promoveram novas plantações e compra de escravos, levando à dominação da produção pelas grandes propriedades com maior número de escravos. Benincasa indica ainda que a partir de 1851, a produção de café no Brasil supera a de açúcar e que, em 1854, a produção paulista de café chegou a 51 mil toneladas em 2.600 fazendas, utilizando para tal a mão de obra de 54 mil escravos.

O relevo do Fundo do Vale do Paraíba apresenta algumas particularidades que favoreceram o plantio do café. Esta região, de terreno acidentado conhecido como “mar de morros”, que antes do surgimento da cultura do café estava coberta por uma espessa camada de mata atlântica, era rica de rios e nascentes, com o solo fértil da floresta e a boa insolação.

O avanço da produção de café das lavouras comerciais do Rio de Janeiro em direção a São Paulo modificou drasticamente a paisagem do Fundo do Vale, inicialmente pelo trecho do Caminho Novo da Piedade que ligava o Rio a São Paulo. Segundo Carrilho, para o fazendeiro, a paisagem era tida “como coisa hostil, como obstáculo a transpor”, estabelecendo-se assim a sistemática derrubada e queimada das matas e abrindo lugar aos cafezais (CARRILHO, 1994, p. 85).

O chamado capitalismo de *plantations*, o tipo de lavoura de produção de café inserida no Vale, requeria muito dinheiro para investimento. Tratava-se de uma lavoura dispendiosa e que levava alguns anos até a primeira safra do grão. Essa “exigência” econômica da produção atraiu homens ricos e de posse em Minas Gerais, os ditos “capitalistas”. Em seu livro sobre a trajetória das construções residenciais paulistas, Carlos Lemos destaca a relevante entrada de mineiros com condições financeiras suficientes para alavancar a cafeicultura no Estado (LEMOS, 1999, p. 134).

Para Benincasa, a vocação urbana do fazendeiro novo, provavelmente ajudou a formar as cidades na região, sendo os principais exemplos Vassouras, no Rio de Janeiro, e Bananal em São Paulo, cidades que tiveram importantes áreas urbanas marcadas pelos casarões e sobrados dos senhores do café.

A proximidade dessas cidades com a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, e o contato com as novidades que os filhos de fazendeiros passaram a ter com a Europa quando lá iam estudar, refletiu-se na forma de viver e nos novos hábitos e gostos dos fazendeiros abastados que agora aprendiam a falar francês e passaram a valorizar a “boa educação” e dos costumes “europeizantes” (LEMOS, 1999, p. 137).

Esses costumes surgiram no contexto de abundância e riqueza do período, marcado pela presença da corte que trazia consigo os modos de Portugal e de outros grupos estrangeiros. Assim, no Brasil Império, as elites econômicas miravam a corte e a Europa, alcançando títulos nobiliárquicos e cargos públicos, tal era a importância da produção das fazendas, num processo efêmero de enriquecimento.

A região do Vale recebeu forte influência das técnicas de construção vindas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A utilização da taipa de mão (pau a pique) nas construções

propiciou novos métodos de construção, possibilitando edificações mais leves e apuradas. Adicionalmente, a construção da casa em meia encosta, a adoção do porão e óculos de ventilação, a inclusão de detalhes mais refinados de acabamentos, escadarias, cachorros e cimalthas revelam consideráveis mudanças na arquitetura do Vale (LEMOS, 1999, p. 136 e 137).

Benincasa afirma que apesar da invariabilidade da técnica do pilão houve na casa rural do Fundo do Vale do Paraíba uma inovação significativa no que refere ao partido arquitetônico: as generosas salas de recepção, com mobília e decoração requintadas, prata e porcelana. Muitas tinham forros e paredes decoradas com pinturas de cenas, em geral, europeias e da mitologia grega. As técnicas de pinturas realizadas nos casarões dos ricos fazendeiros eram trazidas pelos imigrantes estrangeiros, dos quais destacamos Maria Villaronga y Panella (pintor, decorador e arquiteto de origem catalã), presente no Fundo do Vale do Paraíba.

Essas prósperas fazendas desenvolveram grandes núcleos de concentração populacional, cidadelas formadas em um grande “feudo” agrícola, que incluía, para além da família proprietária da fazenda e seus parentes e agregados, escravos e feitores, bem como ferreiros tropeiros que passavam pela região.

O historiador Rafael Marquese, em seu texto sobre a cultural visual do período da escravidão no Vale cafeeiro, chama a atenção para o significado da “cultura de refinamento”, desenvolvida pela elite do café e sua construção de identidade com essas referências clássicas e europeias (MARQUESE, 2010, p. 120).

Para ele, a primeira fase da cultura do café em São Paulo é marcado por um “duplo eixo de refinamento e brutalidade”. Refinamento da classe de senhores cafeeiros e suas construções repletas de luxo com pinturas murais e obras de arte, em contraponto com a brutalidade das relações escravistas apoiada em um regime de controle e dominação (MARQUESE, 2010, p. 85).

A utilização de técnicas inadequadas de plantio e cultivo - contribuindo para o mau uso da terra e sua conseqüente erosão - foram as principais causas da decadência do café no Vale. Dentre essas inadequações, destacou-se o plantio do café alinhado verticalmente que, ao não acompanhar as curvas de nível dos morros, facilitou a remoção da camada fértil do solo pelas chuvas, diminuindo consideravelmente a produtividade do solo e o tempo de vida útil do cafeeiro.

O processo de abolição da escravatura no Brasil, que culminou com a homologação da Lei Áurea em 1888, representou o fim da exploração de mão de obra escravizada, representando uma drástica mudança no modo de produção, tendo gerado resistência entre os fazendeiros do Vale, que não aceitavam o novo tipo de trabalho baseado na mão de obra assalariada e imigrante.

A devastação acelerada dos recursos naturais e as dificuldades no transporte e comunicação com os grandes centros somaram-se ao reduzido interesse dos fazendeiros no trabalhador assalariado imigrante, levando a um rápido processo de decadência na produção de café no Fundo do Vale do Paraíba. Dessa forma, as ricas e pujantes lavouras de café no Vale tornaram-se “uma paisagem a caminho do desolamento, cada vez mais saudosa dos seus tempos de grandiosidade” (MAIA et al., 1975, p. 44).

Acompanhando a decadência econômica e social do Vale, deu-se um gradual processo de degradação das construções arquitetônicas de moradia e instalações produtivas das fazendas cafeeiras do Vale, incluindo suas pinturas, documentação, objetos de arte e decoração. Assim, muito do que poderia servir como herança patrimonial de um período tão marcante para a história da região, encontra-se, desde então, esquecido ou degradado pela ação do tempo, como pudemos constatar em trabalho de campo.

Apesar desse marcante quadro geral de abandono retratado pelo escritos percebemos, nos dias de hoje, um crescente interesse por pesquisas históricas sobre o tema, tanto no campo acadêmico, como no âmbito de instituições de naturezas diversas, tais como órgãos de preservação e centros de cultura regionais, que contribuem significativamente na construção de novas perspectivas históricas e memorialísticas.

Os conhecimentos sobre a pesquisa de História e de Patrimônio vêm sendo continuamente revisados, focando-se as discussões atuais no valor histórico ou patrimonial da representação dos diferentes grupos sociais, bem como as variadas formas de identificação cultural e construção de histórias.

Nessa perspectiva, Canclini em “Culturas Híbridas” (CANCLINI, 2010, p. 172), critica a celebração do patrimônio no seu sentido tradicional de encenação teatral que objetiva a manutenção da ordem social, naturalizando o vínculo forjado entre a cultura oficial e o poder econômico. O tradicionalismo de que esse autor fala, “incapacita para viver no mundo contemporâneo”, impedindo os processos de “aprendizagens autônomas e a produção de inovações”.

Frente aos riscos de consolidação de uma “cultura sepulcra, a disciplina de Estudos Culturais tem uma especial contribuição a dar no debate sobre patrimônio. Ao ajudar a entender as relações de poder que determinam a preservação ou a destruição de um determinado remanescente da cultura material de uma época ou sociedade, a disciplina de Estudos Culturais abre relevantes perspectivas teóricas sobre o papel dinâmico do patrimônio na produção cultural, tema que abordaremos em seguida.

1.2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

A perspectiva multidisciplinar da pesquisa se coloca como um eixo e desafio próprios do campo do patrimônio cultural, e se depara com conceitos e práticas muitas vezes naturalizados, mas que ao mesmo tempo se mostram complexos e conflituosos. O patrimônio cultural e sua preservação, ao mobilizar todo um campo de forças sociais conflitantes, sedimenta concepções e atribui valores de ordem diversa, tanto no sentido político como no sentido representativo da sociedade como um todo.

Para compreender isso diante do objeto de pesquisa, serão descritos e relacionados alguns desses conceitos, buscando apresentar alguns autores e a forma como suas ideias podem contribuir no patrimônio cultural, tanto como campo de teorização, quanto prática de preservação de artefatos de cultura material e da memória coletiva.

O caráter político e social do tema deve ser abordado no sentido de se imaginar um sentido para a preservação de objetos e documentos. A perspectiva de inovação a partir de “aprendizagens autônomas”, emprestando a expressão utilizada por Canclini, pode ser construída através desses documentos, testemunhos materiais, cujo acesso tornaria possível a elaboração de múltiplas narrativas e interpretações.

O historiador francês Jacques Le Goff apresenta o conceito de documento/monumento como base importante na construção e legitimação de memórias. Segundo esse autor, o documento e o monumento seriam as formas materiais da memória coletiva e, dessa forma, a sua preservação o inevitável produto de uma operação de escolha (LE GOFF, 2010, p. 485).

O monumento seria assim o registro escolhido pela sociedade como legado do passado, desde os antepassados até a contemporaneidade. O documento, por outro lado, seria o elemento que, com efeito de prova, o historiador seleciona para escrever a história levando em consideração as condições e motivações de sua produção.

Desta forma, Le Goff propõe a ampliação do conceito de patrimônio, em que o documento deixa de ser um mero suporte de informação veiculador da verdade absoluta e passa a ser, antes de tudo, um vestígio de um momento histórico, produzido em um determinado contexto histórico, político e social. A persistência da permanência de um documento pode estar associada, muitas vezes, à manutenção de grupos e seus compromissos de verdade políticos e ideológicos.

Preservar a memória significa valorizar as práticas sociais mediadas pelos espaços e objetos, já que o valor de um bem cultural não é intrínseco à sua materialidade. Para Meneses,

o valor de um bem cultural não é inerente a “coisas ou práticas”, mas o “valor é sempre uma atribuição”. Nessa formulação, a atribuição de valor de identidade e de memória é criada pela sociedade e não somente pelo Estado que por sua vez, tem o poder de privilegiar ou desfavorecer valores dessa mesma sociedade (MENESES, 2012, p. 34).

Meneses reforça a ideia de que a memória é uma construção social ligada à formação da identidade coletiva e nacional. Assim, a memória está em “permanente construção e reconstrução”, não sendo apenas um acontecimento do passado, mas um processo que se desdobra e reconstrói no presente. Sobre esse ponto, Meneses critica o uso do termo “resgate da memória”, que entende como uma “ilusão”, já que a memória é entendida como se tratasse de um objeto estático (MENESES, 2012, p. 34).

No texto, o autor aponta duas formulações contemporâneas da memória: a primeira, mais conservadora, é ligada à fetichização dos objetos e lugares, tratando a memória de maneira acrítica e mercadológica. Na outra formulação, Meneses aponta a memória como resposta a essas “alienações provocadas pela expropriação da memória”, num movimento de reconhecimento do patrimônio cultural em sua dimensão diversa e inclusiva, a partir de desenvolvimentos de uma consciência política e cultural.

Importa a reflexão sobre as permanências e ausências nas questões relativas ao patrimônio, entendendo patrimônio e cultura como fenômenos vivos, em processo constante de revisão e transformação, buscando compreender o papel dos acervos arquivísticos, sua função como artefato para a pesquisa da história, bem como a sua representação simbólica no âmbito da sociedade (CAMPOS, 2011, p. 13).

Nesse sentido, o artigo que discorre a respeito das ações do atual IPHAN frente ao patrimônio nacional, o sociólogo Sérgio Miceli discute a política de preservação voltada à memória unívoca da “cultura oficial” promovida pelo órgão. O autor cita a “amnésia da experiência dos grupos populares, populações negras e dos povos indígenas” (MICELI, 1987, p. 44).

Segundo Miceli, as ações do órgão relativas à cultura material privilegiaram os monumentos e edificações remanescentes do período colonial, firmando-se como “uma opção inequívoca pelos bens de pedra e cal em detrimento de outras modalidades de acervo” defendendo a preservação do patrimônio a partir do conceito da democratização dos processos de preservação (MICELI, 1987, p. 47):

“[...]” trata-se de democratizar o acervo, os métodos de exposição do acervo, os meios de acesso ao acervo, os espaços de debate sobre o acervo; trata-se igualmente de assegurar a representatividade dos setores da comunidade e dos movimentos sociais atingidos por decisões preservacionistas. (MICELI, 1987, p. 47)

Sob essa perspectiva, Meneses sugere que os valores podem ser partilhados e as iniciativas turísticas que levem vantagens econômicas para cidades e comunidades podem ser benéficas. Porém, o autor afirma a necessidade da realização de pesquisa sobre os agentes que, através dos registros documentais e imateriais, constroem a memória em seus diversos “papéis sociais”, e sem a qual “debilita-se o estudo da memória” (MENESES, 1992, p. 20).

Para Meneses, a identidade cultural é o encontro do indivíduo consigo mesmo, reconhecido em um sentido coletivo e que marca esta identificação por meio da repetição de práticas. Segundo o historiador, esse movimento de reiteração é uma atitude de conservar as práticas que “privilegia o reforço em detrimento da mudança”. Afirma ainda que a memória é o suporte fundamental da identidade, o eixo de atribuições “que articula e categoriza aspectos da realidade, dando lógica e inteligibilidade” (MENESES, 1984, p. 33).

Para ele, os documentos não devem ser objeto de pesquisa “o objeto é sempre a sociedade”, os documentos são instrumentos de conhecimento dessa sociedade, associando o uso de documentação textual e fontes visuais em seu texto sobre a fotografia emblemática de Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha. Ele discute a problemática do estudo histórico a partir de um único documento. Para Meneses “é sempre temerário, quando não completamente comprometedor, trabalhar com um único documento, pois o alcance do conhecimento produzido não poderia ser avaliado”. (MENESES, 2003, p. 150).

No texto de prefácio de uma publicação sobre o Arquivo do Estado de São Paulo, Meneses fala da importância da garantia de acesso universal à informação e do direito à memória e à consciência histórica, já que “à medida que as práticas tradicionais perdem a vitalidade, os documentos escritos ocupam o lugar das fontes orais e os objetos e evocações fazem as vezes da memória vivida.” Por meio desse processo, a memória deixa de ser rememoração e passa a ser cognição, “ainda que afetivamente marcada”, permitindo ao sujeito situar-se em um “fluxo de transformações que, de outra maneira, permaneceria ininteligível e alienante” (CAMPOS, 2011, p. 13). Nesse sentido, a busca de uma identidade nacional, pautada na integração supostamente harmônica entre grupos sociais historicamente tratados de maneira desigual, neutraliza conflitos e mascara contradições.

Canclini, também, trata da luta material e simbólica entre as classes representadas nos museus e nos espaços de memória, testemunhas da desigualdade: “Consagram-se como

superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, quer dizer, para controlá-los melhor” (CANCLINI, 2010, p. 195).

Para encontrar um rumo a uma política cultural social que considere o caráter híbrido e desigual do patrimônio, Canclini defende a reformulação do conceito de patrimônio frente aos desafios da modernidade, consciente da complexidade histórica a que se remete.

Em sua concepção, a refutação da origem das tradições e da originalidade que caracterizam a modernidade, pode ser útil na construção desse “futuro do passado”, principalmente no contexto híbrido latino-americano, em que essa construção não deve ser feita com a destruição do referente tradicional, mas com o seu questionamento e resignificação.

Canclini destaca o papel dessas construções semânticas, criticando a reificação e naturalização da ideologia oligárquica nas culturas latino-americanas, bem como a afirmação da cultura das classes dominantes por meio dos museus. O autor explica que essas oligarquias afirmaram o valor dos bens culturais que as representavam e se apropriaram de bens populares, o chamado “folclore” - termo que designaria a posição subalterna econômica e culturalmente - mantendo dessa forma a representação política autoritária dos grupos dominantes (CANCLINI, 2010, p. 172).

Segundo o autor, as alianças entre as iniciativas dos museus e da sociedade, podem proporcionar mudanças e inovações tanto no conceito de museologia, como no papel do patrimônio na democratização da cultura. Assim, analisando a política patrimonial na América Latina, Canclini considera útil a reflexão sobre o lugar do museu no desenvolvimento cultural.

Portanto, o patrimônio cultural deve ser reconhecido em um sentido amplo, representante da diversidade cultural de um povo e suas manifestações, sejam estas herdadas, esquecidas ou acrescidas, em transformação e resignificação constante, dependendo das perspectivas de quem se ocupa de sua preservação e com qual finalidade.

Nesse sentido, a definição do termo patrimônio aproxima-se do conceito de memória. Em texto que trata da questão da memória no campo das ciências sociais, Meneses discorre sobre o que chama de “amnésia social”, afirmando que a memória da sociedade depende também de “mecanismos de seleção e descarte”. Assim, o esquecimento pode funcionar como instrumento de opressão social, seja por meio da “amnésia na história dos excluídos” e das minorias sociais, seja por meio de um “processo de reificação da memória” que desarticule as

práticas sociais das suas representações, e esvaziando o patrimônio de sentido (MENESES,1992, p. 16).

A preservação do patrimônio é portanto uma ação cultural que se desenvolve por meio de atribuições de valor e significado, passando pela atuação de prefeituras, museus e arquivos, e que abrange uma série de questões técnicas e financeiras que não é nem autônoma, nem tão pouco neutra.

A partir dessas premissas, a presente pesquisa de mestrado busca compreender aspectos das práticas culturais envolvidas na formação de um acervo em uma das cidades do Fundo do Vale do Paraíba que, além de se destacar pelo processo de reunião da documentação, tem se consolidado como importante fonte de pesquisa e revisão histórica dessa região.

O estabelecimento de um arquivo de documentação cafeeira de natureza cartorária e judicial referente a algumas cidades do Fundo do Vale, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de várias pesquisas acadêmicas. Essas pesquisas apontam leituras diversas que suplantam o tradicionalismo da memória exclusiva de um passado pertencente exclusivamente aos barões do café.

Não obstante, seguem outras interpretações sobre a sociedade do período do café no Fundo do Vale que se desprendem dos discursos das construções monumentais e do passado glorioso dos barões por meio da leitura, transcrição e sistematização de informações contidas nos autos judiciais e documentos cartorários, objetos dessa pesquisa.

1.3 ALGUMAS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS NO FUNDO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA E EM GUARATINGUETÁ

Nossa primeira viagem de trabalho de campo ao Fundo do Vale do Paraíba aconteceu entre os dias 22 e 26 de junho de 2014. Essa foi uma experiência fundamental para o reconhecimento do local, da paisagem, das fazendas, das histórias e pessoas ligadas à área de cultura e patrimônio de algumas das cidades do Fundo do Vale do Paraíba.

Percebemos que o Fundo do Vale apresentava algumas discrepâncias no que toca à questão da preservação de acervos documentais. Na procura de documentos na região observamos que enquanto em algumas cidades não havia qualquer museu ou arquivo organizado, noutras havia a presença mais ou menos consolidada deste tipo de instituição.

Na época dessa primeira viagem, Bananal e São José do Barreiro² não possuíam nenhuma instituição de guarda de documentação em caráter permanente. Segundo os contatos estabelecidos com pessoas da área da cultura nessas cidades, foi-nos indicado que acervos documentais desses municípios haviam sido recolhidos para o Museu Major Novaes, na cidade de Cruzeiro, sendo que estes foram coletados no início da década de 2000 pelo seu ex-diretor, Vicente Vale.

Em Lorena, tivemos notícias de documentos preservados na Cúria Diocesana e da presença do Instituto de Estudos Valeparapibanos (IEV), sediado na Universidade Salesiana de Lorena (UNISAL). O IEV, organiza, desde 1973, um Simpósio de História do Vale do Paraíba em parceria com outras instituições, contando hoje com 200 membros. Além disso, o IEV possui o maior acervo bibliográfico organizado sobre o tema do Vale do Paraíba Paulista, Fluminense e Mineiro, bem como um pequeno acervo constituído por materiais documentais diversos que, segundo o professor da UNISAL Diego Amaro de Almeida³, são fruto de pesquisa deste Instituto.

Em relação à documentação do período do café e sua preservação em arquivos da região, o Prof. Almeida mencionou a iniciativa de Vicente Vale em Queluz, que havia começado a recolher arquivos de cartórios da região, inclusive de Lorena, sugerindo que alguns desses arquivos estariam armazenados no Museu Major Novaes em Cruzeiro.

De Lorena, fomos ao Museu Frei Galvão, em Guaratinguetá, encontrar com Thereza Maia. Folclorista e fotógrafa, ela e o marido Tom Maia são importantes figuras na proteção do

² Visita a Bananal e a São José do Barreiro, junho de 2014.

³ Informação fornecida por Diego Amaro na visita a Lorena, junho de 2014

patrimônio cultural da região, tendo escrito juntos cerca de quarenta livros sobre este tema, instituindo assim um importante centro de documentação e pesquisa na cidade e na região.

Thereza Maia mostrou materiais de pesquisa realizada por ela e Tom Maia sobre o patrimônio do Vale do Paraíba e o arquivo do Museu Frei Galvão. Essa variada documentação incluía gavetas e armários organizados nos mais diversos assuntos relativos à cidade, incluindo temas como fazendas, patrimônio edificado, comércio, igreja, música, festas populares, etc. Muito desse material é fruto das pesquisas do casal, bem como, doações de documentos, fotografias e objetos por parte da população.

O Museu Frei Galvão preserva ainda, no primeiro andar de seu prédio, a documentação cartorária da cidade de Guaratinguetá, compreendendo o período de 1710 até 1960. Em 1985, foi firmado um convênio de cooperação entre o Museu Frei Galvão e o Tribunal de Justiça do Estado de São, que custodiou a documentação com o intuito de preservar esses documentos e possibilitar sua pesquisa⁴.

Em Areias, fomos recebidos pelo secretário de Cultura Cláudio Márcio de Carvalho Costa, que nos informou sobre a documentação cartorária sob custódia da Casa de Cultura. Costa informou que essa documentação foi separada e enviada para Areias a partir do trabalho realizado com Vicente Vale por volta do ano 2000.

Sobre o acervo arquivístico abrigado na Casa, o secretário informou que o arquivo da Casa de cultura tem cerca de 5.800 documentos, mas ele acredita que ainda exista documentação em Cruzeiro referente a Areias. O acervo está presentemente armazenado em uma sala do pavimento superior da antiga Câmara da cidade, em caixas separadas cronologicamente, aguardando tratamento.

No Museu Major Novaes, na cidade de Cruzeiro, conhecemos a socióloga Cláudia Ribeiro, diretora do Museu Major Novaes desde agosto de 2014⁵. Ela nos contou que a cidade havia passado por um tempo de instabilidade política e que isso se refletia na situação das iniciativas culturais, inclusive aquelas referentes ao patrimônio cultural.

O Museu fica em um casarão de 1855 que foi restaurado recentemente, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta. Segundo Cláudia Ribeiro, entre 2000 e 2001 Vicente Vale percorreu as cidades de Silveiras, Bananal, Arapeí, São José do Barreiro e Lorena e recolheu documentação cartorária das antigas Comarcas da região, realizando um tratamento arquivístico e de conservação do acervo.

⁴ Visita a Guaratinguetá, março de 2015

⁵ Visita ao Museu Major Novaes, março de 2015

Com a restauração do edifício em 2012, toda a documentação foi transferida para o Solar dos Rossetti. Segundo Cláudia Ribeiro, a precaridade do local era evidente e imprópria para o armazenamento do acervo, causando sérios danos a este. Em decorrência de uma denúncia⁶, o Tribunal de Justiça do Estado obrigou a prefeitura a enviar a documentação para o Arquivo Central da cidade, tendo sido dado um prazo de dois anos para organizar o acervo.

Na primeira visita, em março de 2015, o Museu ainda não havia realizado a transferência da documentação de volta às suas instalações. De acordo com a nova diretora, ao transferir a documentação para o Solar sem os devidos cuidados, muito do trabalho de organização previamente realizado foi perdido. Porém, com a renovação do espaço físico do Museu e com a devolução e tratamento da documentação, Cláudia Ribeiro esperava oferecer um pólo de referência cultural e patrimonial sobre as cidades do Fundo do Vale do Paraíba, incluindo Cruzeiro.

A ideia de apresentar o relato das visitas realizadas até o momento foi a de descrever as informações e impressões nesses primeiros contatos. Essas primeiras conversas permitiram estabelecer um vínculo com os indivíduos envolvidos nas iniciativas de preservação. Ainda que não caiba neste trabalho discutir todas as iniciativas preservacionistas do Fundo do Vale do Paraíba, acreditamos que esse percurso ajudou a compreender o papel central do trabalho de recolhimento do acervo cartorário e judicial ao Museu Major Novaes, no contexto dos acervos documentais e arquivísticos da região pesquisada.

O projeto de mestrado tinha, inicialmente, o objetivo de fazer a identificação e levantamento dos acervos do Vale, analisando suas condições de conservação. No entanto, a partir do contato com os profissionais e instituições albergando acervos do Fundo do Vale do Paraíba, seguidas de discussões acadêmicas decorrentes desse contato, percebemos a ação central de um museu em específico, museu este que operou no recolhimento e valorização de parte desses acervos.

Voltemos um pouco no tempo. Em 1997, ao verificar o risco de destruição da documentação histórica cartorária e judicial da região, o diretor do Museu Major Novaes, da cidade de Cruzeiro na época, empreendeu o singular trabalho de reunir, em suas instalações, parte dessa documentação, tornando esse acervo um dos mais importantes acervos do período de expansão do café no Estado de São Paulo. Por essa singularidade de trajetória e relevância

⁶ Cláudia Ribeiro se refere às denúncias sobre o mal estado de conservação do acervo feitas por pesquisadores em 2012 ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, e estão documentadas no Expediente administrativo referente ao acervo de autos judiciais custodiados ao Museu Major Novaes (TJSP, 2012, p. 3). O quarto capítulo dessa dissertação desenvolverá melhor o contexto e consequências dessa queixa.

da sua centralização o acervo judicial custodiado ao Museu Major Novaes é o foco principal da pesquisa aqui apresentada.

Durante o recolhimento da documentação, o Museu mobilizou um grande número de agentes, incluindo prefeituras, juízes, desembargadores, agentes de cultura, pesquisadores e acadêmicos. Adicionalmente, quando enfrentou problemas na gestão da documentação, o Museu envolveu outras esferas estaduais, nomeadamente o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, conforme os depoimentos e documentos compartilhados durante a pesquisa.

Durante todo o processo, essa documentação sofreu muitas mudanças na sua gestão, em um movimento constante de concentração e desconcentração dos documentos e das práticas preservativas. Ao ser recolhida, ela foi dissociada da sua configuração original, tendo sido depois reunida e tratada; em seguida separada e exposta a precárias condições de armazenamento e, posteriormente, novas perspectivas de preservação e acesso.

Esse movimento constante de concentração e desconcentração dos documentos e das práticas preservativas também é foco de discussão da presente pesquisa. As oscilações entre reunião e dispersão sofridas pela documentação de natureza cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novaes, conforme veremos, mostra como ocorreu a constituição de um acervo documental e as práticas institucionais e profissionais envolvidas.

Para essa discussão, trabalharemos com alguns conceitos-chave como patrimônio cultural e da preservação de acervos, articulando, assim, reflexões sobre o papel do patrimônio arquivístico na construção da História. Paralelamente, abordaremos os processos que operam na valorização e preservação da dimensão material do acervo, particularmente no papel dos pesquisadores de História que trabalham diretamente com esse patrimônio.

A dimensão imaterial não está porém dissociada desse trabalho. A partir de entrevistas, depoimentos e documentos compartilhados, pudemos traçar uma narrativa que ajuda a compreender, por um lado, a visão oficial e burocrática das instituições, mas também o ponto de vista das pessoas envolvidas, eixo central de aproximação ao tema.

Na introdução, a região é primeiramente contextualizada geográfica e historicamente, seguindo-se uma apresentação dos referenciais teóricos essenciais abordados na pesquisa. A introdução termina com a apresentação de um relatório descritivo de duas viagens de trabalho de campo, instrumentos que marcam não só o processo de reconhecimento dos lugares e agentes de museus e arquivos na região, mas justificam também o recorte da pesquisa focado em um único museu.

Na segunda parte, será tratada a pesquisa aos acervos cartorários e judiciais do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), realizada entre 1974 e 1975 e cujos acervos foram estudados por outro pesquisador nos anos de 1990, tema este que será abordado no segundo ponto da segunda parte. Na terceira parte apresentaremos as medidas legais que motivaram as ações de recolhimento de parte dessa documentação ao Museu Major Novaes e como essas ações ocorreram.

A terceira parte apresenta o Museu e os seus espaços, bem como, as ações de gestão e preservação da documentação implementadas após o recolhimento realizado entre 1998 e 2008. Apontaremos, assim, algumas práticas de preservação aplicadas à documentação do Museu, bem como as principais pesquisas acadêmicas motivadas pela concentração do acervo.

Na última parte, abordaremos o período que se estende entre 2009 e 2014, um momento de desconcentração da documentação cartorária particularmente marcado por riscos de perda da custódia e a devolução de uma parte dos processos. Nessa parte, abordaremos também os acontecimentos mais recentes que podem indicar uma nova fase de gestão, com novos desafios técnicos e institucionais para a salvaguarda desse importante acervo.

2 DA PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CAFEEIRA ANTES DA CONCENTRAÇÃO

2.1 A PESQUISA NOS ACERVOS CARTORÁRIOS E JUDICIAIS PELO CONDEPHAAT 1974-1975

A pesquisa do CONDEPHAAT, Fazenda de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam (1817-1915), publicada em 2014, apresenta o resultado do trabalho realizado na década de 1970 nos cartórios do Fundo do Vale do Paraíba. Esse estudo levantou, por amostragem, os inventários gerados entre 1817 e 1915 pelos proprietários de fazendas nas cidades de Areias, Bananal, Cachoeira Paulista; Cunha; Guaratinguetá; Lavrinhas; Lorena; Pinheiros; Piquete; Queluz; Roseira; São José do Barreiro e Silveiras.

A publicação reúne, dentre artigos científicos acerca da temática das fazendas de café do Vale do Paraíba, as fichas dos inventários de 190 proprietários de 214 fazendas da região, que compreendem um período de 1817 a 1915. Ali estão expostas as metodologias de pesquisa, incluindo a opção de um intervalo de cinco anos entre os documentos registrados, a definição de campos de preenchimento e a descrição dos bens.

No artigo “Inventariando Inventários”, Carlos Eugênio Marcondes de Moura relata sua experiência de pesquisa por meio da qual, com o auxílio de sua máquina de escrever portátil, transitou pelos cartórios das cidades do Vale, registrando dados sobre a estrutura das fazendas e das áreas urbanas vale-paraibanas do século XIX (MOURA, 2014, p. 17).

Esses registros são apresentados em formatos de fichas com a identificação do cartório e inventários consultados, nome do inventariado e seus herdeiros, bem como a descrição e avaliação dos bens da fazenda e da cidade em análise.

No artigo, Carlos Eugênio Moura trata de conhecimentos apreendidos a partir do contato com a documentação, uns a partir da leitura e análise do conteúdo - como a proveniência dos escravizados- e outros, revelados através da fisicalidade dos processos, como é o caso do inventário do coronel Antônio Joaquim de Macedo Sampaio, cuja partilha de bens ocupa 180 páginas do processo, tamanha a sua fortuna (MOURA, 2014, p. 20).

Moura destaca o caráter amostral da pesquisa que, a princípio, visava abranger toda a documentação do Vale do Paraíba Paulista, mas que não pôde ser cumprida pela falta de tempo hábil e pela carência de recursos tecnológicos daquele momento.

Escrito 40 anos após a pesquisa, o artigo aponta, como medidas que contornariam as dificuldades enfrentadas na década de 1970, o uso da digitalização para registro e acesso aos documentos, bem como a formação de uma equipe que executaria o trabalho.

Moura salienta a necessidade de criação de instituições arquivísticas devidamente capacitadas na região ou, na impossibilidade de criar tais instituições, o autor sugere o “recolhimento dos documentos de todas as regiões cafeeiras ao Arquivo Público do Estado de São Paulo”, entidade cuja finalidade é a preservação da documentação de guarda permanente (MOURA, 2014, p. 27).

A publicação recente do CONDEPHAAT sobre os inventários das antigas fazendas de café nos ajudou a definir o recorte da pesquisa, levando-nos a fazer questionamentos sobre o atual local e condições de conservação dos arquivos pesquisados pelo órgão na década de 1970. Assim, ao tomarmos conhecimento de que parte da documentação registrada na fichas de Carlos Eugênio Moura havia sido recolhida para o Museu Major Novaes, em Cruzeiro, entendemos que seria relevante identificar o percurso da documentação consultada na pesquisa original do CONDEPHAAT em 1970, até esta chegar ao Museu.

Esse trabalho poderia oferecer um ponto de vista relevante no que tange as práticas de preservação de acervos documentais na região do Fundo do Vale do Paraíba, constituindo-se não como um mero exemplo de recolha documental, mas como uma singular ação de reunião de documentos cartorários e judiciais de cidades da região em único local, seja pela sua concentração descrita na segunda e terceira parte, ou pela sua desconcentração, como veremos na última parte da dissertação.

2.2 PESQUISAS ACADÊMICAS ATÉ 1998

O acervo documental cartorário judicial foi uma fonte importante na tese de doutorado do professor Renato Leite Marcondes (MARCONDES, 1998), defendida na Faculdade de Economia e Administração da USP em 1998. Em “A Arte de Acumular na Geração da Economia Cafeeira: Formas de Enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista Durante o Século XIX”, Marcondes procura entender as transformações econômicas e as formas de acumulação de riquezas dos indivíduos que viveram o período de expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba, durante o século XIX.

A consulta aos documentos propiciou o acesso aos registros de posses e estruturas sócio econômicas. Marcondes destaca a “extrema minúcia” com que são descritos os bens das pessoas ricas e pobres naquele período, ajudando a ter uma noção mais ampla das relações entre os indivíduos comuns, e não somente dos grandes proprietários (MARCONDES, 1998, p.263).

Em junho de 2016, entrevistamos⁷ Renato Leite Marcondes. Não se tratou de entrevista com um roteiro previamente fixado, mas tínhamos algumas perguntas orientadoras, às quais foram comentadas pelo entrevistado que também sugeriu contatos e leituras, mencionadas nos parágrafos abaixo.

Na conversa, Marcondes explica que o estudo das listagens de habitantes e de inventários mostra o papel fundamental da produção do café na abertura de novas oportunidades de vida à população, tanto para os moradores da região, como para pessoas provenientes de outras localidades⁸.

A pesquisa de Marcondes abrangeu, entre outras instituições, os inventários do Arquivo Municipal de Lorena; do Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista; do Museu Frei Galvão de Guaratinguetá; do Arquivo Municipal de Areias; do Primeiro Cartório de Cachoeira; do Cartório de Imóveis de Lorena; do Cartório de Imóveis de Guaratinguetá e, finalmente, do Cartório de Imóveis de Queluz.

⁷ Sobre as entrevistas e conversas com as pessoas que contribuíram com a dissertação aqui apresentada cabe ressaltar a dificuldade em conseguir contato com todos os sujeitos que estiveram envolvidos nas ações e decisões sobre a documentação. Essas dificuldades incluem a distância geográfica, as mudanças nas estruturas das instituições após 18 anos de seu recolhimento ao Museu Major Novaes. Além disso, no decorrer da pesquisa, foi possível apreender um certo embaraço que o tema causa, pelos conflitos pessoais e institucionais resultantes, principalmente, da ação de recolhimento, e da possibilidade de atribuição de responsabilidades. Essas entrevistas ocorreram de várias formas, a saber: conversa feita pessoalmente com registro de áudio e transcrição, conversa via Skype, telefone e informações trocadas por e-mail.

⁸ Informação fornecida por Renato Leite Marcondes via Skype, junho de 2016.

O professor Marcondes revelou que a pesquisa foi realizada entre 1994 a 1997, e que esta considerava o estado da documentação bom e o seu acesso razoavelmente fácil, embora tenha enfrentado dificuldades de acesso a um dos cartórios visitados, tendo que recorrer a uma autorização judicial para consultá-los. Ele relata que as condições de guarda da documentação eram diversas, sendo que alguns locais mantinham seus acervos muito bem conservados, enquanto que, em outros, faltava desde a organização dos processos até à ventilação da sala de guarda.

O professor destacou o trabalho de catalogação do Arquivo de Lorena, que havia sido empreendido pela equipe de funcionárias do Arquivo de Lorena em parceria com o grupo de pesquisadores do IEV da UNISAL, o que facilitou seu acesso aos documentos armazenados no arquivo.

Marcondes lembrou, ainda, ter tomado conhecimento da ação de recolhimento de parte dos acervos consultados em sua pesquisa para o Museu Major Novaes em Cruzeiro.

Apesar de não ter acompanhado diretamente as ações recolhimento da documentação realizada por Vicente Vale, Marcondes teve notícias da oposição de alguns funcionários do Arquivo e de cartórios de Lorena, que foram contra a ação de recolha, e consideraram o recolhimento de uma parte da documentação como um desmembramento desta.

No entanto, não se organizou nenhuma reação dessas e outras instituições envolvidas, no sentido de tentar impedir ou contra-argumentar com a decisão da liberação das remessas dos documentos solicitados por Vicente Vale.

Na entrevista, Marcondes mencionou o “Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual” (ARQUIVO NACIONAL, 1988), publicação do Arquivo Nacional de 1988, que inventaria as instituições detentoras de acervos documentais acerca do tema, descrevendo condições de acesso à pesquisa, tipologia da documentação e períodos abrangidos.

Seguindo a sugestão de Marcondes, consultamos o Guia, que ajudou a compreender a situação dos acervos relevantes para a pesquisa, antes do trabalho de recolhimento que remodelou os arranjos arquivísticos e deu um caráter de unidade a uma documentação produzida em localidades distintas.

O Guia apresentou informações de entidades de caráter executivo ou judiciário, público ou privado, que armazenavam documentos com potencialidade de pesquisa no tema proposto. Essas entidades poderiam ser de natureza museológica ou arquivística, mas são

também listadas instituições de arquivo corrente que possuíam documentação histórica, mas cuja rotina não incluía a consulta de seus processos por pesquisadores.

A partir do Guia foi possível apreender que a documentação de caráter jurídico cartorial consultada por Moura em 1974-1975, estava localizada nesses dois tipos de instituição, direcionadas ou não para a pesquisa.

Em Areias, por exemplo, havia o Cartório de Registro Civil de Anexos, de natureza jurídica cartorial, cujo atendimento ao público para pesquisa era restrito e requeria autorização. O mesmo acontecia para os documentos cartoriais da cidade de Cachoeira Paulista, que reunia também documentação dos cartórios de Silveiras e Cruzeiro, mas aos quais o acesso dependia de aprovação.

Da mesma forma, também o Arquivo do Ofício Judicial da Comarca de Bananal – que armazenava ainda os processos do 2º Ofício de São José do Barreiro – albergava documentação com acesso controlado. Contrariamente ao Arquivo Histórico do município de Bananal, ao Museu Frei Galvão em Guaratinguetá e à Casa de Cultura de Lorena que não exigiam aprovação para a consulta dos processos.

Elaboramos o gráfico a seguir segundo as informações constantes no levantamento realizado pelo Arquivo Nacional. Com base nestes dados, estimamos que, na década de 1980, 70% dos acervos presentes no Fundo do Vale, referentes a História da África, da escravidão negra e do negro na sociedade brasileira, eram de natureza jurídico cartorial.

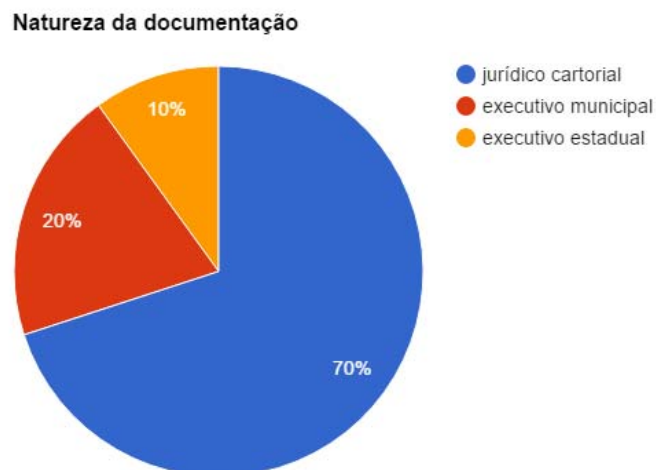


Fig. 3 - Porcentagem de documentação de natureza jurídico cartorial na região do Fundo do Vale em 1988. Gráfico elaborado com base no Guia Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual” (ARQUIVO NACIONAL, 1988).

Outro dado interessante diz respeito ao estado de organização dos documentos que, em geral, estavam organizados cronologicamente. Segundo informações obtidas por meio do Guia, 80% da documentação citada estavam totalmente organizados e 10% desse total, já havia sido microfilmado.



Fig. 4 - Estado de organização dos acervos de natureza jurídico cartorial, das cidades do Fundo do Vale do Paraíba e Guaratinguetá, em 1988. Gráfico elaborado com base no Guia Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual” (ARQUIVO NACIONAL, 1988).

Em relação ao estado de conservação da documentação cartorária nas cidades do Fundo do Vale do Paraíba, o Guia apresenta poucas informações. Não obstante, nas observações complementares sobre o 1º. Cartório de Notas e Registro de Bananal não deixaram de ser registradas as más condições dos livros de processos. De acordo com o Guia, grande parte do acervo encontrava-se praticamente perdida (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p.1063).

Na época, a cidade de Cruzeiro já contava com o Museu Major Novaes, criado pela Secretaria de Cultura do Estado em 1969, e cujo acervo estava totalmente organizado, composto apenas de 14 caixas e 19 pastas, no qual um único documento relacionado com o tema do Guia fora encontrado: a cobrança de imposto sobre escravo .

Ironicamente, com o recolhimento que ocorrerá dez anos após a publicação do Guia, o Museu passou a fornecer, de maneira mais ou menos favorável, acesso de documentação a muitas pesquisas acadêmicas em torno da temática da África, da escravidão negra e do negro na sociedade brasileira.

Ao compararmos a pesquisa de Moura (MOURA, 2014) com o Guia (ARQUIVO NACIONAL, 1988), percebemos a total correlação entre a documentação inventariada na década de 1970 e o Guia publicado no final nos anos de 1980. Dessa forma, foi possível observar que todos os cartórios citados no levantamento de Moura de 1974 são mencionados no Guia.

O “Inventário de Inventários” de Moura, o Guia do Arquivo Nacional, bem como a tese de doutorado de Marcondes são exemplos de pesquisas que identificaram no acervo cartorário e judicial uma importante fonte de informação sobre o período cafeeiro. Adicionalmente, outras pesquisas demonstram o potencial valor para a pesquisa da história que o acervo oferece. Destas destacamos “Ensaio Sócio-econômico de Áreas Valeparaibanas” (COELHO, 1984), realizada pela professora Lucinda Coutinho de Mello Coelho; bem como o livro “Resgate: uma janela para o oitocentos” (MATTOS, 1995), da autoria da professora Hebe Mattos, onde observamos a utilização de documentação de natureza cartorária e judicial em Bananal, antes mesmo do trabalho de recolhimento a partir de 1998.

Hoje, parte da documentação identificada na pesquisa de Moura (1974), de Marcondes (1998) e do Guia (1988), estaria armazenada no Museu Major Novaes, conforme apresentamos na terceira parte da introdução. Frente a esse quadro, passamos a levantar algumas questões de como esse recolhimento teria acontecido, o que o teria motivado e justificado e qual seria a situação do acervo atualmente.

2.3 O RECOLHIMENTO COMO REAÇÃO

Para compreender como e o porquê se deu a concentração da documentação cartorária judicial de algumas cidades do Fundo do Vale do Paraíba no Museu Major Novaes, entrevistamos Vicente Vale. Na primeira visita ao Fundo do Vale, em março de 2015, Vale havia sido apontado como responsável pelo recolhimento de documentos das cidades de Bananal e São José do Barreiro, que havíamos visitado.

Vale é citado em quase todos os locais visitados no início da pesquisa, e seu trabalho de recolhimento ao Museu Major Novaes é referido pelo professor Almeida do Instituto de Estudos Valeparainabos de Lorena como destino de parte da documentação cartorária da cidade. Para além disso, o Secretário de Cultura de Areias, Cláudio Márcio de Carvalho Costa, credita a Vale a ação de reunião da documentação na Câmara da cidade, conforme mencionado na introdução da dissertação.

Em 1998, Vicente Vale⁹, soube da notícia de que autos findos poderiam ser encinerados e, temendo pela destruição de documentação histórica, empreendeu uma ação de recolhimento dessa documentação, que foi organizada e armazenada no museu do qual ele foi diretor. Segundo Vale, o Subprocurador da República de Queluz o informara que já existia, nesse momento, o clamor da comunidade acadêmica para reverter a decisão.

Vale se refere ao Provimento do Conselho Superior de Magistratura nº 556 de 14 de fevereiro de 1997, que dispunha sobre a destruição física de processos arquivados há mais de cinco nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado¹⁰.

Decisão essa tomada frente a grande massa documental produzida e acumulada nas Comarcas, ou seja, na região em que o juiz de primeiro grau exerce sua jurisdição¹¹ que não coincide, necessariamente com os territórios dos municípios. O provimento considera ainda a deterioração de “expressiva parte” dos processos causados, segundo o texto, “pela ação do tempo”.

No provimento estão descritos outros precedentes legais para a decisão, a saber: CG-83.298/88, G147.55/88 e o Provimento CSM nº 485/92. O provimento discrimina ainda como a destruição deveria ser feita por meio da encineração ou fragmentação dos processos,

⁹ Informação fornecida por Vicente Vale em Cruzeiro, Outubro de 2015

¹⁰ Provimento CSM 556/97. Cf. (TJSP, 2014)

¹¹ Definição de Comarca In: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82385-cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia>. Acessado em 17/07/2016.

deixando excluídos os documentos de interesse histórico, que deveriam ter seu interesse comprovado por “entidade regularmente constituída”¹².

O décimo artigo define ainda que caberia ao Juiz da Vara a aplicação das medidas de destruição dos processos, publicando a lista desses processos “na Imprensa Oficial uma única vez, com o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de requerimentos ou reclamações”¹³, conforme consta no inciso 1º do 11º artigo.

Em artigo sobre critérios para a identificação e guarda de processos judiciais históricos, Gunter Axt (AXT, 2004, p. 346) cita o Provimento 556/97 como uma solução polêmica empreendida pelo Judiciário na tentativa de lidar com grande massa documental jurídica, provocando reações de instituições e historiadores.

Primeiramente Axt problematiza o conceito de valor histórico, recuperando discussões de historiadores e intelectuais que trabalharam com o tema, como o historiador Jaques Le Goff que, ao tratar da memória coletiva, destaca que o ato de lembrar pressupõe o de esquecer, sendo a construção de memórias coletivas um ato seletivo. O professor Axt explica que a edição de documentos eleitos para preservação pode “guiar o olhar do consulente e do pesquisador” (AXT, 2004, p.336).

O texto discorre sobre o crescente interesse de pesquisa nos acervos judiciários como fonte primária de informações que permitem o estudo da sociedade como um todo, em diversos períodos históricos, contribuindo nos debates em torno da construção de referências culturais e de memória coletiva.

Esse trabalho de revisão historiográfica é possível graças aos remanescentes documentais que apontam não para uma verdade absoluta sobre o passado, mas permitem revisões de interpretações acerca do seu conteúdo, forma e contexto de produção. Mesmo após perder sua função na estrutura administrativa de uma instituição, o documento pode se tornar objeto de pesquisa do historiador.

Axt cita um texto da professora Ana Maria Camargo, proferido em Seminário (CAMARGO, 2002) sobre a temática dos acervos jurídicos, tratando da relação entre o historiador e o arquivo. Para ela, os historiadores desenvolvem sua pesquisa em função dos documentos encontrados nos arquivos, enquanto que estes não deveriam ser moldados a uma forma de pesquisa, já que “qualquer intervenção que se faça na configuração geral de um arquivo, em nome da pesquisa histórica, é muito mais mutiladora do que podemos imaginar” (CAMARGO, 2002, p.2).

¹² Artigo 1º, Provimento 556/97. Cf. (TJSP, 2014)

¹³ inciso 1º, 11º Artigo, provimento 556/97. Cf. (TJSP, 2014)

Camargo trabalha com uma noção de “reserva de sentido” dos documentos de arquivo do Judiciário, pelo seu caráter informativo e probatório. Esses documentos são produzidos com esse propósito comprovativo, que organiza e interfere na estrutura social, constituindo “um manacial inesgotável para a pesquisa retrospectiva” (CAMARGO, 2002, p.3). No entanto, não são gerados para o fim da pesquisa histórica e, para Camargo, nem deveriam ser produzidos para este fim, por forma a “que o arquivo conserve sua polissemia máxima” (CAMARGO, 2002, p.7), permitindo assim a criação de histórias de múltiplos sentidos.

Frente a essas questões, Axt, analisa a dificuldade em definir o valor histórico de um documento judicial, já que quase todos poderiam servir como tal, “excetuando, quando muito, documentos como embargos (que reproduzem parte do processo), habeas corpus ou intimações (documentos de pura formalidade)” (AXT, 2004, p.345), o que acarretaria uma imensa massa documental a ser gerida.

Axt considera assim que é competência do Judiciário a criação de efetivas políticas de preservação de seus arquivos, servindo-se dos conhecimentos e práticas desenvolvidas pelas instituições cuja finalidade é a preservação de acervos. O autor sugere a elaboração de tabelas de temporalidade e a criação de comissões interdisciplinares de avaliação que possam debater sobre os valores possíveis de um determinado acervo, deliberando informadamente sobre sua preservação ou eliminação.

A polêmica em torno do provimento, como observado por Axt, gerou discussões e reações no ano de 1997, conforme noticiado na Folha de São Paulo do dia 7 de julho de 1997 (FOLHA DE SP, 1997), cinco meses após publicação do Provimento nº 556/97. O editorial do jornal informa que o Provimento havia sido suspenso por liminar obtida pela Associação de Advogados de São São Paulo (AASP), e revogado, por unanimidade, pelo Superior Tribunal Federal em abril de 2000 em recurso da AASP.

Essas notícias se propagaram e, de certa forma, o Provimento serviu como instrumento argumentativo nas solicitações de documentação para recolhimento ao Museu Major Novaes. Ao tomar conhecimento da decisão do Conselho Superior de Magistratura e enquanto diretor do Museu Major Novaes, Vicente Vale fez solicitações formais de requerimento de entrega da documentação cafeeira depositada nos cartórios da região.

Em entrevista concedida em setembro de 2015¹⁴, Vale relatou algumas situações que ajudaram a compreender como esse trabalho de recolhimento aconteceu, e de que maneira se deu a aproximação com as instituições que detinham os acervos cartorários. O trabalho de

¹⁴ Informação fornecida por Vicente Vale em Cruzeiro, outubro de 2015

recolhimento foi, antes de tudo, uma ação de confronto e convencimento no sentido de constituir o acervo que hoje pertence ao Museu.

A partir de conversas por e-mail, agendamos uma conversa com Vale em seu escritório de consultoria, na cidade de Cruzeiro. Vale explica que uma parte dos documentos pertinentes à cidade de Cruzeiro estavam na Comarca de Lorena e que, havendo solicitado esses documentos junto ao Conselho Superior da Magistratura, foi indagado pela instituição sobre os motivos de sua solicitação. Ele defendeu, então, que a retirada desses documentos para Cruzeiro se devia a sua importância histórica, abordando o tema do arquivo e suas modalidades de guarda permanente, corrente ou intermediária.

De acordo com Vale, a solicitação da documentação provocou uma reação na cidade, onde um grupo de notáveis de Lorena e Guaratinguetá teria se reunido para impedir o recolhimento da documentação. No entanto, essa reação não logrou impedir a entrega da remessa de documentação, que hoje compõe o arquivo custodiado ao Museu Major Novaes.

Sobre essa oposição ao recolhimento, infelizmente, não conseguimos depoimentos das outras pessoas e instituições envolvidas, apesar das tentativas. No entanto, destacamos os ofícios que acompanharam a entrega dessa documentação. Eles indicam algum tipo de dificuldade no fluxo de pedido e recebimento de remessas de documentação empreendido por Vicente Vale.

As 255 caixas de processos de Cruzeiro que estavam em Lorena, e que datam de 1822 a 1895, foram entregues, por determinação da Justiça, ao Museu em outubro de 1999 (TJSP, 2012, p. 76-78). Chama a atenção que além do ofício de autorização de entrega dos documentos, no expediente administrativo cedido pelo Tribunal, há também um parecer da Corregedoria da Justiça debatendo sobre o pedido de requerimento de documentação.

Em comparação com os outros ofícios de liberação de outras remessas de documentação cartorária, a documentação de Lorena aparenta ter exigido uma discussão sobre seu recolhimento, já que as liberações de outras remessas de documentação não parecem ter sido tão complexas quanto a de Lorena, ou pelo menos se houve conflitos da mesma natureza, não foram registrados da mesma forma.

No parecer de 05 de abril de 1999 (TJSP, 2012, p. 76-78), e já considerando a suspensão do Provimento CSM 556/97 pela ação de inconstitucionalidade promovida pelo Superior Tribunal Federal, o Juiz considerou que os documentos não corriam mais o risco de destruição e que, negada essa possibilidade, caberia ao Tribunal a gestão dos processos. Dessa forma, o Juiz deferiu o pedido do processo.

Em contato com o Tribunal de Justiça de São Paulo, tivemos acesso a um processo administrativo (TJSP, 2012) sobre o acervo custodiado ao Museu que apresenta, dentre outras tramitações, documentos que comprovam a transferência de documentação dos cartórios da região para o Museu. Esse processo administrativo ajudou a compreender os trâmites legais envolvidos na ação de recolhimento, tema que será abordado com mais detalhes na última parte da dissertação.

A primeira remessa de documentação cafeeira cartorial foi autorizada em novembro de 1998 pelo Poder Judiciário de São Paulo, em que os processos tramitavam nas Comarcas de Silveiras, Cachoeira Paulista e Cruzeiro (TJSP, 2012, p. 48). Foram cedidas 72 caixas do 1º e 2º Ofício de Silveiras, contendo processos dos anos de 1825 a 1902.

Em maio de 1999 foi autorizada uma remessa de processos depositados no Arquivo Histórico de Lorena (TJSP, 2012, p.52). Em relação a essa transferência, não localizamos o Termo de Cessão, e não encontramos informações sobre os temas e quantidades enviadas.

A documentação da Comarca de São José do Barreiro, quando da sua extinção, havia sido enviada para a Comarca de Bananal. O Termo de Cessão a título de Depósito, emitido pelo Poder Judiciário e datado de Dezembro de 2001, libera a documentação referente a São José do Barreiro e Bananal, cujo regime obrigaria o Museu Major Novaes à pronta restituição em caso de revogação do depósito.

O Termo explica que devido ao “estado de deterioração” do acervo da extinta Comarca de São José do Barreiro “deixaram de ser listados”, ou seja, o conteúdo das 69 caixas não foi descrito. Paralelamente, da Comarca de Bananal, foram enviados ao Museu 147 caixas de documentação, com uma identificação mínima que apenas relaciona a natureza e as datas limite dos processos.

No processo administrativo há ainda um protocolo (TJSP, 2012, p.80) que resume a situação das transferências de documentação judicial cafeeira. Para além de discriminar Comarcas que comprovadamente teriam enviado acervo para o Museu Major Novaes, o protocolo esclarece se houve remessas referentes a Queluz e Areias.

De acordo com o protocolo, em contatos com a chefe de seção judiciária de Queluz, foi informado que “não existe qualquer registro de guarda de processos de Queluz para o Museu de Cruzeiro, bem como, não sabe informar com relação aos processos de Areias” (TJSP, 2012, p.80).

Sobre essa questão vale a pena mencionar o Secretário de Cultura, Turismo, Esportes e Eventos da cidade desde 2009, Cláudio Márcio de Carvalho Costa. Costa afirma que os cinco

mil documentos provenientes dos cartórios da cidade foram levados para Areias em 1998, quando da criação da Casa de Cultura, onde a documentação está armazenada. Segundo ele, a intenção seria o uso dos documentos para enriquecimento do acervo histórico da instituição. No entanto, devido à situação precária dos documentos, tornou-se necessário um projeto de digitalização e higienização dos mesmos, que aguarda financiamento¹⁵.

Uma condição de liberação de remessas, comum a todos os ofícios, é a entrega das mesmas a título de depósito, algo que poderia ser revogado a qualquer momento, o que obrigaria o Museu à pronta restituição dos documentos ao seu local de origem. De acordo com os ofícios, termos e pareceres a que tivemos acesso, toda a documentação cartorária custodiada ao Museu Major Novaes foi transferida mediante o seu depósito, prevendo a sua devolução caso o depositário assim o deseje.

Sob essas mesmas condições, Vicente Vale solicitou remessa temporária dos documentos pertencentes à prefeitura de Bananal em 2003, e que estavam armazenados no pavimento superior da estação ferroviária da cidade. De acordo com o pedido (MUSEU MAJOR NOVAES, 2003), o intuito era o de realizar um inventário e higienização da documentação, em uma ação de salvaguarda de documentação que, segundo a solicitação, estava em riscos de destruição, podendo ser devolvida a Bananal uma vez solicitado.

Esse acervo é composto por registros relativos à prefeitura da cidade e da Câmara dos Deputados e abrange um período entre 1831 a 1940, incluindo atas das sessões da Câmara dos Deputados, livro de escrituras de compra e venda de escravos etc. Em audiência com o Prefeito de Bananal, agendada pela Vereadora Lúcia Nader, Vicente Vale entregou um relatório sobre as condições do acervo e uma proposta de tratamento da documentação a um custo muito reduzido para Bananal, tendo de arcar com as despesas com pastas e caixas, bem como com o transporte do acervo para Cruzeiro.

¹⁵ Informação fornecida por Cláudio Costa, por e-mail, março de 2016.

3 DA CONCENTRAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA E JUDICIAL CUSTODIADA NO MUSEU MAJOR NOVAES

3.1 O MUSEU MAJOR NOVAES

O Museu está instalado no Solar dos Novaes, antiga sede da Fazenda Boa Vista que pertenceu ao major e produtor de café Manoel de Freitas Novaes, e que hoje se localiza na área urbana da cidade de Cruzeiro, em São Paulo.

O imóvel foi construído na segunda metade do século XIX e o seu tombamento, em nível estadual, inclui a preservação do patrimônio imóvel, a casa residencial e os terrenos circunjacentes¹⁶, bem como, o mobiliário, os cristais, as louças, quadros, armas e objetos que se destinavam a compor o acervo do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, cuja data de tombamento coincide com a de criação do Museu, 24 de setembro de 1969, por meio de um Decreto Estadual¹⁷.

A Resolução de 24 de setembro de 1969¹⁸ trata do tombamento do imóvel e dos móveis pelo CONDEPHAAT, e no texto que acompanha a resolução¹⁹ encontramos algumas descrições sobre a estrutura em adobe no pavimento inferior e pau-a-pique no pavimento superior do casarão.

Na década de 1940 houve um acréscimo à planta original, erguido com tijolos, além das modificações na estrutura dos telhados efetuadas durante a restauração empreendida pelo CONDEPHAAT, em 1983²⁰. Além da casa residencial o imóvel ocupa uma considerável área verde, da antiga fazenda, no perímetro urbano da cidade, somando uma área de 21.463.68m², de acordo com o Decreto Estadual de 1º de fevereiro de 1972²¹, que desapropria o terreno declarando-o como de interesse público.

¹⁶ Resolução de 24/09/1969 de tombamento do Solar do Major Novaes, publicado em Diário Oficial de 25/09/1969, p. 42.

¹⁷ Decreto Estadual de 24/9/1969 In: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-0C-24.09.1969.html>

¹⁸ Número do Processo: 13227/69; Resolução de Tombamento: Resolução de 24/09/1969; Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 1, p. 2, 27/04/1971

¹⁹ Site CONDEPHAAT

http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0?vgnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=13cae181d893c010VgnVCM1000001c01a8c0_____

²⁰ Site Condephaat

²¹ DECRETO DE 1º DE FEVEREIRO DE 1972. In:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1972/decreto-0B-01.02.1972.html>. Acessado em 26/07/2016

Em 2007 ocorre a doação do imóvel ao município de Cruzeiro, sob a Lei nº 12.584 de 23/4/2007²², que deveria destiná-lo ao Museu, e promover sua preservação. Apenas dois anos mais tarde, o imóvel é interditado pelas péssimas condições de conservação, e entre 2012 e 2014, a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta, um novo processo de restauro foi instaurado pelo Governo do Estado.

Segundo o Plano Museológico Museu Major Novaes (SISEM, 2014), elaborado pelo SISEM-SP em dezembro de 2014, parte do acervo descrito na Resolução de Tomabamento se perdeu. De acordo com o levantamento restaram alguns poucos objetos de arte sacra, louças e outros artigos, bem como, 19 peças de mobiliário que estavam em processo de restauração, ação de contrapartida de Cruzeiro, seguindo o Termo de Ajustamento de Conduta.

O acervo documental de natureza cartorária e judicial custodiada no Museu Major Novaes, recolhido e organizado entre 1998 e 2008, sofrerá uma nova dispersão com as obras de restauração do casarão que ocorrem entre 2012 e 2014, como veremos melhor na terceira parte.

Como consequência dos encontros com as histórias das pessoas envolvidas com a trajetória do acervo, e também com as histórias contadas nos documentos, ofícios e relatórios, parece-nos que tanto os documentos em suporte de papel como os remanescentes arquitetônicos de pedra e cal, passam por processos de valorização e esquecimento.

O acervo documental e o espaço físico construído e ambiental do Museu experimentam oscilações na gestão de seu suporte material, ora alvo de medidas de preservação, ora ausentes delas. Em um semelhante movimento de associação e dissociação, nem sempre coincidentes.



Fig. 5 – Imagem de satélite do perímetro urbano de Cruzeiro com destaque para a localização do Museu Major Novaes. Fonte: Google Earth

²² Lei nº 12.584, de 23/4/2007. In: <http://www.leisestaduais.com.br/sp/lei-ordinaria-n-12584-2007-sao-paulo-autoriza-a-fazenda-do-estado-a-alienar-por-doacao-ao-municipio-de-cruzeiro-o-imovel-que-especifica>. Acessado em 26/07/2016.

3.2 AÇÕES DE PRESERVAÇÃO

Vicente Vale, formado em História e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais²³, especializou-se em Paleografia, Heurística, e Heráldica, tendo sido Secretário de Cultura de Cruzeiro e diretor do Museu Major Novaes entre 1998 e 2008²⁴.

Em entrevista realizada em Setembro de 2015, Vale lembrou o “trabalho descomunal” que foi tratar a enorme massa documental recolhida entre os anos de 1998 e 2008, bem como da dificuldade em estabelecer parcerias para a compra de material e contratação de pessoal para a execução dos trabalhos.

Vale revelou que pôde contar com a ajuda de alguns pesquisadores e professores de universidades da região e da Capital que, ao se aproximarem do Museu devido à presença do acervo, ajudaram também a comprar material de higienização e caixas para o acondicionamento. Vale frisou ainda que estes “pagavam até alguns voluntários pra irem prestar serviço lá e me ajudar nessa empreitada”²⁵.

O filho de Vale, André, também ajudou na digitação das listagens e catalogação dos processos no microcomputador do Museu. Vale contou que, devido à pouca segurança e precariedade de condições, esse microcomputador foi roubado. Vale chegou a fazer uma proposta de recompensa por meio da rádio da cidade, oferecendo cinco vezes o valor do equipamento, sem sucesso. Todo o trabalho de levantamentos e descrições sobre quantidades e características do acervo judicial custodiado se perdeu com o roubo desse computador.

Nessa mesma entrevista, Vale comentou sobre o seu empenho na preservação do acervo, bem como os problemas de conservação do imóvel, antes das obras de restauração realizado quatro anos após a saída dele como diretor do Museu. Mesmo nessas condições, Vale relatou que conseguiu destinar uma área de 35m² do Museu para o armazenamento do acervo, uma extensa sala com duas janelas e duas portas com acesso direto para a área externa do Museu - tal como a planta baixa desenvolvida a partir do Plano Museológico do SISEM (SISEM, 2014) (figura 6). Apesar dos problemas estruturais do casarão, Vale demonstrou orgulho em relação à constância e efetividade da manutenção e limpeza da sala de guarda do acervo, o que podemos verificar na imagem abaixo, referente às condições de guarda do arquivo naquele período.

²³ Cf.(MUSEU MAJOR NOVAES, 2013)

²⁴ Pelas datas é possível estimar que Vicente tenha sido Secretário de Cultura nas gestões dos prefeitos Fábio Antonio Guimarães (1997-2000) e Celso Almeida Lage (2001-2004 e 2004-2008). Informação obtida na Prefeitura de Cruzeiro.

²⁵ Informação fornecida por Vicente Vale em Cruzeiro, em 14/10/2015



Fig. 6 - Imagem do acervo armazenado no Museu Major Novaes em algum momento durante a gestão de Vicente Vale (1998-2008). Imagem disponibilizada por Vicente Vale

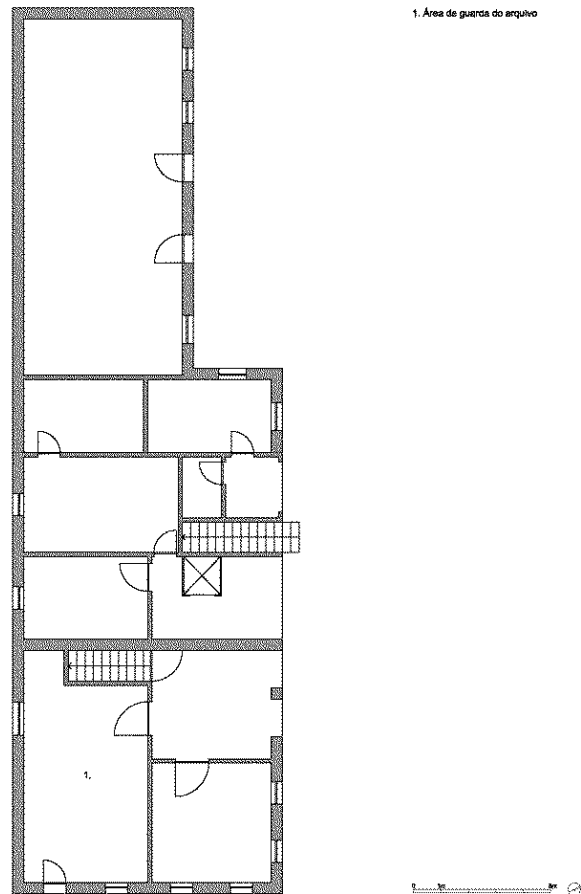


Fig. 7 - Planta baixa do pavimento inferior indicando a área de guarda onde estava armazenado o acervo durante a gestão de Vicente Vale (1998-2008).

Desenho: Hugo Mesquita

Para tal empreendimento, Vale contou com o apoio de funcionários do Museu, voluntários, pesquisadores e professores universitários, que fizeram arrecadação de dinheiro, dada a preocupação com a preservação do acervo custodiado. Outra fonte de recursos para a realização do tratamento foi conseguida por meio do programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Iberoamericanos (ADAI).

Esse programa, promovido pelo Governo da Espanha, viabiliza a preservação e divulgação do patrimônio documental ibero-americano, tendo concedido apoio financeiro a projetos de arquivos ibéricos e latino-americanos desde 1999. De acordo com Vale, a verba provinda da contemplação no projeto foi suficiente para a compra de material de higienização e acondicionamento dos processos.

Apaixonado pelo ofício, o ex-diretor, durante o depoimento, mostrou as unhas enquanto nos contava o quanto elas se desgastaram com o trabalho de higienização dos documentos, declarando que conhecia tão bem o acervo, que era capaz de reconhecer onde estava armazenando cada um dos documentos.

No projeto de higienização, identificação e acondicionamento da documentação custodiada de 2003 - material compartilhado por Vale - são descritas as medidas de conservação e organização que seriam empreendidas à documentação, caso o Museu fosse contemplado no projeto ADAI.

O projeto descreve as características do Museu e do acervo cartorário e judicial, relacionando períodos históricos, áreas abrangidas e memória regional como justificativas para o recebimento do subsídio. Dentre os objetivos estão a higienização, acondicionamento e identificação da documentação, bem como uma proposta de educação arquivística em parceria com as universidades da região²⁶.

Além da descrição o projeto apresenta uma avaliação, considerando que dois tipos de suportes de papel compunham os documentos: um fabricado com “pasta celulósica” e o outro papel de tipo “trapo” com linha, cordões, colchetes de cobre e grampos de aço originais, unindo as páginas dos processos antes do tratamento. Foram também identificados cem metros de documentação, acondicionados em caixas tipo arquivo, dos quais 70% estavam em condições razoáveis e sem necessidade de grandes intervenções, enquanto que 30% apresentavam elevados índices de deterioração e infestação por insetos e fungos, bem como a presença da tinta ferrogálica, que, por apresentar tanino e sulfato ferroso na composição, poderia gerar reações de oxidação nos manuscritos²⁷, de acordo com o projeto.

Dessa forma, a centralização da documentação cartorária e judicial sobre o período cafeeiro, bem como seu tratamento arquivístico e de conservação despertou, além das ajudas voluntárias, o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas de história. Vale mencionou ainda que na primeira visita de professores da área de História da Universidade de São Paulo, estes

²⁶ Cf. (MUSEU MAJOR NOVAES, 2003)

²⁷ Tinta Ferrogálica, Laboratório de Conservação e Restauração em papel do Museu de Astronomia e Ciências a fins do Rio de Janeiro. http://www.mast.br/hotsite_lapel/ferrogalica.html. Acessado em 30/07/2016.

havia passado por Bananal, Silveiras e São José do Barreiro, tendo indicado aos representantes nestas cidades que a documentação procurada se encontrava com Vale, enquanto diretor do Museu Major Novaes.

3.3 PESQUISA ACADÊMICA

Ocorridas nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, cinco pesquisas de iniciação científica foram desenvolvidas no decorrer da gestão de Vicente Vale no Museu Major Novaes. Os professores Maria Cristina Cortez Wissenbach, Rafael de Bivar Marquese e Carlos de Almeida Prado Bacellar orientaram pesquisas que se debruçaram sobre o acervo cartorário e judicial custodiado no Museu Major Novaes.

Os títulos giram em torno da temática das estruturas fundiárias do café e da posse de escravos, bem como sobre as relações de sociabilidade e de conflitos sociais. Com o registro, transcrição, produção de listagens e levantamentos sistematizados sobre a região, os estudiosos contribuíram significativamente na salvaguarda dos acervos, organizando-se de maneira a compartilhar informações entre si.

Além disso, as pesquisas acadêmicas tiveram um papel fundamental na preservação e valorização do acervo presente no Museu Major Novaes. Para além das ações de registros e produção de inventários sobre a documentação, os pesquisadores transmitiram também as informações sobre as condições da documentação, suscitando reações por parte das instituições, como veremos na quarta parte da dissertação.

Breno Moreno faz parte do grupo de pesquisadores que tiveram contato com o acervo custodiado ao Museu Major Novaes. Ele contribuiu com a publicação “O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão”, organizado por Mariana Muaze e Ricardo Salles (MUAZE et al, 2015). A publicação de 2015 é fruto de discussões envolvendo o “Grupo de Pesquisas O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão”, que promoveu eventos acadêmicos sobre o tema desde 2010.

Por tratar-se de uma confluência de conhecimentos e pesquisas individuais, a publicação cita inventários e documentos consultados nos arquivos do Vale do Paraíba Paulista, inclusive o Museu Major Novaes, potenciando novas pesquisas e interpretações da escravidão, bem como o seu papel na ascensão e queda do Império do Brasil.

O livro propõe-se tratar de temas como as famílias de pessoas escravizadas, a construção de identidades, a formação de riquezas, as questões de caráter social e econômico a partir de uma perspectiva ampla, valendo-se das trocas entre os pesquisadores para os quais o livro opera como “fonte e resultado de um trabalho coletivo de discussão e pesquisa que diversos pesquisadores e estudiosos têm desenvolvido sobre o Vale nos últimos dez ou quinze anos” (MUAZE et al, 2015, p.13).

Moreno consultou toda a documentação referente a Bananal e considera a documentação riquíssima “só pelo fato de poucas pessoas terem aberto a documentação”. O vestígio material é considerado inédito pelo pesquisador.

Moreno lamenta o estado de conservação de uma parte dos documentos, tais como esmaecimento da tinta dos manuscritos e a presença de manchas de fungos: “eu descobri que na virada do século XIX para o XX, 1905 ou 1906, teve uma enchente em Bananal, então muito provavelmente parte da documentação se perdeu e outra parte ficou lá desse jeito, em péssimo estado de conservação”.²⁸ Ele se recorda de encontrar a informação em um dos documentos consultados na pesquisa, e que foi confirmada por um dos funcionários do cartório de Bananal, com quem teve contato.

Moreno conta que não trabalhou com nenhuma outra documentação além daquela depositada no Major Novaes. Ele estudou demografia e trabalho escravo, levando em conta também a estrutura latifundiária e o quadro produtivo das fazendas. Explica que em sua dissertação consultou documentação de Bananal em um recorte cronológico de 1830 a 1879, estudando a estrutura da posse dos escravos por meio da transcrição dos inventários. Durante o mestrado esse trabalho foi ampliado, levando o pesquisador a coletar dados a respeito das terras, das culturas de cafezais e canaviais, bem como dos bens móveis e herdeiros, informações, essas obtidas, a partir de transcrições de documentos existentes no acervo e datados até 1860.

Durante a realização de seu mestrado, Moreno observou um conjunto de questões relativas à concentração da riqueza e à difusão da propriedade cativa no Vale da Paraíba, particularmente nos processos de relações cotidianas de poder, endividamento, relações de dependência entre os pequenos e grandes produtores etc. Questões sobre esses processos de dívidas na região viriam a ser abordadas em seu doutorado que, focando todo o decorrer do século XIX, desenvolveu-se em torno da vasta documentação do Museu Major Novais.

Ele acredita que o arranjo arquivístico empreendido por Vicente Vale pode ser revisado. De acordo com Moreno, o inventário era um processo muito volumoso que abarcava uma série de subprocessos como justificativa para tutoria, legalização ou justificação de dívida, ou seja, uma série de documentos componentes do inventário, uma espécie de dossiê que poderia incluir documentação acumulada por décadas. Para evitar transportar esses grandes maços de inventários, os funcionários dos cartórios segmentavam os documentos em subprocessos, como Vicente Vale provavelmente os encontrou e assim os manteve.

²⁸ Informação fornecida por Breno Moreno em São Paulo, março de 2016

Moreno e outros pesquisadores chegaram a dormir no Museu, com colchonetes fornecidos por Vicente Vale e, na falta de luz para ler os manuscritos, acabaram comprando lâmpadas do próprio bolso. Por forma a ilustrar a precaridade das condições de pesquisa, ele lembra que tanto na época de iniciação científica como graduando e com poucos recursos, viajava para Cruzeiro apenas com o dinheiro da passagem do ônibus e para comer.

Moreno lembra que não tinha condições de pagar um hotel na cidade, tendo vindo a dormir cerca de três anos no Casarão, algumas dessas noites sozinho: “Era muito tenso, imagina um casarão do século XIX, a quantidade de rato e barata que tem lá(...) várias vezes eu dormia com a luz acesa para evitar que elas [baratas] viessem”, relata a incômoda falta de banho no inverno, por causa do chuveiro frio, e o encontro com um rato perto do rosto pela manhã, lembra entre risos.

Assim que teve contato com o grupo de professores e pesquisadores da Faculdade de História da USP, Moreno foi incentivado a conhecer a documentação manuscrita: “a primeira coisa que eu senti na hora foi desespero”, a leitura da documentação exigia um conhecimento paleográfico que foi sendo adquirido a partir das trocas de conhecimento de outros colegas de pesquisa. Dessa forma, Moreno fez um levantamento da década de 1850, relacionando proprietários e quantidade de escravos por faixa de tamanho de propriedade, em um grande esforço de registro e transcrição da documentação.

O pesquisador considera o trabalho empreendido por Vicente Vale “belíssimo”, sublinhando que este havia realizado uma ação ímpar, uma medida importante na preservação daquela documentação. Moreno considera, ainda, que com a saída de Vale da direção do Museu, a situação do acervo se tornou muito perigosa do ponto de vista de conservação. Por um lado, os poucos funcionários que continuaram a trabalhar no Museu já não se mostravam tão engajados no trabalho com a documentação e, por outro lado, o poder público demorava a tomar providências com a questão da segurança do acervo, com risco iminente de incêndio.

4 DA DESCONCENTRAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA E JUDICIAL CUSTODIADA NO MUSEU MAJOR

Uma nova configuração administrativa para o Museu, empregada a partir de 2008, após a saída de Vicente Vale da direção do Museu Major Novaes, gerou consequências na gestão da documentação do TJSP custodiada ao Museu, tendo sido, inclusive, transferida para outros dois locais.

No sentido de recuperar essa movimentação, valemo-nos de entrevistas com pessoas representantes das instituições e que, muitas vezes disponibilizaram documentos que ajudaram a refazer esses trajetos.

O primeiro ponto dessa quarta parte abará as ações do Arquivo do Estado e do Tribunal de Justiça ao tomarem conhecimento da situação de precariedade da documentação em 2012. Em seguida, serão apresentados os relatos e experiências de pesquisas acadêmicas que se desenvolveram nesse período, bem como sua influência sobre as medidas de proteção.

O terceiro ponto, inicia-se em 2014, com um novo diretor para o Museu e as novas perspectivas na gestão da documentação, em que os impactos poderão ser mensurados no monitoramento do ambiente e das condições de guarda, expostos na quarta parte. Ao final, analisaremos as informações e os dados sobre os processos de concentração e desconcentração da documentação, propondo uma leitura sobre esse processo de constituição de arquivo.

4.1 AS PRIMIERAS AÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Em entrevista com Carlos Almeida Prado Bacellar²⁹, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo e Coordenador do Arquivo do Estado entre 2007 e 2013, obtivemos a informação de que entre 2008 e 2013 a nova gestão municipal³⁰ de Cruzeiro não havia conduzido nenhum responsável capacitado para o cargo de chefia do Museu.

Essa falta de medida iniciou um processo de desarticulação da preservação da documentação custodiada. Segundo o ex-diretor do Museu, Vicente Vale³¹, essas faltas e ações administrativas principiou um processo de desestruturação do que havia sido realizado nos anos anteriores. Ele conta que o Estado havia sido obrigado a arcar com a recuperação do Casarão Major Novaes, através de um Termo de Ajustamento de Conduta³², firmado entre o Município e o Estado.

Assim sendo, toda a documentação judicial foi levada a outro antigo Casarão pertencente ao município conhecido como Solar dos Rossetti³³, localizado na região do centro da cidade, apenas a um quilômetro de distância do Museu.

Orientando do professor Bacellar, desde a iniciação científica em 2005 até o doutorado que cursa no momento de redação deste texto, Breno A. Servidone Moreno³⁴, transcreveu, descreveu, fotografou e sistematizou as informações de centenas de processos de inventários *post-mortem* dos cafeicultores de Bananal, documentação essa presente no acervo judicial custodiado no Museu desde 1998.

Desde 2005, o pesquisador faz uso do referido acervo nas investigações do chamado “Período da 2ª. Escravidão”, período esse que se estendeu durante o século XIX no Fundo do Vale do Paraíba, conforme explicitado na introdução desta dissertação. Moreno mapeia, analisa e discute as questões históricas e sociais presentes nos padrões demográfico e de disseminação de pessoas escravizadas nas propriedades.

²⁹ Informação fornecida por Carlos Bacellar em São Paulo, março de 2016.

³⁰ Prefeitura de Ana Karim (PR) foi eleita prefeita da cidade de Cruzeiro em 2008 com 77,28% dos votos. Cf. (O VALE, 2015)

³¹ Informação fornecida por Vicente Vale em Cruzeiro, outubro de 2015.

³² Termo de Ajustamento de Conduta processo nº 0005907-03.2005.8.26.0156. Número cedido pelo Museu Major Noaves.

³³ O Solar foi construído em 1910, por Carlos Rossetti, um arquiteto e imigrante italiano que viveu em Cruzeiro desde 1895. O edifício abrigou a tipografia do jornal O Cruzeiro, um dos mais importantes jornais de circulação município no início do século XX. Cf. (CRUZEIRO, [...])

³⁴ Informação fornecida por Breno Moreno em São Paulo, março de 2016.

A consulta à documentação foi fundamental para o desenvolvimento das pesquisas de Moreno e de outros pesquisadores, conforme apresentamos na terceira parte. A partir dessa comparação percebemos como as contingências de gestão do acervo dificultaram ou estimularam essas investigações acerca do mesmo.

Moreno conta que, depois de Vicente Vale deixar a direção do Museu, as condições de preservação do acervo e acesso à documentação pioraram. Segundo ele a situação se complicou ainda no Museu Major Novaes, com a falta de energia elétrica e as péssimas condições para consultar o acervo.

O pesquisador relata que a transferência da documentação para o Solar dos Rossetti foi dramática, pois nem se realizou com o cuidado necessário, nem foram tomadas as medidas necessárias à adequação do local para receber o acervo histórico, agravando ainda mais condições de guarda do acervo. A situação caótica instaurada desarranjou muito do que havia sido organizado na gestão de Vicente Vale, dificultando a consulta por parte dos pesquisadores e impedindo a conservação do acervo a longo prazo.

A situação de penúria, à qual o acervo havia sido lançado, foi comentada também por Vicente Vale, que lamentou o descaso e a priorização do patrimônio edificado em detrimento do documental. Para Vale, a urgência em iniciar o processo de recuperação do edifício do Museu colocou em risco todo o arquivo histórico.

Na busca de compreender os reveses que atingiram a documentação cartorária e judicial produzidas no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo, tivemos a oportunidade de conversar com Ângela Margarete Caniato, coordenadora da de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que além da entrevista cedida para esta pesquisa, compartilhou também cópia de processo administrativo do TJSP (TJSP, 2012).

O expediente administrativo, processo composto por 109 páginas de documentos acerca dos autos judiciais recolhidos no Museu Major Novaes, é instaurado a partir do contato por correio eletrônico do então diretor do Arquivo do Estado de São Paulo (APESP), o professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, em 27 de abril de 2012 (TJSP, 2012, p.5).

De acordo com a correspondência eletrônica copiada no processo, o então orientando de mestrado de Bacellar, Breno Moreno, vinha informando-o o estado de abandono do acervo, que havia, então, sido recolhido para outro local devido ao processo de restauro do edifício. Nessa correspondência, Moreno informou Bacellar da intenção da prefeitura em não manter tais documentos no Museu, mas os devolver aos seus respectivos fóruns.

Nesse contato, Bacellar comenta sobre as ações de preservação realizadas anteriormente, considerando o eficiente trabalho de higienização, acondicionamento e catalogação que havia sido desenvolvido por Vicente Vale, antes do estado de abandono que o mestrando descrevera.

O ex-diretor do Arquivo sugere também providências por parte do TJSP para garantir a integridade da documentação, recomendando ainda sua futura transferência ao Arquivo do Estado, afirmando: “A perda ou maltrato dessa documentação judiciária que se encontra reunida no Arquivo Municipal de Cruzeiro seria um dano irreparável para a história da região, e dos primórdios da cafeicultura paulista” (TJSP, 2012, p.5).

De acordo com o expediente administrativo cedido pelo TJSP, em julho de 2012, foi realizada uma visita técnica conjunta da Coordenadora de Gestão Documental do Tribunal, Angela Caniato, com equipe composta por técnicos do Centro de Preservação e Núcleo de Conservação da APESP (TJSP, 2012, p.65-71).

Cada uma das equipes elaborou um relatório que cita características e condições gerais de preservação do arquivo de autos judiciais. Os dois relatórios apontam para uma situação de guarda precária, em um antigo Solar com “visível estado de abandono”, observando manchas de infiltração e vazamentos através do telhado (TJSP, 2012, p.65-71).

São descritos vários tipos de problemas no estado de conservação e de adequação do Solar que atingem diretamente o arquivo do Tribunal. São ainda relatadas grandes e portas quebradas, infiltrações de água, e uma invasão no local com furtos.

O Laudo da APESP calcula a existência de “aproximadamente 800 caixas-arquivo de polipropileno corrugado”, com os autos acondicionados em pastas com descrição do conteúdo de cada processo: comarca, cartório, data da autuação, número de ordem, número de caixa, natureza da ação, nome das partes e observações.

Consoante no Laudo, um funcionário do Museu que acompanha as equipes durante a visita técnica, as informa que o trabalho de organização, higienização e acondicionamento dos autos no Museu Major Novaes foi realizado por Vicente Vale, antes da transferência dos documentos para o Solar.

As equipes descrevem o arquivo como “Trata-se de importante conjunto documental de preservação permanente” (TJSP, 2012, p.32 e 33), que por sua vez observa “sinais de infecção por fungos e brocas, ativos”. O Laudo da APESP detalha a caixa a qual Caniato se refere e acrescenta “infestação ativa de brocas, especificamente em seu estágio larval”.

Caniato entrou em contato com Vicente Vale na busca de documentos que comprovassem a reunião dos autos judiciais das antigas Comarcas. A Coordenadora aponta que aguarda o Laudo que seria expedido pelo Arquivo do Estado, que defende a recuperação do arquivo judicial custodiado ao Museu por meio de intervenções de conservação, mas alerta para que, antes disso, a documentação seja transferida de local, pois este “representa um risco iminente de perda total ou parcial do acervo em questão”.

Vicente Vale envia a Caniato um e-mail ainda no mês de julho de 2012 e faz um importante depoimento escrito a respeito do trabalho que ele havia empregado no arquivo. Ele descreve as ações de “higienização, identificação e indexação de todos os documentos”, garantindo inclusive o “acesso, consulta, manuseio e principalmente zelo pelo patrimônio histórico documental”.

Revela que a publicação, em 1997, do provimento que libera a destruição física de autos judiciais fora sua motivação para o trabalho de reunião do arquivo, levando-a a anexar ao e-mail uma série de cópias digitais de Termos de Entrega e Cessão e imagens referentes às remessas e das ações de tratamento da documentação, quando de sua gestão junto ao arquivo judicial custodiado no Museu.

Vicente Vale comenta sobre o estado de abandono em que se encontrava o Casarão Major Novaes, notando que havia feito uma denuncia ao MP que culminou em uma Ação Civil Pública que, por um lado, obrigou o Estado a arcar com a restauração do edifício e, por outro lado, levou o município de Cruzeiro a assumir o mobiliário do Museu.

Ao final desse e-mail, o ex-diretor do Museu reitera a análise de que os documentos encontram-se em péssimo estado de conservação e indica que estes sejam retirados o “mais breve possível através de uma Medida Acautelatória”, devido ao caráter histórico da documentação, transitando pelos termos e ações próprios do Poder Judicial.

Bacellar comenta ainda sobre o relacionamento institucional com o Tribunal de Justiça. No primeiro e-mail que envia ao Tribunal, Bacellar se refere a um termo de cooperação entre o Arquivo do Estado e o Tribunal de Justiça, onde chegaram a ser listadas remessas de documentação de outras partes do Estado que seriam transferidas para o Arquivo.

De acordo com Bacellar, o Tribunal tem uma “quantidade monstruosa de processos arquivados”, sendo que cerca de 100 milhões de processos acumulados teriam toda a sua guarda terceirizada a empresas privadas, que não possuem expertise na área de arquivo ou um sistema de consulta e pesquisa de fontes primárias.

O ex-diretor do Arquivo revela que alguns arquivistas do Tribunal são contra a transferência de processos permanentes a APESP, pois acreditam ser obrigação do Tribunal conservar a documentação. No entanto, muitos conjuntos de processos encontram-se em situação de esquecimento e, em sua gestão, Bacellar tomou medidas no sentido de salvaguardar esses acervos, justificando que “enquanto eles não criam [uma estrutura de preservação] a documentação está sendo devorada por bichos, então eu não posso me omitir”.

Com isso, a estrutura burocrática representada fisicamente no expediente administrativo começa uma série de comunicações internas ao Tribunal, contatando outras repartições e funcionários, no sentido de recolher dados e informações a respeito do que foi apontado por Bacellar.

Isso corrobora a afirmação de Bacellar de que esses acervos eram cedidos por decisão do juiz local da Comarca, que tem a autonomia de decidir sem a anuência ou ciência do Tribunal.

Para compreender burocraticamente essa circulação de documentação, o TJSP abre um processo de recenseamento de termos de cessão e autorizações de remessas das Comarcas para o Museu Major Novaes. Esse processo foi finalizado em outubro de 2012, resultando num protocolo que relaciona as cidades e a situação da documentação comprobatória da transferência (TJSP, 2012, p.80).

Além de ajudar a traçar uma trajetória legal das remessas de documentação recolhidas ao Museu major Novaes, o expediente administrativo apresenta ainda uma sequência de esforços e análises tanto no âmbito do Arquivo do Estado quanto da Coordenadoria de Gestão Documental do TJSP, no sentido de criar estratégias para sua preservação, por ora ameaçada.

Em um ofício de abril de 2013, a Comissão de Arquivo e Memória Bibliográfica do TJSP delibera a aprovação da proposta de recolhimento do acervo custodiado ao Museu Major Novaes e sua entrega ao Arquivo Público do Estado para efetiva preservação, e conclui: “À vista do que dos autos consta é evidente que o acervo histórico de processos depositados em poder do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, [...] está se deteriorando em virtude de más condições de armazenamento e pela ocorrência de infestação por pragas”, conforme os laudos da APESP e TJSP após visita técnica em 2012 (TJSP, 2012, p.109).

Apesar da aprovação, as ações de recolhimento ao Arquivo não foram imediatas e, em maio de 2013 Bacellar volta a solicitar ao Tribunal providências para a salvaguarda do acervo. Bacellar escreve um e-mail após quase um ano da visita técnica das equipes das duas

instituições. Nessa correspondência, o ex-diretor manifestou sua preocupação com o estado de conservação do acervo. De acordo com ele, seus orientandos “relatam com aflição, a progressiva e grave deterioração das condições de armazenamento e atendimento ao público proporcionados por essa prefeitura”.

Bacellar apresenta breve relatório sobre essa aflitiva condição, algo de muito semelhante aos laudos das equipes do TJSP e da APESP, porém a partir do ponto de vista de quem utiliza a documentação e convive com questões de rotina que podem não se apresentar em uma visita técnica.

Além do já citado arquivo no Solar dos Rossetti, cujo armazenamento era feito junto com materiais sem uso e nenhum tipo de adequação para o fim de preservá-lo, Bacellar relata ainda a falta de assiduidade dos funcionários, as falhas na rotina de limpeza que tornam os locais de guarda e consulta precários, bem como a falta de água potável e de luz, obrigando os pesquisadores a comprar “inúmeras vezes” lâmpadas para trabalhar.

Bacellar queixa-se ainda da política implementada pela nova administração da cidade, destituindo o cargo de direção do Museu o que, segundo sua interpretação, acomodou os demais funcionários deixando estes de cumprir com suas funções, colaborando, assim, com a deterioração do acervo.

Ao final do depoimento, Bacellar solicita que seja avaliada a possibilidade de transferência urgente do acervo para o arquivo, oferecendo tratamento e armazenamentos técnicos adequados à documentação.

Ainda em maio de 2013, o Tribunal de Justiça promoveu uma reunião com a participação de Caniato, Bacellar e dois diretores técnicos do Arquivo. Na memória de reunião (TJSP, 2012, p.95) consta que foram debatidas questões sobre arquivos de cidades do interior. A documentação presente no Museu Major Novaes em Cruzeiro seria transferida. O item 7 do documento afirma que o Arquivo realizaria o tratamento e guarda até que a Coordenadoria de Gestão Documental do Tribunal tivesse espaço físico para receber o acervo, sendo que o Arquivo aguardava apenas a indicação de dia e horário de recolhimento do mesmo.

Apesar dos esforços de ambas equipes a ação de transferência não se concretizou e, em dezembro de 2014, o Tribunal recebe um ofício do novo Coordenador do Arquivo do Estado, esclarecendo que a quarentena do Arquivo estava lotada e que poderia receber o acervo do Museu Major Novaes somente depois do tratamento arquivístico e de conservação (TJSP, 2012, p.105).

Na entrevista Ângela comenta e o processo administrativo cedido atesta o caráter deflagrador das considerações de Bacellar no e-mail de 2012 que motivou ações do Tribunal de Justiça no sentido do reconhecimento da documentação e promoção visitas técnicas ao arquivo custodiado ao Museu Major Novaes.

Angela conta que o que havia sido relatado por Bacellar foi registrado pelo Tribunal através da autuação do expediente administrativo “que é um documento de suporte da atividade exercida pelo Tribunal de Justiça onde a gente vai registrando todos os fatos e todas as decisões que aquele assunto requerer, em todas as esferas que ele precisa percorrer”.³⁵

Logo no início da entrevista, a coordenadora chama a atenção para uma questão que ela considera central: a ação das pessoas “apaixonadas” pela documentação com a qual estão envolvidas. Segundo ela, para além dos sistemas e normativas de tratamento da documentação, os indivíduos emocionalmente ligados aos arquivos, ou com consciência de sua importância como fonte histórica, são extremamente comprometidos com a preservação dos documentos.

Ela explica que o documento judicial é um documento extremamente rico, no qual estão expressas todas as questões jurídicas relacionadas a um sujeito desde o dia do seu nascimento, regendo assim, de forma burocrática, seu caráter de proteção ou responsabilização.

A estrutura legal e burocrática jurídica é igualmente complexa em relação aos conflitos sociais que compõem os sujeitos. Assim, o documento jurídico pode ser analisado do ponto de vista da representação material dessas relações e desses conflitos, compondo retratos de épocas, descrevendo cidades, identidades, comportamentos e histórias.

Toda essa complexidade resulta em um gigantismo processual: os mais de noventa milhões de processos históricos. O Tribunal não saberia precisar quantos deles estão destinados a entidades de ensino e de preservação. Apesar de já terem realizado mapeamentos de documentação, ainda restam lacunas sobre o que foi destinado a outras entidades ao longo do tempo.

O custo financeiro de preservação dessa massa documental é extremamente alto, a conservação de toda a documentação permanente exige, a longo prazo, um alto investimento financeiro e esforços, por parte do TJSP, na criação e na aplicação de políticas públicas de preservação de arquivos.

³⁵ Informação fornecida por Angela Caniato em São Paulo, dezembro de 2015.

Caniato comenta sobre os embates na aplicação do conceito de salvaguardar acervos que “é um movimento inteligente de saber aquilo que você tem, onde ele está e porque que você está guardando aquilo e obviamente se ele não tem valor você tem que descartar”. Ela apresenta essa ideia em contraponto ao hábito de algumas instituições de “guardar tudo para sempre”, sem critérios nem conhecimentos específicos, acumulando indiscriminadamente sem garantir a sua permanência.

O Tribunal estima que em números totais existam mais de setenta e cinco milhões de processos judiciais em São Paulo (TJSP, 2016), dentre os quais vinte e oito seriam de guarda permanente, porém ainda em processo de tratamento arquivístico e aplicação da tabela de temporalidade.

Caniato acrescenta que dos vinte milhões de processos em tramitação, neste momento, cerca de sete milhões viriam a compor o acervo de guarda permanente. Estima-se que, quando da conclusão do tratamento arquivístico em andamento, o Tribunal possuirá cerca de trinta e cinco milhões de autos judiciais findos de guarda permanente.

Caniato informa que em prédio, do TJSP, na região do bairro do Ipiranga, na capital, o Tribunal é responsável pela guarda dos processos arquivados de 2014 a 2016, e que no armazém de processos históricos, da Coordenadoria de Gestão Documental, estão armazenados os de preservação permanente. A documentação física arquivada que compreende o período entre 1941 e 2013 é armazenado sob a guarda de empresa privada contratada, correspondentes ao acervo da Capital de São Paulo e das Comarcas do Interior do Estado de São Paulo.

Essas informações podem ser observadas na tabela de resumo sobre armazenamento de processos arquivados disponibilizada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP, 2016). Dessa forma, podemos apreender que apenas 5% dos processos arquivados pelo Tribunal estão destinados às entidades de preservação e difusão de arquivos, como é o caso do Museu Major Novaes, sendo que cerca de 17% do acervo acumulado está sob guarda de empresa privada, e os outros 80% estariam sob a responsabilidade do Tribunal, distribuídos conforme gráfico:

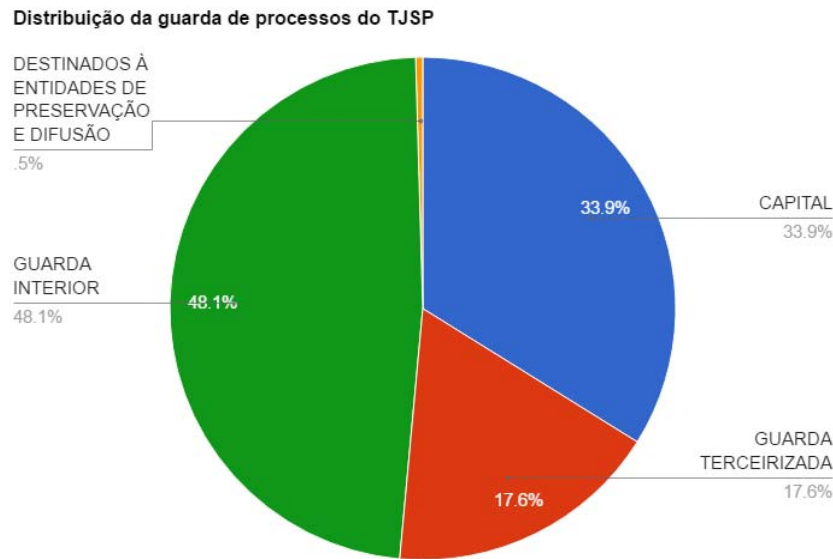


Fig. 8 - Gráfico elaborado a partir dos dados fornecidos no site do TJSP aponta que apenas 5% de sua massa documental estaria destinada à entidades de preservação e difusão. Além disso aponta que 48.1% estaria armazenada em cidades do interior paulista, enquanto que 33.9% armazenadas na Capital e o restante (17.6%) sob a guarda de empresa terceirizada.

A tabela mostra ainda alguns números referentes ao custo da preservação de toda a documentação, cujo gasto anual pode chegar a vinte e quatro milhões de reais, e um crescimento anual de quase oito milhões de processos da grande massa documental.

No sentido de preservar essa massa documental, o Tribunal de Justiça de São Paulo criou em 2013 o Programa de Gestão Documental e Preservação da Memória do Judiciário (TJSP, 2014), que inclui um conjunto de procedimentos referentes à “produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos”, com vistas ao seu descarte ou guarda permanente.

O Tribunal instituiu instrumentos para orientar a definição do valor e caráter de uma determinada documentação tais como: planos de classificação, tabelas de temporalidade, listas de verificação para baixa definitiva ou eliminação, fluxogramas e manuais, que, aliados às Comissões de Avaliação Documental, abrangem desde a distribuição dos autos de processo judicial ou instauração de expediente administrativo garantindo o acesso à informação.

A iniciativa é correspondente ao Programa Nacional de Gestão Documental e Preservação da Memória do Judiciário (PRONAME), programa este que busca estabelecer políticas de preservação e acesso para a documentação judicial produzida no âmbito nacional (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2008).

Outra importante referência para compreender a gestão de documentação judicial é o artigo “Considerações sobre a Gestão Documental de Autos Findos”, da juíza federal Ingrid Schroder Sliwka, publicado em 2011 na Revista do Centro de Estudos Judiciários (SLIWKA, 2011), que discorre sobre gestão de documentos judiciais apontando questões de natureza legislativa e normativa implicados.

No texto, ao reconhecer a “excessiva massa documental arquivada”, Sliwka indica os fatores que dificultam a efetiva salvaguarda desses arquivos, nomeadamente, a diversidade e quantidade de segmentos da Justiça; a ausência de espaços adequados de armazenamento; a falta de pessoal especializado; poucos recursos materiais; “além da ausência ou deficiência de normas e planos na gestão documental” (SLIWKA, 2011, p. 33).

Alguns avanços no sentido da criação de leis e normativas para preservação de documentação permanente, desde 2011, devem ser aqui assinalados, pois foram produzidos tanto no âmbito do judiciário quanto nas esferas federais e estaduais de gestão de documentação. Um deles é o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, lançado em 2008 pelo Conselho Nacional de Justiça. As recomendações e considerações, bem como a aplicação de normas do Programa aparecem na Recomendação n. 37 de 15 de agosto de 2011, alterado mais tarde pela Recomendação n. 46, de 17 de dezembro de 2013 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2008).

O programa busca estabelecer parâmetros para uma política de gestão documental, orientada para as estruturas e demandas específicas ao Poder Judiciário. Ao mesmo tempo, a Recomendação atrás mencionada dispõe e regula os instrumentos básicos para a preservação documental tais como, entre outros, sistemas informatizados de gestão de documentos; planos de classificação e a tabelas de temporalidade; listas de controle de guarda permanente ou eliminação de autos.

Essas iniciativas visam o aprimoramento da gestão da grande massa documental produzida nas diferentes instâncias do Poder Judiciário, tendo em vista a disponibilização de informação, a preservação de material permanente e o descarte criterioso. O programa estimula ainda a possibilidade de parcerias entre o Judiciário e museus, arquivos e universidades, permitindo a essas instituições a participação nas Comissões Permanentes da Avaliação Documental, colaborando, assim, nos processos de decisões acerca da documentação a ser preservada.

Vale destacar, ainda, as leis recentemente elaboradas nas esferas Federal e Estadual implementadas entre 2011 e 2012. A Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011

(BRASIL, 2012) é um importante instrumento de regulamentação do acesso à informação, determinando a função do poder público na garantia da transparência da gestão pública, bem como na definição de suas obrigações, rotinas e prazos no sentido de assegurar o direito inscrito na Constituição³⁶, assim como o Decreto Estadual nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal, e que dispõe sobre o acesso à informação pública no âmbito do Estado de São Paulo.

Entretanto, mesmo com investimentos financeiros e com o respaldo da lei e parâmetros de gestão de arquivos, a preservação e acesso de maneira definitiva e efetiva da massa documental custodiada ao Museu Major Novaes, talvez não estivesse ainda totalmente consolidada.

Haja vista, a reação da Câmara e da Prefeitura de Bananal que, ao tomar conhecimento das condições precárias de guarda do acervo, solicitou a restituição da documentação de acordo com os termos de transferência de remessa de documentação em 2003.

O documento de solicitação de remessa da documentação da Câmara de Bananal, assim como todos os termos de cessão e de entregas das comarcas, possui uma cláusula que restabelece a guarda da documentação à entidade original, caso solicitado (MUSEU MAJOR NOVAES, 2003), e conforme apontamos no segundo ponto da parte 2.

A vereadora Lúcia Nader³⁷, então Secretária de Cultura quando da mobilização para o envio de acervo para Cruzeiro, participou ativamente do processo e, diante dos riscos aos quais estava sujeita a documentação, elaborou, em 2013, o requerimento de restituição, acionando o Município de Bananal para garantir a devolução do acervo (MUSEU MAJOR NOVAES, 2003).

Hoje, essa documentação encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo de Bananal e, de acordo com o Secretário José Luiz de Moraes, a documentação está armazenada em uma sala do Solar Aguiar Vallim³⁸, outro Solar tombado na esfera estadual de preservação. Os documentos aguardam a construção ou adaptação de um espaço para sua conservação adequada.

Moraes informa, em conversa por e-mail, que após o tratamento de higienização, acondicionamento e organização efetuados por Vicente Vale em 2003, não foram realizadas

³⁶ O acesso a informações está previsto no 5º, 37º e no 216º artigos da Constituição Federal. Cf. (BRASIL, 2012)

³⁷ Informação fornecida por José Luiz de Moraes, por e-mail, junho de 2016.

³⁸ Construído, por volta de 1850, pelo comendador Manoel de Aguiar Vallim, é um exemplar urbano típico dos fazendeiros de café da região. Localizado à Praça Rubião Júnior no centro de Bananal, teve seu tombamento a nível estadual em 1972 (nº 7261/70). Cf. (SECRETARIA DA CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, [...])

outras ações de intervenção ou inventariação do material, sendo as consultas restritas e condicionadas à autorização específica.



Fig. 9 - Documentação da Câmara e Prefeitura de Bananal armazenada em sala do Solar Aguiar Valim, após sua restituição em 2013. Imagem cedida por José Luiz de Moraes.

4.2 O PAPEL DA PESQUISA ACADÊMICA

Mesmo diante das dificuldades de acesso anteriormente descritas, vários pesquisadores desenvolveram seus trabalhos acadêmicos ao longo de um extenso período de tempo. Desta forma, a produção científica desenvolvida em torno do acervo judicial do Museu Major Novais contribuiu direta e indiretamente na indicação de urgência de mitigação das péssimas condições de armazenamento do mesmo.

Conforme apresentado na terceira parte da dissertação, um dos pesquisadores mais constantes do acervo judicial custodiado no Museu Major Novaes é Breno Moreno, que realizou suas pesquisas desde a iniciação científica até o doutorado (em curso) utilizando a documentação como fonte primária de suas pesquisas.

Ao ser perguntado sobre como ficou a situação do acervo com a saída de Vicente Vale, Moreno a define como “terrível”³⁹. Ele calcula que o Museu ficou sem coordenação durante anos. Ele compartilhava algumas idas à região com outros colegas como Marco Aurélio dos Santos - doutorando orientado pelo professor Rafael Marquese - que também relatou essas mazelas, deixando registrada tal precariedade nas notas de sua tese (SANTOS, 2014, p. 20-21).

Marco Aurélio dos Santos relata algumas das dificuldades que enfrentou na pesquisa do acervo nas notas de rodapé de sua tese de doutorado. O pesquisador, inclusive, procurou as autoridades de Cruzeiro com propostas de projetos para a salvaguarda da documentação, infelizmente seus esforços foram “infrutíferos” (SANTOS, 2014, p.21).

De acordo com Marco Aurélio dos Santos, a documentação referente à década de 1850 estava “demasiadamente danificada”, impossibilitando o trabalho de pesquisa. Para ele, essa condição “lastimosa de preservação de documentos históricos” poderia acarretar a perda dessa importante documentação e, como tal, havia fotografado todos os processos criminais utilizados em sua pesquisa.

Ele também cita a circulação de dados e informações entre os pesquisadores como, por exemplo, bases de dados desenvolvidas por Breno Moreno e Juliana de Paiva, que realizou sua pesquisa de mestrado, apresentada em 2010, sobre “Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas, século XIX”, sob a orientação da professora Maria Cristina Wissembach Cortez, da USP.

³⁹ Informação fornecida por Breno Moreno em São Paulo, março de 2016

Outra pesquisadora, e que defendeu seu doutorado também em 2010 e orientanda de Wissembach, Fábيا Barbosa Ribeiro, comenta a respeito de sua experiência no seu doutorado “Caminho da piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba Paulista - século XIX” (RIBEIRO, 2010).

Ribeiro realizou uma pesquisa sobre as “irmandades de pretos” que se organizaram na região do Fundo do Vale do Paraíba paulista durante o século XIX, estudando a irmandade no contexto sociocultural desse período, analisando “a sua importância na construção de sociabilidades e estratégias de sobrevivência, propiciando aos pretos espaços de luta, resistência e integração com a sociedade mais ampla” (RIBEIRO, 2010).

A partir da documentação das irmandades, seus estatutos e atas, inventários e processos judiciais encontrados nos arquivos da região, Ribeiro realiza um trabalho de cruzamento de fontes, procurando assim articular os conhecimentos de um passado histórico a partir da história das pessoas.

Ribeiro menciona as dificuldades em pesquisar alguns dos acervos da região que não possuíam documentação devidamente organizada como, por exemplo, no caso da cidade de Areias que, segundo Ribeiro, estava fechado por conta de uma reforma do prédio da antiga Câmara onde o acervo estava abrigado.

Entre 2008 e 2009 Ribeiro percorreu arquivos das cidades de Taubaté, Lorena, Cruzeiro e Guaratinguetá, junto com outros colegas ligados aos projeto de pesquisa na região do Vale do Paraíba⁴⁰, em que trocas de conhecimentos com os pesquisadores Juliana Paiva e Breno Moreno, entre outros, foram fundamentais no desenrolar dos trabalhos.

Ela explica que chegou a realizar pesquisas durante o período de direção de Vicente Vale no Museu Major Novaes, realçando que sua pesquisa no acervo perdurou durante o processo de obras que se iniciara com a documentação ainda armazenada no local. Entre as memórias mais marcantes, Ribeiro se recorda de ver o imóvel muito degradado; com tetos danificados cujo “reboco caía na cabeça”; com visíveis ataques de cupim, baratas e ratos; bem como problemas de infiltração que atingiam o acervo mobiliário do antigo casarão.

Ela conta que em termos de conservação, a documentação estava em muito bom estado, surpreendentemente contrário à precariedade das condições do local. A pesquisadora encontrou a documentação referente ao período de interesse dispersa nos arquivos da região, destacando que a documentação presente no Museu Major Novaes é vasta e foi muito significativa para sua pesquisa. Segundo Fábيا Ribeiro, além de organizado, o acervo possuía

⁴⁰ Projeto de pesquisa de Maria Cristina Wissembach Cortez - USP

um catálogo impresso com numeração dos processos. A documentação era composta por pastas envolvendo os conjuntos de inventários, contendo informações e descrição do documento, o que facilitou e potencializou sua pesquisa.

Embora a documentação não tivesse sua integridade garantida por parte do poder público, os vários pesquisadores que consultaram o acervo parecem ter cumprido um importante papel na sua preservação. Para além de informarem o professor Bacellar quando ele era ainda Coordenador do Arquivo, os pesquisadores transcreveram e fotografaram quantidades consideráveis daquela documentação.

Dentre esses pesquisadores podemos destacar Breno Moreno, que em virtude da ameaça de perda do acervo, relata as mazelas com as quais a documentação passou enquanto o professor Bacellar foi diretor do Arquivo. Para Moreno, a instituição não só teria condições de garantir a salvaguarda do acervo, mas também teria condições ideais de ser preservada e acessada na própria região do Fundo do Vale do Paraíba.

O pesquisador acompanhou os movimentos do acervo até a chegada da nova diretora do Museu Major Novaes, Cláudia Ribeiro, que assumiu o cargo em agosto de 2014. Para Moreno, o fato da nova diretora ser historiadora ajudou muito na aproximação do pesquisador com a instituição, reforçando sua posição de manter o acervo na região, garantindo as devidas normas de organização e conservação.

Depois das ações realizadas por Vicente Vale e com a desorganização promovida pelo transporte e movimento do acervo, Moreno defende que além das urgentes medidas no sentido de conservar o material, será necessária uma revisão de toda a documentação. Ele descreve a fragmentação e a dispersão de documentos: “eu já vi um monte de documento que estava escrito como sendo de Bananal mas é de Areias [...] tem coisa de Areais que é de Bananal, data errada”⁴¹.

Moreno compartilhou algumas imagens feitas durante suas pesquisas de campo que mostram o estado geral da documentação. Nessas imagens são visíveis alguns danos graves - como perda de informação por esmaecimento da tinta ou ataque de brocas e manchas de fungo - mas também é possível considerar muitos materiais em bom estado de conservação.

⁴¹ Informação fornecida por Breno Moreno em São Paulo, março de 2016

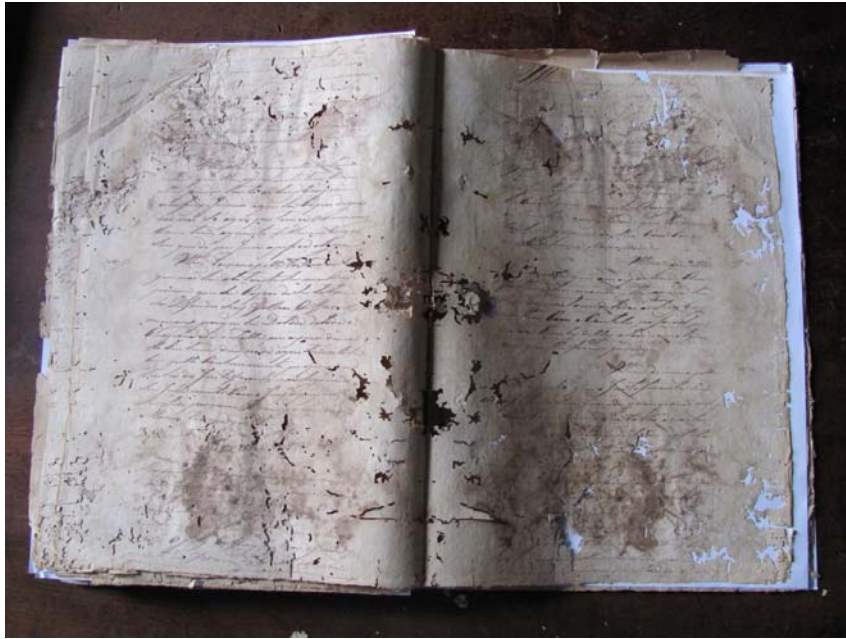


Fig. 10 - Documentação em péssimo estado de conservação, registrada por Breno Moreno
Inventário de Francisco A. Da Costa. Acervo do Museu Major Novaes, processo nº 2047 de 1861, caixa 97. Cartório do 1º Ofício de Bananal.



Fig. 11 - Esmacimento do da tinta e perda de suporte, registrada por Breno Moreno
Inventário de Francisco A. Da Costa. Acervo do Museu Major Novaes, processo nº 2047 de 1861, caixa 97. Cartório do 1º Ofício de Bananal.

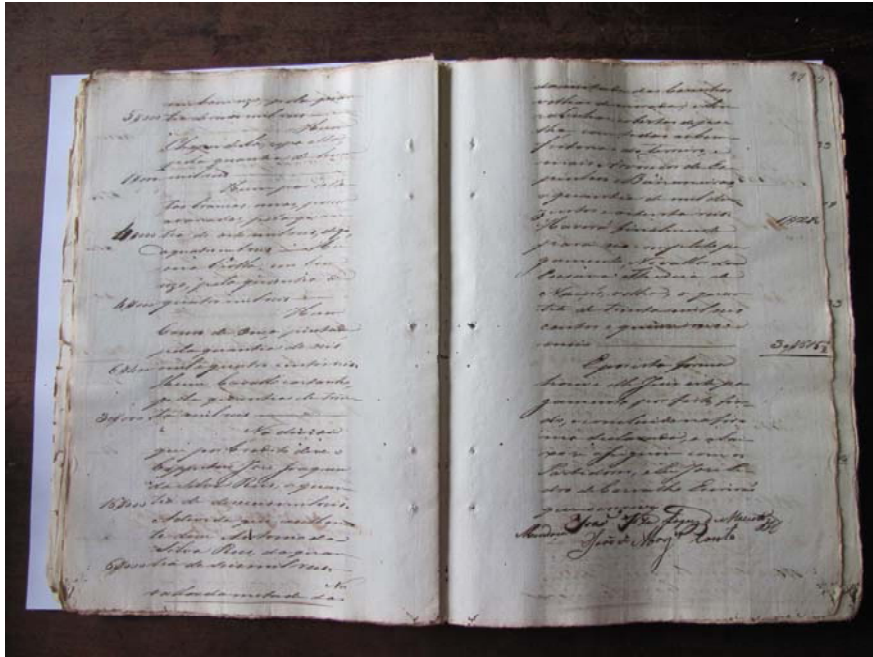


Fig. 12 - Documento em ótimo estado de conservação, registrada por Breno Moreno
Inventário de José M. Da Silva. Acervo do Museu Major Novaes, processo nº 306 de 1835, caixa 19. Cartório do 1º Ofício de Bananal.

4.3 NOVA DIREÇÃO NA GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Pouco antes da mudança na Coordenadoria do Arquivo do Estado, em Dezembro de 2014, uma equipe do Arquivo foi enviada ao Museu Major Novaes para uma nova visita técnica. Um dos profissionais que compõe essa equipe é Igor Marangoni, do Centro de Assistência aos Municípios (CAM) ligado ao Departamento de Gestão.

Em entrevista para a pesquisa, Igor explica⁴² que o CAM é um dos quatro centros do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP), e junto com Departamento de Preservação e Difusão do Acervo (DPDA) constituem-se como peças importantes na estrutura administrativa do Arquivo. São departamentos de natureza bastante distintas, mas que interagem entre si.

No Departamento Preservação e Difusão do Acervo está armazenado o acervo histórico da instituição, o laboratório de conservação e restauração, o setor de paleografia, o de microfilmagem e digitalização, bem como o setor de acondicionamento e encadernação.

Por sua vez, o Departamento de Gestão é dividido em quatro centros: o Centro de Coordenação dos Protocolos, onde são elaboradas as normativas, propostas de decretos de todo o Estado de São Paulo do Poder Executivo, seja no âmbito da administração direta ou indireta; o Centro de Gestão Documental, que atende os órgãos no sentido de prestar orientação técnica, auxiliar as comissões de avaliação de documentos e elaboração de tabelas de temporalidade; o Centro de Arquivo Administrativo, cujas atribuições incidem na preservação e acesso da documentação de caráter intermediário; e o Centro de Assistência aos Municípios que atua junto às câmaras e prefeituras do Estado de São Paulo, atendendo também prefeituras e câmaras de outros Estados, dando suporte na regulamentação de legislação.

Igor comenta que a equipe se desloca até os municípios para verificar se a lei de arquivos está implementada, se existe arquivo institucionalizado, se a legislação local trata das atribuições mínimas previstas e quais instrumentos de gestão utilizam.

No caso de Cruzeiro, Igor se recorda que antes da visita técnica eles já haviam recebido a nova diretora do Major Novaes, Cláudia Ribeiro, para realizar uma reunião em que foram abordadas as questões mais gerais relativas à legislação vigente, bem como sobre as obrigações que a prefeitura deveria cumprir. Segundo ele, Cláudia Ribeiro procurou o

⁴² Informação fornecida por Igor Marigone em São Paulo, março de 2016

Arquivo do Estado pedindo ajuda com a documentação custodiada ao Museu, mas que estava armazenada em outros dois locais.

A visita técnica foi solicitada pelo próprio município de Cruzeiro com objetivos muito específicos de verificar, prontamente, o acervo que estava no casarão dos Rossetti, suas condições, quais as possibilidades de recuperação e a necessidade de transferência.

O Relatório de Visita Técnica de 26 de setembro de 2014⁴³, elaborado pelas equipes do DGSASP e do DPDA do Arquivo do Estado, apresenta a ida de quatro técnicos do Arquivo ao Solar dos Rossetti e ao Arquivo Central de Cruzeiro, onde estava armazenada a documentação do Tribunal de Justiça de São Paulo, custodiadas ao Museu Major Novaes.

O documento expõe os graves problemas nas instalações dos dois locais. No Solar dos Rossetti, os técnicos descrevem a falta de manutenção geral da casa e do terreno que, com muita vegetação sem nenhuma manutenção, criavam “ambientes ideais para a proliferação de insetos e, principalmente, roedores”.

No interior do casarão, onde estava guardada uma parte do acervo do Tribunal, os técnicos encontraram janelas quebradas, acúmulo de materiais inutilizados, portas deterioradas sem garantia de proteção, para além de sujeira e instalações elétricas inadequadas.

Notaram ainda que a documentação havia sofrido ataque de brocas e cupins, esmaecimento da tinta, papéis úmidos dentro das caixas, colônias de fungos em atividade e, em alguns casos, a documentação apresentava uma perda de 70% da informação.

No Arquivo Central, o relatório destacou que as paredes divisórias– incluindo as da copa ao lado do acervo documental - eram feitas de chapa de aglomerado de polpa de madeira, favorecendo o ataque de insetos e roedores.

Na sala onde estavam armazenadas a outra parte dos documentos do TJSP (custodiados ao Museu Major Novaes) e uma parte da documentação do próprio Arquivo de Cruzeiro, os técnicos encontraram problemas nas instalações elétricas e sujidades. Essa sala apresentava uma situação um pouco menos desfavorável do que o restante da documentação do arquivo, já que este estava exposto à infiltração de água pluvial e ataque de cupins, dividindo ainda o espaço com “objetos dos mais variados” como um “ciclomotor (mobile-te)” e “esquifes funerários”.

⁴³ Cf. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014)

Igor se recorda dos graves problemas de conservação dos acervos, mas destaca os esforços do funcionário responsável pelo Arquivo Central, que percebera “que ele estava se esforçando para fazer o que dava, pra ele fazer com o que ele tinha”.

Ao final do relatório, os técnicos apresentam orientações no sentido de mitigar os danos, nomeadamente, a secagem de documentação úmida, higienização, troca de acondicionamento e tratamento arquivístico dos acervos, bem como a desativação da copa. Recomendam ainda, a transferência urgente da documentação que estava no Solar dos Rossetti para outro imóvel.

O relatório extrapola o simples informe das condições do acervo e acaba por elaborar um texto explicativo e quase didático, informando ao município das relações de causa e consequência no que se refere às questões de conservação e segurança do acervo, para além de clarificar como se dá o surgimento de pragas e a contaminação por fungo. Igor explica que essa é uma postura conscientemente adotada pelo Arquivo do Estado no sentido de fixar normas e práticas de preservação nas instituições visitadas.

Todavia, o quadro de abandono do acervo anteriormente registrado se modifica, conforme pudemos perceber no Relatório de Vistoria⁴⁴ de fevereiro de 2015, que apresenta uma situação significativamente melhor do acervo. A Diretora Técnica do Núcleo de Conservação, Norma Cassares, e o Executivo Público do Núcleo de Conservação do Centro de Preservação, Carlos Sampieri, do DPDA do Arquivo, depararam-se com uma instituição museológica com uma diretoria atuante e um edifício histórico tombado restaurado, bem diferente da visita de setembro do ano anterior.

Segundo Igor, essa visita foi solicitada pelo Tribunal devido à complexidade da situação de degradação, bem como o aceleração de processos de deterioração dos acervos, registrada cinco meses antes, refletindo assim os compromissos e obrigações do TJSP e do Arquivo do Estado. A intenção fora averiguar a condição geral da documentação judicial do Museu Major Novaes armazenado no Arquivo de Cruzeiro e no Solar dos Rossetti.

No relatório é mencionada ação de recolhimento da documentação pertencente ao Tribunal de Justiça por Vicente Vale. Tal ação é motivada pela busca em centralizar, preservar e dar acesso ao acervo, acrescentando à precariedade das condições de guarda do acervo registradas após a saída do ex-diretor, por sua vez agravadas com a transferência do acervo para o Solar dos Rossetti.

⁴⁴ Cf. (NÚCLEO DE CONSERVAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO DIFUSÃO DO ACERVO, 2015)

As informações são de Cláudia Ribeiro, a nova diretora que havia assumido a liderança do Museu cerca de seis meses antes da visita técnica atrás mencionada. Cláudia Ribeiro, preocupada com a situação dos documentos depositados no Solar, determinou a transferência do acervo para o Arquivo Central de Cruzeiro, “com vistas a uma nova e definitiva transferência ao prédio do Museu Major Novaes”.

Os técnicos verificaram que, apesar das condições no Arquivo Central não apresentarem nenhuma melhora visível, o processo de restauro do casarão do Major Novaes providenciava agora instalações mais adequadas para a função de preservação do acervo.

Segundo esse relatório, o restaurado casarão do Major Novaes contava agora com sistemas de segurança contra roubos e incêndios, uma sala para guarda do acervo e outra para o tratamento da documentação. Apesar do aparente mau dimensionamento dessa sala, a documentação estaria em condições próprias para sua conservação, “bastando se tomar alguns cuidados quanto a ventilação e controle de umidade”.

A despeito de não terem sido empregadas as recomendações técnicas presentes no relatório de setembro de 2014, a equipe constatou que a documentação, de maneira geral, estava em bom estado de conservação, condição essa propiciada pelas ações de higienização, acondicionamento e organização empregadas por Vicente Vale.

Nesse relatório, a diretora do Museu informa à equipe as medidas que vinham sendo tomadas para o devido tratamento do acervo: o contato com as equipes do APESP solicitando apoio técnico, bem como a aproximação com o Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM). Adicionalmente, a partir da visita da museóloga Elizabeth Zolcsak, foi discutida a possibilidade de elaboração de um plano museológico.

Nessa visita, os técnicos do Arquivo constataram que se tratava de “uma ação sólida no sentido de recuperar a documentação alvo da vistoria”. A equipe recomendou o não recolhimento do acervo para o Arquivo do Estado, tendo em vista a percepção do “entusiasmo” diante dos resultados já alcançados por parte da direção do Museu no sentido da preservação do acervo. A equipe levou em consideração, ainda, a importância da proximidade do acervo de seu local de produção:

“acreditamos que essa massa documental está recebendo tratamento adequado e aceitamos o fato de que para o bem da coletividade, os processos devem permanecer junto à comunidade onde ela é capaz de fomentar a produção de conhecimento onde faz sentido” (NÚCLEO DE CONSERVAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO DIFUSÃO DO ACERVO, 2015)

O relatório propõe uma parceria com o município para a capacitação sobre tratamento e preservação de acervos arquivísticos para os funcionários do Museu. Assim, foram apresentadas algumas recomendações, tais como a higienização do acervo, a troca do acondicionamento deste, bem como o uso de ventiladores e telas tipo “mosquiteiro” nas janelas para promover a circulação do ar.

Com base nos relatórios e a partir das conversas com Igor Marangoni e Norma Cassares, aparecem duas questões centrais. A primeira tem a ver com a capacidade dos municípios em cumprir com as normativas e alcançar as recomendações. A segunda questão, refere-se às pessoas envolvidas com os arquivos, cuja vontade e certa sensibilidade em cuidar desses artefatos garantem minimamente a sua proteção.

Perguntado sobre como os municípios lidavam com seus acervos a partir do contato com os técnicos do Arquivo e das orientações e normativas arquivísticas apresentadas, Igor reconhece que em geral, e também no caso cruzeirense, as causas estão nas dificuldades de ordem financeira e política: “a parte mais difícil é sensibilizar de fato quem está com poder de decisão”. Ele conta da dificuldade de se convencer um político ou um gestor público a investir verba e recursos humanos em um arquivo que não tem “capital político”, por não se apresentar para eles e, muitas vezes, à população, como benefício direto ao município.

Igor acredita na lógica contrária, sugerindo que os arquivos podem trazer importantes benefícios para uma comunidade e pondera que quem sabe disso, normalmente, são alguns servidores que trabalham diretamente com o acervo e que geralmente são apaixonados. Nesses casos, “não há nem necessidade de convencê-los de nada, eles já estão convencidos, até por estarem trabalhando ali já escolheram isso”⁴⁵.

Segundo ele, faz muito tempo que o Arquivo se preocupa com a manutenção desses acervos nos municípios, já que o Centro de Assistência aos Municípios foi precisamente criado para fomentar os conceitos e práticas preservacionistas nos municípios, estimulando assim a permanência desses acervos nos seus locais de origem, acessíveis à população local.

O processo de recolhimento é, em si, um ato extremo, exigindo uma atuação mais forte do Ministério Público que, recentemente, tem operado muito mais intensamente no campo da guarda de documentação. Essa seria a função do CAM em sua essência: tentar garantir que os municípios encontrem algum apoio, ainda que não seja apoio financeiro, porém sem nenhum ônus para as prefeituras e para as câmaras.

⁴⁵ Informação fornecida por Igor Marigone em São Paulo, março de 2016

Igor afirma a disposição desse órgão em promover oficinas, cursos, visitas e reuniões nos próprios municípios, incentivando assim a permanência da documentação em suas regiões administrativas com condições mínimas de adequação. “A gente não pode exigir que Cruzeiro garanta para o acervo a mesma condição que a gente vai ter aqui na torre do Arquivo Público do Estado”⁴⁶.

Sobre os arquivos do Tribunal, tem-se observado que, na prática, há uma ausência de critérios e padrões claros. Em geral, os juízes de cada município acabam conveniando cada caso de forma particularizada, aplicando cláusulas que não seguem um modelo exato, fomentando, desse modo, disparidades entre os municípios, cujas decisões dependem essencialmente da empatia do juiz e/ou das pessoas envolvidas na prefeitura para com a documentação.

Ele explica que, em sua maioria, o que se verifica é que essas massas documentais pertencentes ao TJSP estão em muito melhores condições de proteção do que a documentação produzida pela própria prefeitura ou pela câmara municipal de algumas cidades. Em alguns municípios, a documentação histórica permanente se restringe a documentação cartorária e judicial, enquanto, muitas vezes, a documentação produzida no âmbito administrativo do município já se perdeu.

O Tribunal de Justiça de São Paulo reconhece as fecundas parcerias junto às estruturas normativas como o Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ), de onde se originam as políticas nacionais de arquivos, bem como o Arquivo Público de São Paulo, cuja atuação se dá no nível estadual.

A coordenadora de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Angela Caniato, lembra da relevância dessa colaboração quando da primeira visita ao acervo custodiado ao Museu Major Novaes, ocorrida em julho de 2012. Naquela ocasião, e os laudos apontam isso, a situação de penúria da documentação impossibilitava sua preservação e pesquisa. Diante disso, as equipes constataram que a documentação não deveria permanecer naquelas condições: “viemos para São Paulo com a ideia de fazer um recolhimento”⁴⁷.

Entretanto, a partir da visita da equipe do APESP (Fevereiro de 2015) e a verificação de uma mudança de postura com relação à documentação, o Tribunal decide manter o acervo custodiado ao Museu, mas que ainda não estava armazenado em suas dependências.

⁴⁶ Informação fornecida por Igor Marigone em São Paulo, março de 2016

⁴⁷ Informação fornecida por Angela Caniato em São Paulo, dezembro de 2015.

Em documento de julho de 2015⁴⁸, Caniato faz uma análise dos relatos dos especialistas do Arquivo, cita a “constatação de uma ação sólida de recuperação da documentação” e suas recomendações, sugerindo o “acolhimento das recomendações” e solicita autorização para visitar o Museu, quando de sua reinauguração.

Solicita permissão para que a Coordenadoria de Gestão Documental trabalhe em parceria com o Núcleo de Conservação e Preservação do APESP, de forma a elaborar um plano de ação para a conservação do acervo documental custodiado ao Museu, e solicita ainda que se “monitorem os trabalhos até sua definitiva conclusão”.

Ela sugere, também, a adesão por parte do Museu ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), órgão do CONARQ, que sistematiza o cadastro de instituições custodiadoras de acervos, para além de organizar em uma base de dados de informações de localização, contatos e características de arquivos, facilitando o acesso a esses acervos.

Cláudia Ribeiro Santos, cruzeirense e historiadora, realiza atualmente seu doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo consultado o acervo do Museu Major Novaes na sua dissertação de mestrado “ O Momento: um espaço de luta ferroviária na cidade de Cruzeiro em 1933”, de 2012, e em sua tese de doutorado sobre “A organização operária na cidade de Cruzeiro entre 1917 e 1922”.

Cláudia Ribeiro conta, em entrevista⁴⁹, que pesquisa a história da cidade de Cruzeiro desde a graduação e é professora efetiva da rede municipal de ensino desde 2008. Em Agosto, Cláudia Ribeiro foi convidada para assumir a diretoria do museu pelo prefeito em exercício naquele período, Rafic Zake Simão (PMDB), que levou em consideração a formação e vínculo com a prefeitura na decisão.

O vice-prefeito de Cruzeiro havia assumido a gestão da prefeitura em Agosto 2014 quando convida Cláudia Ribeiro para a direção do Museu, durante o afastamento da atual prefeita Ana Karin Dias de Almeida Andrade (PR)⁵⁰, que reassume o posto em outubro de 2015 mantendo Cláudia Ribeiro na direção do Museu.

Cláudia Ribeiro tem a perspectiva de chegar ao final de sua gestão no Museu em Dezembro de 2016. Ela fala dos avanços na estruturação da instituição como legados de sua direção. Cláudia Ribeiro se refere à elaboração de um plano museológico, um projeto museográfico e um projeto de lei elaborados em sua gestão.

⁴⁸ Cf. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015)

⁴⁹ Informação fornecida por Cláudia Ribeiro Santos em Cruzeiro, março de 2016

⁵⁰ A prefeita de Cruzeiro, reeleita com 56,4% dos votos em 2012, foi cassada quatro vezes entre março e junho de 2014, sob acusações de irregularidades administrativas. Cf. (OVALE, 2015)

O Plano Museológico Museu Major Novaes foi produzido em Dezembro de 2014 pela museóloga Elisabeth Zolcsak do SISEM-SP, em parceria com a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM) e com uma empresa de comunicação de patrimônio cultural e ambiental. Cláudia Ribeiro fala da generosidade e atenção que tem recebido da equipe do SISEM e da Secretaria da Cultura do Estado de SP, que tem acolhido seus trabalhos, ideias e angústias⁵¹.

O plano museológico é um relatório completo que apresenta um histórico da cidade de Cruzeiro e do Museu Major Novaes, incluindo uma descrição de objetos de relevância como móveis, objetos de arte sacra, moedas, louças e leques, entre outros (SISEM, 2014, p. 8).

O documento traça um plano de gestão que abrange desde um programa sócioambiental e arquitetônico, para além de um programa de acervo que inclui recomendações para sua conservação, ordenação e inventariação (SISEM, 2014, p. 19). Trata ainda de um programa de gestão de recursos humanos, uma proposta de estrutura de quadro de funcionários que prevê um coordenador, profissional este com formação de nível superior na área de acervo, exposições e educativo; um assistente técnico-administrativo; bem como auxiliares de limpeza, jardinagem e segurança (SISEM, 2014, p. 19).

Segundo o documento, discussões anteriores na prefeitura indicam alguns eixos temáticos para a exposição de longa duração do Museu, a saber, “1. Café: móveis relacionados ao período do casarão como sede de fazenda; 2. Ferrovia: coleção de fotografias; 3. Revolução de 32: alguns artefatos do acervo e fotografias” (SISEM, 2014, p. 9). Estranhamente, o plano sequer cita diretamente a documentação do Tribunal custodiada ao Museu, apenas faz menção à promoção da salvaguarda do acervo do Museu como um de seus objetivos.

Por sua vez, o Projeto Museográfico Museu Major Novaes foi elaborado por Cláudia Ribeiro em junho de 2015, com o objetivo de apresentar uma proposta de exposição de longa duração com base nos eixos sugeridos no plano do SISEM, sem também tratar diretamente do acervo judicial. O projeto prevê a distribuição nos temas da família Novaes e o café, ferrovia e Revolução de 1932 nos espaços do casarão (SISEM, 2014, p. 5).

Em seguida, o Museu participou na produção de um projeto de lei que dispõe sobre o funcionamento do mesmo, no sentido de traçar suas diretrizes e legitimar suas ações. A Lei nº 4.415, de 17 de setembro de 2015, institui diretrizes a partir das definições dos conceitos de museu (artigo 1º) e bens culturais (artigo 3º); estabelece atribuições à instituição no sentido

⁵¹ Informação fornecida por Cláudia Ribeiro Santos em Cruzeiro, março de 2016

da conservação, segurança do acervo, a promoção de ações educativas e ações de inventariação dos bens que compõem seus acervos, nos artigos 6º, 9º e 13º, respectivamente.

O artigo não especifica uma estrutura de organização que formaria o quadro de funcionários da maneira como foi proposto no plano museológico do (SISEM, 2014, p. 16), responsável por manter no Museu servidores devidamente capacitados. Cabe assim ao Museu a produção de registros de identificação do acervo, sua devida conservação e acesso com base no plano museológico, que definiria as funções básicas e específicas do Museu.

Ainda que não tenha sido encontrada qualquer menção direta ao acervo do Tribunal de Justiça, ou qual o sentido da consolidação do arquivo em nenhum dos três documentos produzidos no âmbito Museu Major Novaes e da cidade de Cruzeiro,, os avanços legais e de planejamento devem ser destacados.

Esses fatores cooperam na divulgação das questões relacionadas com o patrimônio cultural da cidade, visível nas ações de parceria com órgãos da capital na valorização de suas pesquisadoras e docentes, ao colocar uma delas no centro da construção do Museu, e ao incluir os poderes executivo e legislativo da cidade para debater e elaborar uma concepção e orientação de museu.

Os projetos, planejamentos e diretrizes presentes nesses documentos ajudam a compreender os mecanismos de ações e formas de compromissos firmados entre as entidades diretamente envolvidas, em uma operação de construção de uma política institucional museológica, de caráter histórico, que poderia favorecer a preservação do acervo judicial em questão.

Essas impressões reforçam as constatações do Relatório de Vistoria⁵² do Núcleo de Conservação do Arquivo do Estado, e sustentam a opinião do TJSP em acolher essas recomendações⁵³ de manter a documentação sob os cuidados do Museu Major Novaes.

Tendo em conta as sucessivas mudanças nas práticas e posturas de conservação a que a documentação esteve submetida – desde o seu recolhimento e organização originais, passando por um período de abandono, ao que sucedeu o atual processo de reconstrução - torna-se necessária uma análise mais aprofundada da atual situação deste acervo. Neste sentido, para além das projeções elaboradas e dos significativos avanços no âmbito legislativo, importa um diagnóstico sobre as condições atuais de preservação da documentação a partir do contato empírico com o acervo, conversas com a equipe do Museu e

⁵² Cf. (NÚCLEO DE CONSERVAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO DIFUSÃO DO ACERVO, 2015, p. 12)

⁵³ Cf. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015)

do monitoramento do ambiente, com base na competência profissional adquirida e à luz da bibliografia relacionada.

4.4 A APROXIMAÇÃO COM O ACERVO, MONITORAMENTO E DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DE PRESERVAÇÃO

A nossa primeira visita ao Museu Major Novaes foi realizada em março de 2015, sob forma de uma visita de aproximação que permitiu a apresentação do projeto de pesquisa à diretora Cláudia Ribeiro, que prontamente se dispôs a mostrar o casarão restaurado, onde seriam os espaços de exposição, de guarda de acervo e auditório.

Esse espaço apresentava, nessa data, um oratório restaurado, portas e janelas tratadas e pintadas quase como novas. As paredes brancas de cal recente deixavam entrever, por entre algumas aberturas, a pintura parietal que estava sob a tinta, assim como uma parte da parede de pau a pique que fica à vista, cuidadosamente protegida por um vidro. O piso era composto por assoalho novo, em ótimo estado, e o jardim recém-reformado era contornado por um deck de madeira.

A possibilidade da construção e consolidação de um museu e a preservação de seus acervos, cuja direção se esforçava em buscar apoios e orientações, parecia promissora. Essa mesma conjuntura poderia ter sido encontrada pela Diretora Técnica do Núcleo de Conservação do APESP, Norma Cassares, que esteve em visita ao Museu um mês antes, e cujo laudo suscitou a permissão de permanência do acervo no Museu, por parte do TJSP.

Na ocasião de nossa visita, Cláudia Ribeiro contou um pequeno histórico da documentação e compartilhou um relatório sobre as medidas que foram e que as que ainda seriam adotadas pelo Museu para a preservação da documentação, elaborada por ela e entregue aos cuidados de Norma Cassares, do APESP (MUSEU MAJOR NOVAES, 2015).

O documento aponta a trajetória do Museu e seus acervos, trata do trabalho de recolhimento de Vicente Vale e, em seguida, das péssimas condições de armazenamento ao qual o acervo foi deixado, e citava as providências já tomadas pela direção do Museu, incluindo também contatos e solicitação de apoios a entidades competentes. Nesse relatório, é apresentada uma tabela com um levantamento relativo ao acervo do Tribunal de Justiça, custodiado ao Museu Major.

Esse levantamento é provavelmente o único documento de referência da documentação custodiada. Isso, deve-se tanto às alternâncias e dissociações enfrentadas pelo acervo nos últimos anos, como também devido ao roubo dos computadores contendo a base de dados organizada por Vale, ainda em sua gestão, conforme apontado na terceira parte dessa pesquisa.

CIDADES	ESPECIFICAÇÕES
Cruzeiro	1º Ofício 49 caixas
	2º Ofício 41 caixas
	Crime 29 caixas
Bananal	1º Ofício 250 caixas
	2º Ofício 28 caixas
	Crime 75 caixas
	Cível 20 caixas
Silveiras	1º Ofício 35 caixas
	2º Ofício 31 caixas
	Crime 28 caixas
São José do Barreiro	1º Ofício 54 caixas
	Cível 38 caixas
	Crime 36 caixas
Lorena	2º Ofício 10 caixas
	Cível 06 caixas
	Crime 10 caixas
Audiências Gerais	10 caixas
Avulsas Embaú	02 caixas
Avulsas São José do Barreiro	01 caixa
Lorena Diversos	01 caixa
Bananal Diversos	03 caixas
Avulsos Geral Cartorária Bananal	08 caixas
Audiência Comercial de Bananal	01 caixa
TOTAL	757 CAIXAS

Tabela 1 – Acervo cartorial, segundo relação apresentada no relatório do Museu Major Novaes elaborado por Cláudia Ribeiro em fevereiro de 2015



Fig. 13 - Vista do Museu Major Novaes e seu jardim em março de 2015.
Foto: Hugo Mesquita.

A mesma percepção de uma conjuntura administrativa favorável à preservação do acervo foi reiterada em nossa segunda visita, realizada no Museu Major Novaes em setembro de 2015. Nessa ocasião, pudemos observar que três estantes de documentação do acervo judiciário já haviam voltado a ser armazenadas no local, contendo uma parte da documentação do Tribunal de Justiça custodiada ao Museu, junta agora a outros documentos históricos e objetos museológicos da instituição.

Essa sala de armazenamento não se encontrava totalmente ocupada, o que permitia a circulação de ar e de pessoas livremente. O ambiente estava limpo e iluminado, a janela aberta, porém com os vidros fechados, a ventilação ficava por conta do ar condicionado que estava ligado. O estado geral da documentação parecia razoável, a maioria desta guardada em caixas tipo arquivo. Havia, por outro lado, documentos sem nenhum tipo de proteção.

A formação de uma instituição de preservação e difusão de acervos, pautada pelas premissas arquivísticas, conservativas e museológicas que haviam sido orientadas pelas equipes do APESP, SISEM e do Tribunal de Justiça - somadas à convicção da diretora Cláudia Ribeiro em perseguir esses objetivos - parecia, de fato, promissora.

Para compreender melhor a relação das condições do ambiente com a conservação do acervo armazenado, agendamos uma visita subsequente com vistas a realizar uma avaliação do estado de conservação do material, tendo também instalado um aparelho de monitoramento de temperatura e umidade relativa do ambiente (*datalogger*).

A partir do Plano Museológico do SISEM⁵⁴, que apresenta um plano de ocupação de espaços do casarão, desenvolvemos uma planta baixa do pavimento inferior, mostrando as medidas e proporções da edificação, indicando os cerca de 20m² destinados à guarda da documentação custodiada. Nesta planta estão representados também os outros espaços que constituem o Museu e seus usos.

⁵⁴ Cf. (SISEM, 2014).

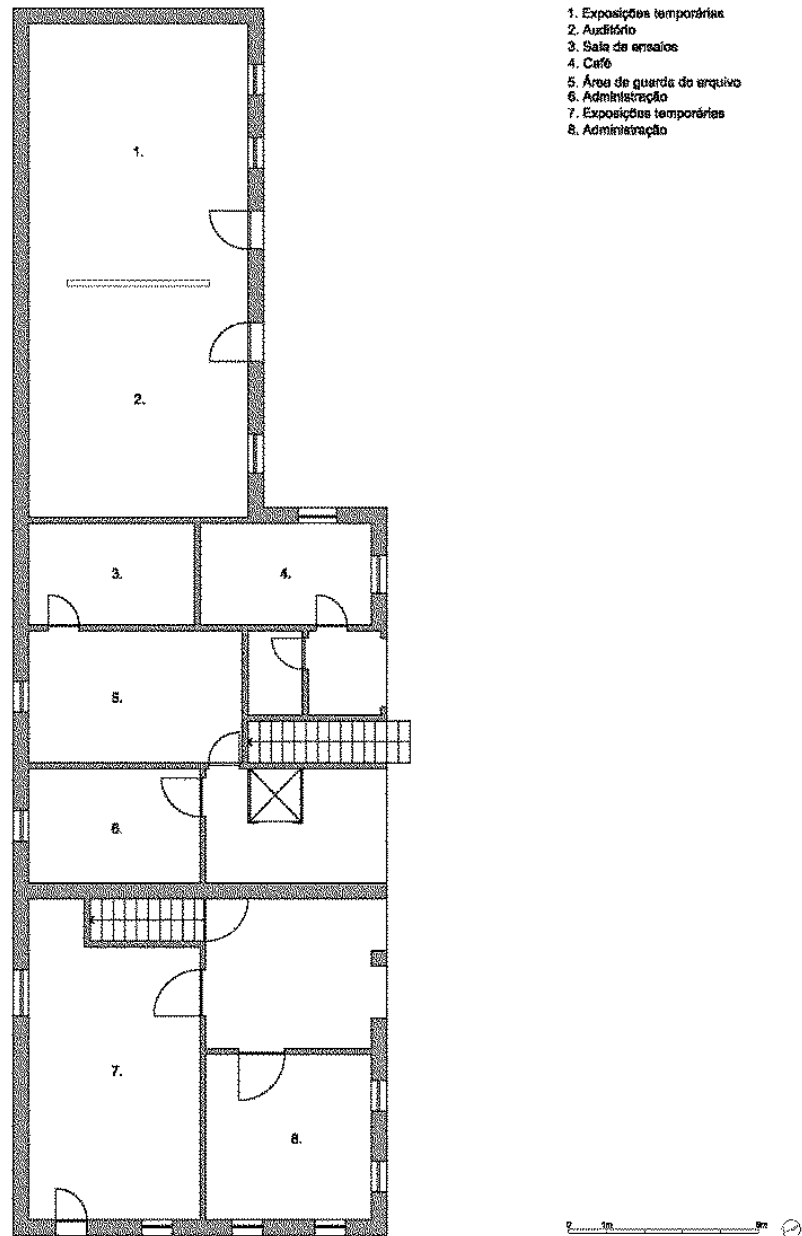


Fig. 14 - Planta baixa do pavimento inferior indicando onde está armazenado o acervo desde 2014.
Desenho: Hugo Mesquita



Fig. 15 - Condições de armazenamento de parte do acervo judiciário custodiado ao Museu e também outros acervos pertencentes ao Museu em setembro de 2015. Foto: Cibele Monteiro.

Na terceira visita, efetuada em abril de 2016, o quadro de preservação do acervo era, dessa vez, temerário, contrariando o que havia sido observado nas duas visitas anteriores. A sala de guarda do acervo estava completamente atulhada de objetos e materiais diversos. Observamos sujidade generalizada, bem como a visível desorganização do material armazenado.

Questionada sobre a mudança no rumo da gestão do acervo, Cláudia Ribeiro comenta que o edifício do Museu Major Novaes havia, entretanto, tornado-se sede da Secretaria de Relações Institucionais, Cultura e Esporte de Cruzeiro. Como consequência, os funcionários que utilizam as salas do Museu foram realocados para o Casarão, como os materiais trazidos da Secretaria, que passaram a ser armazenados com o arquivo.

A diretora aponta algumas dificuldades em gerir o acervo desde a instalação da Secretaria no local, afirmando que “arquivo não é depósito”, indicando a existência de conversas com a Secretaria no sentido de demarcar o espaço do Museu. Apesar da convicção de Cláudia Ribeiro, muitas questões de caráter administrativo do Museu teriam, porém, de ser individualmente negociadas com a Secretaria a qual o Museu está subordinado.

Impressionados com o rápido declínio nas perspectivas de tratamento adequado à preservação do acervo, sugerimos à Cláudia Ribeiro buscar mais uma vez o apoio das equipes técnicas do Arquivo do Estado e do Tribunal de Justiça. Essas equipes, já haviam indicado em

seus relatórios a disponibilidade para orientar ações de conservação e organização de forma conjunta (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Como verificado na visita de setembro de 2015, parte da documentação do TJSP - caixas de documentos das cidades de Bananal Silveiras e Lorena - ocupava ainda as mesmas três estantes. Estas estantes dividiam agora o espaço com outros documentos do acervo pertencente ao Museu, bem como cadeiras de plástico empilhadas, cavaletes de pintura, estruturas de metal; pacotes de açúcar; um torso de manequim; uma caixa elétrica de amplificação de som, entre outros objetos estranhos a um local de guarda de acervo.

A janela estava totalmente fechada e tinha o acesso obstruído por cadeiras de plástico, dificultando a ventilação, cuja eficiência se via agora ainda mais limitada, dado que o aparelho de ar condicionado estava sujo e desligado. Identificamos também a presença de traças e outros insetos, em um espaço com muita sujeira, cuja manutenção da limpeza deve ter sido dificultada pelo atulhamento de objetos.

Notamos ainda alguns fatores de risco que favorecem a dissociação do acervo, tais como caixas de documentos sem identificação, documentos sem nenhum tipo de embalagem de proteção, e aparente falta de segurança, apesar da presença de câmeras de vigilância.



Fig. 16 - Condições de armazenamento de parte do acervo judiciário custodiado ao Museu em abril de 2016. Foto: Cibele Monteiro.

Restava saber quais seriam as condições de conservação da documentação do TJSP, através de um diagnóstico geral. O objetivo era, por um lado, verificar as condições para preservação do suporte da informação e, por outro lado, verificar também a possível correlação entre os documentos encontrados a partir das pesquisas acadêmicas de Moura (MOURA, 2014) e Moreno (MORENO, 2013) que haviam utilizado o acervo cartorário e judicial como objeto de estudo.

Dessa forma, estabelecemos uma metodologia de diagnóstico, que consistiu em avaliar o estado de conservação do acervo a partir de uma amostra dos documentos, realização de um registro fotográfico dessa amostra, bem como a caracterização microclimática do ambiente de guarda de acervo⁵⁵.

Levantando indícios das condições de acesso aos documentos naquele contexto desordenado, estabelecemos as relações entre os documentos armazenados e os aqueles que haviam sido inventariados em pesquisas realizadas anteriormente. Estes inventários, realizados com um intervalo de 30 anos entre si, revelam os efeitos de significativas mudanças de guarda e gestão da documentação.

Comparamos os inventários consultados por Carlos Eugênio Marcondes de Moura (MOURA, 2014), entre 1974 e 1975 e, e por Breno Moreno (MORENO, 2013), entre 2012 e 2013, ambos relativos à cidade de Bananal. A pesquisa de Moura é desenvolvida até 1975, nos cartórios de cidades da região do Fundo do Vale do Paraíba, enquanto que a pesquisa de Moreno é realizada em 2013 no Museu Major Novaes.

A possibilidade de se encontrar alguns desses inventários coincidentes e, poder avaliar seu estado de conservação, poderiam oferecer pistas das condições de preservação do acervo de maneira geral. Observamos que nos levantamentos apresentados onze títulos de inventários de proprietários coincidiam. Desses onze títulos correspondentes nas duas pesquisas, encontramos apenas quatro na parte do acervo que está no Museu, conforme a identificação de caixa e pasta expostos no mestrado de Moreno.

Não é possível afirmar que os inventários e caixas não encontrados não existam, já que estes podem estar armazenados em outras caixas no Museu ou guardadas no Arquivo Central. O relevante é que a sua existência significa que ainda é possível recuperar o acesso à documentação, mesmo após tantas oscilações nas políticas para sua preservação.

Somente um inventário completo e detalhado de toda a documentação judicial, em conjunto com uma análise comparativa com os trabalhos de pesquisa poderia comprovar

⁵⁵⁵⁵ Cf. (FABBRI, et al, 2010, p.83)

eventuais desaparecimentos de documentação sendo que, mesmo assim, poderiam existir lacunas. Tal proposição, não era objeto direto desta pesquisa e, não havendo tempo hábil para a composição de inventário completo, o trabalho não foi continuado já que tomaria, provavelmente, vários anos de trabalho de uma equipe completa.

O contato com as caixas que continham os inventários coincidentes nas pesquisas de Moura e Moreno, permitiu um recorte no acervo, que foi utilizado como amostragem para a avaliação da documentação. Com isso, elaboramos um diagnóstico sobre o estado de conservação do acervo do TJSP, focando na observação de sinais de deterioração da documentação contida nas caixas à luz de publicações do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, pela sua relevância no campo da conservação e seu caráter normativo no Estado.

Cassares classifica a sujidade como elemento que mais danos pode causar aos acervos documentais. Segundo a autora, a sujidade depositada sobre o documento, aliada à alta umidade relativa, pode causar manchas no suporte e prejudicar sua integridade física, e afirma que “A sujidade não é inócua e, quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todos os suportes num acervo” (CASSARES, 2000, p. 27).

Em “Diretrizes em Conservação de Acervos Museológicos”, Heloísa Maria Pinheiro de Abreu Meirelles, recomenda a análise das condições de higiene e limpeza do acervo, assim como, identificar as tipologias de materiais e suportes, e o registro fotográfico dos problemas e características encontrados (FABBRI, et al, 2010, p. 83). A partir da observação de sinais de degradação e registro das condições de conservação do acervo foi realizado o diagnóstico de inventários de quatro proprietários e produtores regionais de café no século XIX: Domiciana Maria da Conceição, Inácia Maria de São José, Alexandre Ribeiro Barbosa e Comendador Antônio Barbosa da Silva.

Os quatro inventários estavam acondicionados nas caixas de número 19, 78 e 107 relativas ao Cartório do 1º Ofício de Bananal e que abrangem o período de 1835 a 1856. Todos os conjuntos de inventários verificados estavam organizados dentro de pastas de papel branco de alta gramatura, com identificação do Museu Major Novaes. Incluíam ainda anotações sobre a descrição da documentação, como Comarca e data de produção, nomes dos envolvidos e observações sobre o conteúdo.

Notamos que, em geral, a documentação apresentava presença de sujidades na superfície do suporte, fragilidade para manuseio, esmaecimento intenso da tintados manuscritos, assim como aspectos de degradação, manchas e perdas de suporte de papel, em

muitos casos causadas por ataque de fungos e de brocas. Esses fatores são apontados no texto de Cassares, como potencializadores da degradação da matéria que compõe os documentos.

Constatamos, ainda, que em duas das quatro caixas examinadas, os documentos estavam úmidos, assim como havia sido descrito no Relatório de Visita Técnica da equipe do APESP em setembro de 2014, quase dois anos antes de nossa visita.

Apesar dos visíveis problemas de conservação dessa documentação, da fragilidade para o manuseio que uma parte da documentação apresentava, as más condições de armazenamento e aos ataques de insetos e fungos, muitas páginas dos manuscritos se mantiveram surpreendentemente em ótimo estado de conservação.

Dentro de algumas pastas encontramos folhas de manuscritos em perfeitas condições, principalmente as folhas internas dos inventários que estiveram ao longo do tempo mais protegidas das intempéries, somando-se ainda as características intrínsecas ao suporte de papel dos manuscritos do século XIX.

Papéis estes que poderiam ter sido produzidos no Brasil, já que apesar de caros e escassos naquele período, os trapos de algodão e linho puros contidos em seu preparo lhes conferiam melhor qualidade se comparados aos papéis que começam a ser produzidos na Europa a partir da segunda metade do século XIX, já que esses papéis utilizam polpa de madeira e soda cáustica na sua fabricação (HALLEWELL, 2005, p.204). Esse tipo de suporte de “papel de trapo” já havia sido identificado por Vicente Vale, assim como o papel de “pasta celulósica” encontrada, conforme apresentado no terceiro ponto da parte três.



Fig. 17 - Exemplo de acondicionamento e identificação dos processos. Inventário de Domiciana Maria da Conceição de 04/04/1835. Caixa 19, processo n° 30 do Cartório do 1° Ofício de Bananal. Acervo do Museu Major Novaes. Foto: Cibele Monteiro



Fig. 18 - Primeiras páginas manuscrito apresentam perda de boa parte da informação, causadas por ataque de brocas e fungos. Inventário de Domiciana Maria da Conceição de 04/04/1835. Caixa 19, processo nº 30 do Cartório do 1º Ofício de Bananal. Acervo do Museu Major Novaes. Foto: Cibele Monteiro

O bom estado de conservação de parte dos suportes dos manuscritos e a permanência da existência da documentação certamente se devem, em parte, a medidas de organização e acondicionamento para as quais o recolhimento pode ter tido uma contribuição importante, ainda que se desconheçam as condições de preservação nos locais originais antes da transferência, bem como, às propriedades inerentes ao material.

Todavia, os problemas mais recentes com a gestão do acervo, incluindo a falta de manutenção da limpeza do local e a pouca ventilação do mesmo, podem ter acarretado o aparecimento de agentes de deterioração, sobretudo biológicos, que causam instabilidades de natureza física ou química, comprometendo assim a preservação de toda a massa documental.⁵⁶

No sentido de compreender as condições ambientais de conservação dos documentos, valemo-nos dos conhecimentos e das técnicas das ciências naturais, abordando multidisciplinarmente as condições de armazenamento e gestão do acervo custodiado, a partir da caracterização química e biológica do espaço de guarda do acervo.

Para isso, instalamos um aparelho de monitoramento e registro de dados de temperatura e umidade (*datalogger*) na sala de guarda do acervo no Museu, durante a visita de setembro de 2015.

⁵⁶ Cf. (CASSARES, 2000, p.13)

Na visita de abril de 2016, foi instalado no Museu um aparelho que mede o nível de poluição atmosférica no local por um típico contaminante de origem urbana (ozônio), além disso, tivemos a oportunidade de conhecer o Arquivo Central de Cruzeiro, localizado na Av. Nesralla Rubez nº1096, onde se encontra mais da metade do acervo custodiado ao Museu Major Novaes.

Lá fomos recebidos por Anderson dos Santos, chefe do Arquivo Central e Protocolo da prefeitura desde 2008, permitiu a instalação de um aparelho de *datalogger* junto ao acervo cartorário e judicial para monitorar o ambiente e comparar com os dados recolhidos no Museu.

O ambiente era bastante arejado com grandes janelas abertas e estantes com espaço para circulação do ar. O local não possuía nenhum tipo de aparelho de ar condicionado nem desumidificação, e estava com muita sujidade, provavelmente pela proximidade com a rua e a falata de manutenção da limpeza, visto que o Arquivo estava sem funcionário para esta função.

Assim, foram analisados os dados de temperatura e de umidade relativa medidos na sala de guarda do acervo no Museu Major Novaes no período de 15/9/2015 a 24/4/2016. Medições com os mesmos parâmetros foram obtidas no Arquivo Central da cidade de Cruzeiro, no período de 27/4/16 a 26/6/2016.

As medições foram realizadas em intervalos de uma hora por meio de dataloggers automáticos da marca HOBO Onset (modelos U10-003). A avaliação da qualidade das medidas se baseou exclusivamente numa análise qualitativa das sequências registradas, ou seja, na constatação da ausência de quaisquer falhas nos registros e de variações improváveis entre uma medição e a outra.

Comparações com os dados climáticos da região foram efetuadas a partir de dados meteorológicos (horários) da estação convencional do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) de Resende, localizada a cerca de 55 km em linha de ar de Cruzeiro e a uma altitude de 440 m acima do nível do mar (Cruzeiro fica a cerca de 520 m de altitude).

4.5 DESCRIÇÃO DO MICROCLIMA NO MUSEU MAJOR NOVAES

Os valores climáticos médios para o período de monitoramento, na sala de nº 5, onde estão abrigados parte dos documentos cartorários e judiciais custodiados no Museu Major Novaes, estão expostos na Tabela 2 e representados no gráfico da Figura 19.

Período	Temperatura média (°C)	Umidade relativa média (%)	Amplitude térmica diária média (°C)	Amplitude umidade diária média (%)
15/9-26/4	25,7 (24,3)	71,2 (75,4)	1,1 (11,1)	8,1
15/9-28/11	25,0 (23,8)	69,8 (72,7)	1,2 (11,0)	9,2
29/11-11/2	26,3 (24,6)	71,9 (75,5)	0,9 (10,4)	7,0
12/2-26/4	25,9 (24,4)	72,0 (78,1)	1,1 (11,9)	8,0

Tabela 2 - Valores microclimáticos médios em três distintos períodos do ano no arquivo do Museu Major Novaes

OBS: entre parêntese estão incluídos os dados climáticos externos da estação climática do INMET de Resende

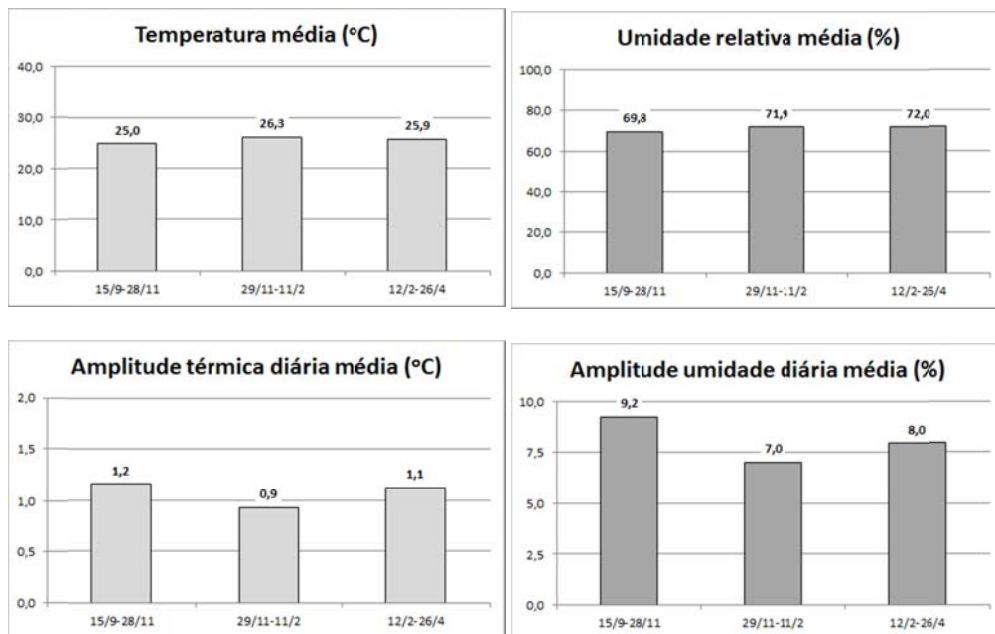


Fig. 19 - Comparação dos parâmetros microclimáticos em três distintos períodos do ano no arquivo do Museu Major Novaes

Dessa forma, podemos observar que o nível de temperatura coloca-se num patamar médio de 25,7 °C, o que pode ser considerado relativamente elevado e é essencialmente

determinado pelo clima regional em que o Museu e a cidade de Cruzeiro estão colocados: a cidade de Cruzeiro apresenta mediamente uma temperatura de 21,8 °C no intervalo de setembro a abril (<http://pt.climate-data.org/>), que no período de 2015-2016 foi de 24,5 °C de acordo com os dados da estação INMET de Resende⁵⁷. O teor mais elevado que o arquivo apresenta depende da inercia térmica de edificações com estrutura em adobe - como é o caso do pavimento inferior do casarão, conforme apresentamos no início da terceira parte da dissertação - que faz com que locais *indoor* tenham a tendência a menores quedas de temperatura noturnas e, conseqüentemente, valores médios de temperatura superiores àqueles do ambiente externo.

Contudo, e sobretudo em decorrência desse mesmo fator construtivo, o local do arquivo apresentou uma estabilidade térmica bastante expressiva, tanto no curto prazo como na escala intersazonal (Figuras 20 e 22). As flutuações diárias médias estiveram na faixa de 1 °C, com 84% do total de dados diários apresentando flutuação diária de até 1,5 °C. Na escala intersazonal, a temperatura média entre o período mais fresco foi de 25,0 °C e do período mais quente de 26,3 °C, com uma diferença de somente 1,3 °C.

O nível de umidade relativa também reflete as condições típicas da região e de um clima subtropical⁵⁸. O nível registrado no arquivo do Museu foi de 71,2 % e, também, o quadro de variabilidade mostrou uma razoável estabilidade nas diferentes escalas de tempo (Figuras 21 e 23). 77% flutuações diárias ficam na faixa de 0 a 10 unidades percentuais, com uma média de 8,1. A diferença entre as umidades relativas médias dos três períodos destacados não passa de 2,2 unidades, no entanto, cabe destacar que o monitoramento não abrangeu o período do inverno, estação em que se espera a maior queda de umidade. Mesmo assim, pode-se estimar que a umidade relativa dificilmente possa cair, no interior do arquivo, abaixo de 65-68%.

⁵⁷ Um aparelho de monitoramento foi instalado na parte externa da sala de guarda do Museu com o intuito de fazer comparações com os dados referentes à parte interna. No entanto, a alta incidência de luminosidade no local prejudicou o resultado das medições e impediu sua utilização.

⁵⁸ O Vale do Paraíba tem como características verões temperados a quentes (dependendo basicamente da altitude) e chuvosos e invernos secos.

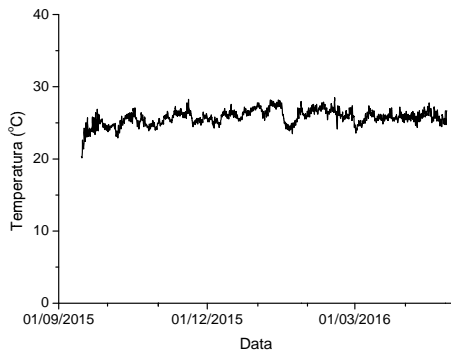


Figura 20 Valores horários do monitoramento da temperatura do arquivo do Museu Major Novaes de 15/9/2015 a 26/4/2016

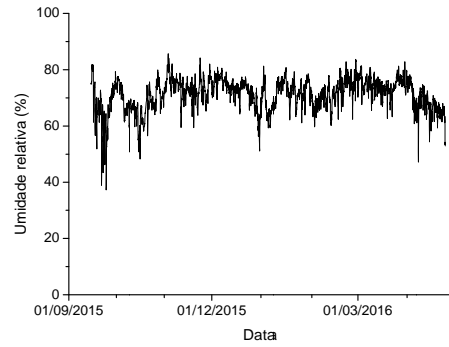


Figura 21 Valores horários do monitoramento da umidade relativa do arquivo do Museu Major Novaes de 15/9/2015 a 26/4/2016

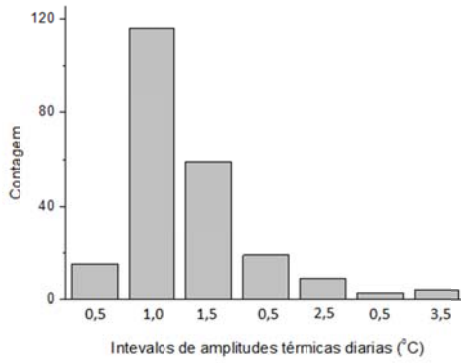


Figura 22 Frequência de ocorrência de amplitudes térmicas diárias no arquivo do Museu Major Novaes de 15/9/2015 a 26/4/2016

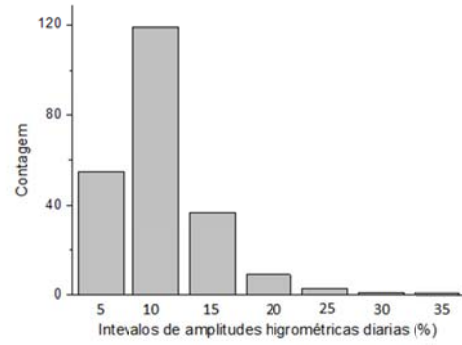


Figura 23 Frequência de ocorrência de amplitudes higrométricas diárias no arquivo do Museu Major Novaes de 15/9/2015 a 26/4/2016

4.6 DESCRIÇÃO DO MICROCLIMA NO ARQUIVO CENTRAL DE CRUZEIRO

Os dados referentes ao monitoramento da área de guarda de documentação no Arquivo Central da cidade de Cruzeiro estão reproduzidos na Tabela 3. Uma comparação com o microclima do Museu Major Novaes, a rigor, não pode ser feita já que as avaliações se baseiam em períodos diferentes e, no caso do Arquivo Central de Cruzeiro, as medidas estão restritas a um intervalo de tempo muito mais curto. Contudo, algumas ponderações podem ser tecidas a partir de uma leitura cruzada que envolva as informações do clima externo.

Período	Temperatura média (°C)	Umidade relativa média (%)	Amplitude térmica diária média (°C)	Amplitude umidade diária média (%)
27/4-26/6	22,7 (18,7)	59,7 (81,4)	1,6 (9,5)	7,3

Tabela 3 Valores microclimáticos médios referentes ao Arquivo Central de Cruzeiro OBS: entre parêntese estão incluídos os dados climáticos externos da estação climática do INMET de Resende

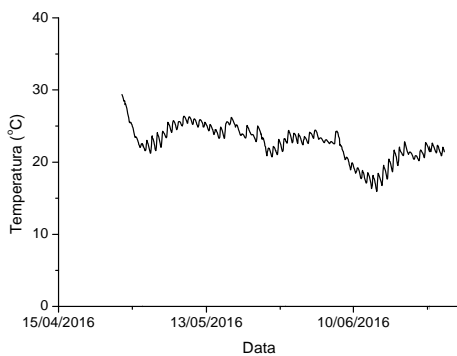


Figura 24 Valores horários do monitoramento da temperatura no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016

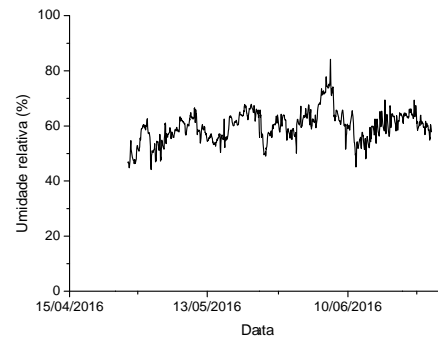


Figura 25 Valores horários do monitoramento da umidade relativa no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016

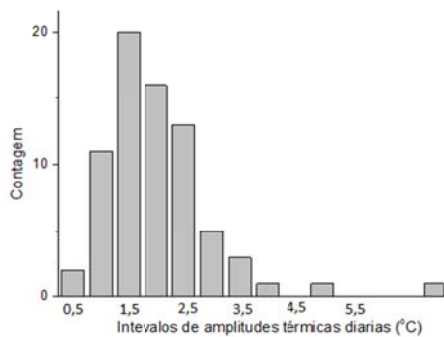


Figura 26 Frequência de ocorrência de amplitudes térmicas diárias no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016

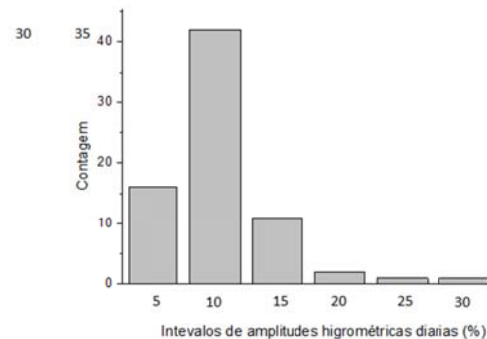


Figura 27 Frequência de ocorrência de amplitudes higroscópicas diárias no arquivo central de Cruzeiro de 27/4/2015 a 26/6/2016

No período considerado, a temperatura média alcançou um nível de 22,7 °C. Esse valor é relativamente mais baixo do que a média registrada de setembro a abril no arquivo do Museu Major Novaes, contudo ele é aproximadamente 4 °C superior à temperatura externa no mesmo período, o que leva a supor que, na verdade, esse ambiente *indoor* tenha uma maior tendência ao aquecimento que a sala de guarda de acervo no Major Novaes. Isto é, se esta tendência for confirmada para a estação mais quente, seria possível que ali nos meses de dezembro/2015 a fevereiro/2016 a temperatura tenha alcançado quase 29 °C.

No aspecto do regime térmico da área do Arquivo Central, a média das flutuações diárias foi, no período, ligeiramente mais alta do que no Museu Major Novaes (1,6 °C, com somente 67% das amplitudes restritas ao intervalo de 0 a 2 °C), ainda que as amplitudes *outdoor* tenham apresentado uma leve queda (Tabela 3 e Figuras 24 e 26). Entretanto, pode-se considerar que essa situação ainda possa constituir um resultado bastante satisfatório, se confirmado para os outros períodos do ano.

No aspecto das características higrométricas do espaço monitorado, surpreende o valor particularmente baixo da umidade relativa média (aprox. 60%), com raros episódios de umidade relativa (UR) instantânea acima de 70% e, sobretudo, frente a uma situação em que o ambiente *outdoor* registrou uma média (inesperada para o período) de 81%.

Ainda não se tem uma explicação desse resultado, que poderia estar ligado a circulação do ar promovida pela abertura das janelas e espaço entre as estantes. Primeiramente, caberia verificar se existe alguma diferença significativa entre o clima em Cruzeiro e o clima em Resende, o que não parece provável. Do ponto de vista da extensão das amplitudes diárias nas flutuações de UR, o Arquivo Central apresenta características próximas àquelas do Museu Major Novaes.

Do ponto de vista dos princípios da conservação preventiva, a situação microclimática que foi delineada, no caso do Museu Major Novaes e no Arquivo Central, tem implicações potenciais nos processos de degradação química, degradação física e degradação biológica dos materiais.

No que diz respeito à degradação química, espera-se que o aumento da temperatura e da umidade relativa da atmosfera (essa última diretamente ligada à taxa de absorção de moléculas de água pelos substratos higroscópicos⁵⁹) acelere os processos de desgaste e, nesse

⁵⁹ Materiais higroscópicos absorvem e liberam umidade com facilidade, e a partir das variações de temperatura e umidade esse material se expande e contrae, acelerando processos de deterioração e danos ao suporte e tintas do documento. Cf. (CASSARES, 2000, p.15)

sentido, as condições do Arquivo do Museu Major Novaes são desfavoráveis à manutenção da estabilidade do acervo.

A degradação biológica (biodeterioração) é propiciada pelos mesmos fatores, a maioria dos autores concorda em considerar 70% de UR, e 20 °C como patamares de segurança acima do qual o risco de biodeterioração, provocada por fungos, bactérias e insetos, se torna insustentável.

Assim, as condições microclimáticas de um espaço de conservação como o do arquivo do Museu Major Novaes podem ser consideradas inadequadas e particularmente favoráveis ao rápido decaimento do acervo, em que pese o papel da vulnerabilidade intrínseca dos materiais em função de sua composição original e de seu histórico desde sua produção.

No tocante o risco de desgaste físico, o principal fator que precisa ser controlado são as flutuações nos parâmetros microclimáticos e, no caso de materiais higroscópicos, sobretudo a umidade relativa. Cassares⁶⁰ pondera que é preferível manter os acervos em condições de umidade mais elevadas, porém estáveis, do que correr o risco de sujeitá-los ao estresse mecânico provocado por variações diárias (repetidas com frequência e que provocam um efeito de “fatiga” que enfraquece a estrutura do material) ou sazonais, as quais são tipicamente mais amplas e podem causar situações de fissuras e rachaduras.

Embora não caiba aqui uma discussão aprofundada, supõe-se que no caso do acervos documentais em que o papel e as tintas representam os principais substratos a serem preservados, o risco mais premente seja com a degradação química e biológica. Essa perspectiva fica exacerbada num contexto semi-rural como o da cidade de Cruzeiro, onde a pressão da agressão por agentes biológicos (por exemplo, os cupins) é bastante elevada.

⁶⁰ Cf. (CASSARES, 2000, p.15)

4.7 ANÁLISE DE DADOS DE CONTAMINAÇÃO QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DO AR

Para uma avaliação quantitativa do teor de contaminação atmosférica, foram analisados dois aspectos importantes e particularmente relevantes no que diz respeito à questão da conservação do arquivo e seus materiais: a presença de ozônio, um poluente de origem antrópica e ligado à pressão provocada pelo contexto urbano; e a presença de contaminantes microbiológicos, ligados às condições microclimáticas e fortemente associados com o processo de degradação de substratos a base de fibras vegetais, como o papel.

A concentração de ozônio foi monitorada no período de 27/4/16 a 26/6/2016 por meio de um aparelho específico (Ozone Monitor Model 202, marca 2B Technologies), instalado no interior do casarão que abriga o Museu Major Novaes, no piso superior. O instrumento mede a concentração do poluente químico e armazena médias horárias em sua memória. O aparelho tem sensibilidade suficiente para capturar valores de concentração de ozônio acima de 1 ppb.

A presença de contaminantes microbiológicos envolveu a contagem de unidades formadoras de colônias de fungos e de bactérias presentes no ar. Tal contagem fornece uma estimativa da quantidade total de agentes microbiológicos distribuídos no ar num determinado local no momento da coleta.

A coleta foi efetuada em triplicata no dia 24/4/2016 por meio de um aparelho de aspiração do ar (Spin Air, MAS-100A, marca IUL) acionado a uma velocidade de 100 litros por minuto. A metodologia prevê a impaction do ar em cima de placas de cultivo dos microrganismos, a incubação das mesmas a 28 °C durante 72 horas e a contagem manual das colônias em crescimento após esse tempo. A diferenciação entre fungos e bactérias se dá escolhendo específicos meios de cultura, segundo técnica padronizada.

As coletas foram realizadas na sala nº 5 onde está armazenado o acervo, numa área vazia do casarão e no ambiente externo.

A curva que descreve a evolução temporal da concentração de ozônio durante o período de monitoramento está mostrada na Figura 28.

O diagrama mostra um comportamento típico do poluente ozônio, onde sua concentração no ar sofre oscilações diárias, alcançando picos tipicamente no começo para o meio da tarde (detalhe Figura 28), mostrando sua ligação com as atividades humanas, sobretudo a circulação de meios de transporte (carros, caminhões, ônibus).

As concentrações máximas diárias atingem valores na faixa de 5 a 20 ppb, muito inferiores aos níveis normalmente registrados em cidades de maiores dimensões⁶¹, mas ainda não desprezíveis. Cerca de 10% das medidas foram superiores a 10 ppb, como está mostrado na Figura 29.

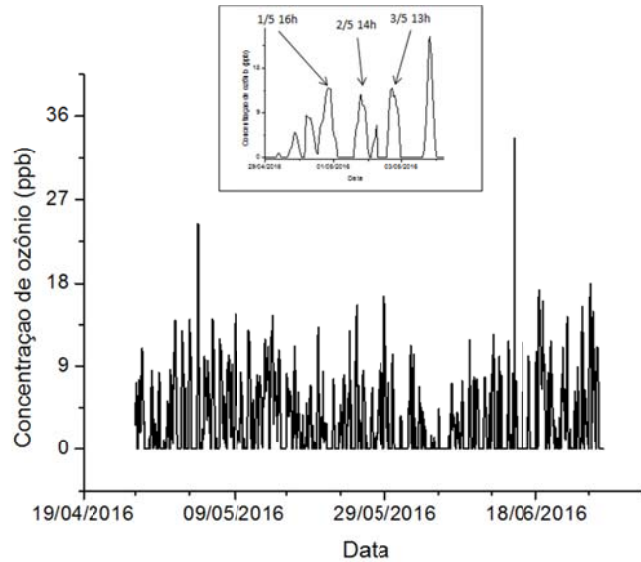


Figura 28 Curva temporal da concentração de ozônio no interior do casarão do Museu do Major Novaes de 27/4/2015 a 26/6/2016. Detalhe: ampliação das curvas nos dias 1-4/5/2016 com destaque para os horários de ocorrência dos picos de máximo.

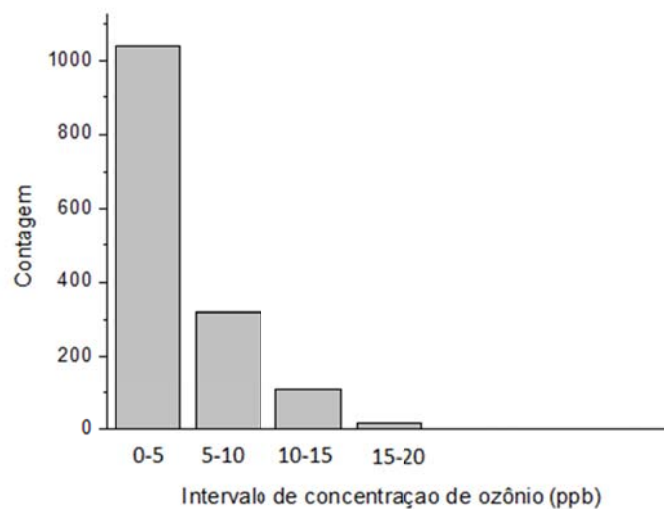


Figura 29 Frequência de ocorrência de concentrações horárias de ozônio no interior do casarão do Museu do Major Novaes de 27/4/2015 a 26/6/2016.

⁶¹ Em São Paulo, concentrações de ozônio entre 50 e 100 pp não são incomuns

Os dados de contagem de unidades formadoras de colônias presentes no ar estão resumidos nas Figuras 30 e 31.

O nível de contaminação da sala de guarda da documentação no Museu Major Novaes apresentou uma concentração unidades formadoras de colônias de fungos de 361 por metro cúbico, correspondente a cerca 80% da quantidade média presente no ambiente imediatamente externo e 134% do que foi encontrado em local interno do museu não usado para guardar o acervo. Isto é, a presença do acervo pode representar um fator de incremento do grau de contaminação, com efeito de retroalimentação da presença dos microrganismos.

Cabe destacar que a região circunstante o museu por si só já apresenta elevada concentração de fungos: na comparação com outros locais nos quais foi realizado o mesmo tipo de monitoramento (cidade de São Paulo, cidade de Campos do Jordão e área rural da cidade de São José do Barreiro), o ambiente *outdoor* do Museu Major Novaes com uma contagem de 453 é segundo somente à região rural de São José do Barreiro (594).

No caso da contaminação por bactérias, novamente o ambiente externo se compara com níveis próximos ao meio rural, contudo não parece haver um enriquecimento específico na contaminação da sala do arquivo do Major Novaes com relação a outros ambientes da edificação.

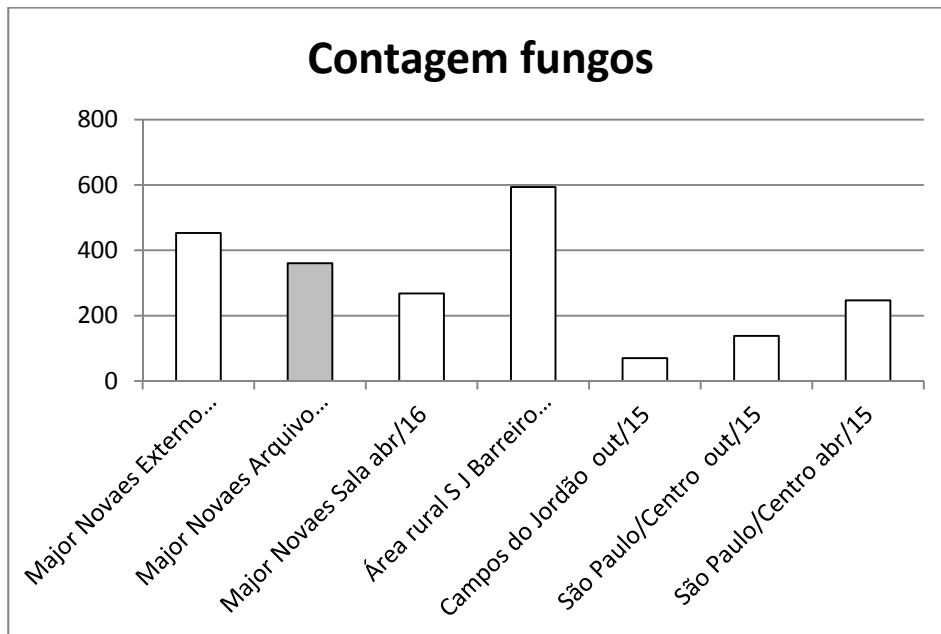


Figura 30 - Os dados de contagem de unidades formadoras de colônias de fungos presentes no ar do Museu Major Novaes no dia 24/4/2016.

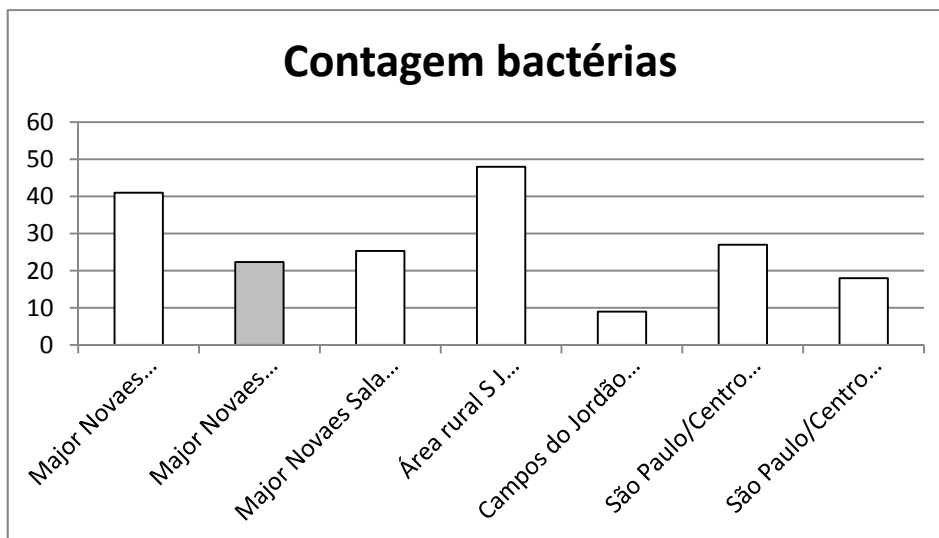


Figura 31 - Os dados de contagem de unidades formadoras de colônias de bactérias presentes no ar ar do Museu Major Novaes no dia 24/4/2016.

4.8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

O composto químico ozônio é um típico poluente urbano relacionado às atividades humanas cuja presença no interior de um local de conservação está, via de regra, associado com a penetração de ar contaminado a partir do meio externo.

Por um lado, ele apresenta um potencial de agressividade próprio sobre os materiais e sua concentração no ar deveria ser minimizada. Por outro lado, esse gás pode ser considerado um indicador do impacto da qualidade do ar externo sobre o ar no ambiente interior, sua presença indicando que outros poluentes podem estar contribuindo para prejudicar a qualidade do ar e causando danos no patrimônio material abrigado no espaço.

As concentrações que foram detectadas são certamente superior àquelas a que os arquivos estariam expostos nas cidades do fundo do Vale onde originalmente estavam guardados. Assim, pode-se dizer que a transferência para o meio urbano, ainda que num contexto relativamente pouco contaminado como a cidade de Cruzeiro, sujeita esses bens a determinada pressão associada com a agressão química do ozônio e de outros poluentes gasosos.

Claramente, formas de minimização da contaminação no ambiente interior podem ser vislumbradas tanto por meio de sistemas de absorção e filtração como mediante adequados esquemas de vedação dos vãos de circulação do ar.

Os resultados do diagnóstico de contaminação microbiológica do ar mostraram dois aspectos significativos:

- a região onde está assentado o Museu apresenta um contexto de contaminação geral intermediária entre o ambiente rural, normalmente mais afetado, e o ambiente urbano, tanto para fungos como para bactérias.
- o espaço interno onde está guardado o arquivo apresenta um grau de contaminação por fungos próximo (mas inferior) ao do meio externo, mas superior àquele de outros locais do casarão que não são usado para a guarda da documentação. Isso, aparentemente, indica que o arquivo atua num processo cíclico de alimentação na abundância de fungos no local e essa abundância, potencialmente, representa um elemento de agressão para os materiais conservados.

Numa lógica inversa àquela destacada no caso do poluentes de origem antrópica, supõe-se que o nível de contaminação dos arquivos nas cidades do fundo do Vale seja mais elevado, seguindo a lógica de que a contaminação microbiológica é inversamente proporcional ao grau de urbanização do meio.

Os relatórios de visitas técnicas de setembro de 2014 e fevereiro de 2015, produzidos pelo APESP e pelo TJSP, oferecem boas referências na elaboração de medidas de conservação de arquivos. Dois textos podem ajudar a estabelecer diretrizes de preservação como o “Procedimentos para Recolhimento de Documentos de Guarda Permanente” (APESP, 2014b) que sintetiza algumas orientações de identificação e conservação preventiva de acervos arquivísticos, definida como conjunto de ações destinadas a desacelerar processos de degradação.

No livro “Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas” (CASSARES, 2000), escrito por Norma Cassares e publicado pelo Arquivo do Estado, são apresentadas variadas formas de mitigação dos processos de deterioração de acervos arquivísticos, passível de ser atingida a partir da limpeza dos ambientes, da higienização do acervo e de seu acondicionamento. O texto apresenta, de forma objetiva, estratégias e técnicas tanto para o tratamento de higienização e acondicionamento, como também para a limpeza do espaço físico de guarda do acervo.

Para além dos conhecimentos na área de preservação de acervos, a pesquisa se valeu de publicações, acessíveis aos funcionários do Arquivo Central e do Museu e que tratam mais diretamente da questão de práticas de conservação de material de arquivo, como referências que apontam as práticas e conceitos de preservacionistas que envolvem as ações do Arquivo do Estado. Buscou-se, dessa forma, criar um paralelo entre a atual situação de conservação do acervo custodiado e as práticas tecnicamente desejáveis, partindo do ponto de vista das recomendações institucionais.

Cassares conclui que muitos dos danos causados pelos fatores ambientais podem irreversíveis ao papel ou às tintas que o compõe (CASSARES, 2000, p.15). Contudo, ela salienta que o controle passivo depende de menos recursos financeiros e independe de defeitos ou falhas de equipamentos que artificializariam o controle das condições do ambiente. Além disso, recomenda a instalação de filtros de ar e de luz direta, o monitoramento das condições de armazenamento, somadas ao treinamento da equipe do Museu com especialistas e profissionais da área da conservação e preservação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de práticas culturais que operam nos processos de concentração e desconcentração cartorária e dos autos judiciais cafeeiros da região do Fundo do Vale do Paraíba Paulista abrange, no decorrer de sua trajetória, a iniciativa de múltiplos agentes, incluindo, (entre outros) iniciativas pessoais, das prefeituras, dos arquivos dos museus e do Tribunal de Justiça.

Mesmo antes do recolhimento da massa documental aqui estudada ao Museu, as instituições que a detinham já praticavam suas formas de organizar e armazenar os processos. Em seu contexto de produção e função probatória, a massa documental foi manejada de forma diversa da que é dada pelos pesquisadores, incluindo o seu recolhimento e centralização em um único local, como pudemos observar na segunda parte da dissertação.

No entanto, muitas ações de preservação implementadas paralelamente, à revelia de leis e normativas de gestão de documentação nacionais. Apesar dos investimentos financeiros - e mesmo com a profícua produção de normas e parâmetros de gestão de arquivos - a preservação e acesso definitivo e efetivo à massa documental custodiada ao Museu Major Novaes ainda não se consolidou.

A partir da observação das condições gerais e condutas com o acervo, suas características intrínsecas - como o tipo de papel e tinta - e a partir da análise dos resultados do monitoramento das condições climáticas de armazenamento, pudemos verificar que os problemas no controle do ambiente de guarda, como poluição e fungos, por exemplo, podem ser mitigados com medidas relativamente simples com a instalação de filtros e treinamento da equipe, garantindo a conservação da materialidade do bem.

Durante a pesquisa, pudemos também compreender melhor os processos de circulação dessa documentação, à qual se atribui valor histórico desde, pelo menos, 1974. Iniciada com a pesquisa encomendada pelo CONDEPHAAT a Moura (MOURA, 2014), e empreendida em 1988 para a publicação do Guia de Fontes (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 1021-1157), várias publicações de referência acadêmica valorizaram - e se valorizaram - pela existência e conteúdo dessa documentação.

Um novo valor se atribui ao acervo documental ao ser recolhido e aberto à pesquisa acadêmica, tendo o acervo vivido um período de reconhecimento social e institucional, investindo-se recursos humanos e financeiros para garantir a sua integridade física. Ao cair em um processo de dissociação desses investimentos - em nome de um bem arquitetônico - o

acervo documental é colocado em risco, demovido de sua condição de objeto de pesquisa, e consignado a ser matéria documental sem utilização, sem valor. Apesar de o passado recente vislumbrar uma nova possibilidade de estruturação do acervo, esta ainda não se concretizou.

Sobre essa documentação já foram realizadas, portanto, todo um leque de operações de cunho administrativo e técnico, operações essas realizadas por pessoas com saberes, perspectivas e concepções de história diversos. Mesmo com o respaldo da lei e parâmetros claros de gestão, tanto as ações de valoração de um documento como as medidas e modos de formação e manutenção de uma acervo documental como o do Museu Major Novaes, parecem estar inevitavelmente submetidas às subjetividades e valores de quem age sobre ele.

A relevância de sua preservação fica mais evidente ao compararmos as relações dos cartórios e arquivos levantados nas pesquisas de Moura e do Arquivo Nacional. Com base na relação de documentos disponibilizados pelo Museu Major Novaes (tabela 1 pág. 86), bem como com base nas informações coletadas nos locais visitados, foi possível contatar que mais da metade dos acervos consultados estavam sob a custódia do Museu em Cruzeiro, como demonstrado no gráfico abaixo.



Fig. 32 - Gráfico mostra a porcentagem de documentação cartorária pesquisada entre 1970 e 1990 e sua provável destinação

Trata-se de uma estimativa que indica, com alta probabilidade, em quais instituições esses acervos de caráter judiciário no Fundo do Vale do Paraíba podem ser encontrados hoje. Além do Museu Major Novaes, a Casa de Cultura de Areias e o Museu Frei Galvão em Guaratinguetá receberam documentação de natureza cartorária, sendo citados na pesquisa e

publicação atrás mencionadas. O campo “Outros” representa arquivos provavelmente distribuídos entre Lorena e Queluz.

Essa estimativa ajuda a compreender a importância do acervo custodiado ao Museu Major Novaes tanto do ponto de vista quantitativo como de representatividade para o conjunto de documentos judiciais e cartorários ainda remanescentes do período cafeeiro no Fundo do Vale do Paraíba.

Em “Tempo Imperfeito: Uma Etnografia do Arquivo” (CUNHA, 2004, p.291) Olívia Maria Gomes da Cunha estuda documentos de pesquisa da antropóloga Ruth Landes, e questiona a ideia do arquivo como mero repositório de dados, alçando-o à condição de local de produção de conhecimento, de edição e de informações, o “resultado de procedimentos sucessivos de constituir e ordenar conhecimentos” (CUNHA, 2004, p.292).

No artigo, a autora menciona o interesse pelos arquivos como produtores de conhecimentos, de forma cada vez mais crescente, por parte de historiadores, antropólogos e arquivistas. Segundo ela, os arquivos “Não preservam segredos, vestígios, eventos e passados, mas abrigam marcas e inscrições a partir das quais devem ser eles próprios interpretados” (CUNHA, 2004, p.291).

Nessa perspectiva, o arquivo é percebido como um espaço construído a partir de técnicas de classificação, de fichas de controle e práticas conservativas que, apesar de muitas vezes naturalizadas, não deveriam deixar de ser objeto de questionamento. Cunha estava se referindo a arquivos etnográficos e a arquivos pessoais, mas podemos emprestar a reflexão que ela sugere para entender o acervo cartorário e judicial custodiado ao Museu Major Novaes.

Isso sugeriria que tal como a forma dada à documentação na gestão de Vale (1998-2008) como a sua distorção nos anos de 2008 a 2014 são construções culturais, e para passar por novas tentativas de restabelecimento a partir de 2014, novas relações culturais serão construídas. Compreender essa dinâmica é fundamental para acompanhar os depoimentos dos profissionais, bem como os documentos de apoio envolvidos com a história do acervo.

Essas construções culturais dão sentido e forma ao acervo, resultado de parcerias, conflitos e negociações. Nenhuma ação sobre ele é incólume, nem o trabalho de Vale, nem a pesquisa de História, nem esta pesquisa que se apresenta. Neste sentido, concordamos com a afirmação de Cunha ao afirmar que os acervos são “papéis transformados em documentos, mantidos em arquivos institucionais que revelam mais do que vicissitudes biográficas;

revelam vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversa” (CUNHA, 2004, p.296).

Vimos, ao longo da dissertação, o papel desses diferentes agentes. Vicente Vale, com o ímpeto de empreender a centralização; os pesquisadores, que atuam para muito além do mero consulente, agindo na deflagração da quebra da gestão; da mesma forma, esta pesquisa que ora se apresenta também não é neutra, tendo o contato com o Museu e sua documentação certamente causado algum tipo de reação.

Cunha destaca que de tudo aquilo que forma o acervo, não fosse a ordenação da instiuição arquivística suscetível ao desaparecimento e dispersão, como vimos acontecer com o acervo Museu quando este não estava sob a égide da arquivologia. A criação de inventários, catálogos e cronologias, são “procedimentos constantes de transformação” do objeto, separando esses artefatos do rol de objetos comuns, tratando-os como valorosos e passíveis de patrimonialização.

Frente a este tipo de questão, o caráter forjado “artificial, polifônico e contingente das informações contidas nos arquivos” tem suscitado debates sobre a utilização de arquivos em pesquisas acadêmicas, dado que a ação das pessoas ligadas ao acervo jucial custodiado deixa marcas em sua estrutura.

Cunha se refere, entre outros estudos, ao trabalho de Arlette Farge em “O Sabor do Arquivo” (FARGE, 2009), com reflexões e relatos sobre o arquivo de natureza judiciária consultado por Farge. Em meio aos sabores, cheiros e impressões do espaço do arquivo visitado, Farge chama a atenção para algumas particularidades do arquivo judiciário, sobretudo devido ao seu caráter de transmissor da verdade. Ainda que possivelmente mentiroso, o documento mantém relações com o real: “o real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de figuras da realidade” (FARGE, 2009, p.35).

Para Vicente Vale, a documentação representava a reunião de uma documentação sobre a história da cafeicultura no Fundo do Vale do Paraíba no século XIX, enquanto que a gestão de Cláudia Ribeiro - apoiada pelo Sistema de Museus de São Paulo - apontava na direção de um eixo condutor que colocava a história do café na região ao lado dos temas da ferrovia e a Revolução de 1932, temas caros à cidade de Cruzeiro. Estesseriam os temas da exposição permanente projetada para o Museu, conforme vimos no quarto ponto da quarta parte da pesquisa. Não cabe a esta pesquisa definir o ponto de vista certo ou errado de valorização, já que não há uma verdadeira forma de interpretação.

A preservação da matéria que compõe o acervo dependeu muito das pessoas que atuavam sobre ele, e de como enxergavam a sua compreensão e inserção na sociedade que o abriga, independentemente da sua composição química e da relação entre os componentes.

Mais do que dependente das capacidades técnicas e embasamentos teóricos dos profissionais envolvidos, uma efetiva conservação do patrimônio documental cartorário e judicial custodiado ao Museu Major Novaes passaria pela criação de políticas de preservação claras e objetivas, mas que respeitassem essas várias formas de interpretação. Para isso, seria necessário ouvir os personagens ligados ao acervo pesquisado, funcionários e pesquisadores, no sentido de discutir formas de valorizar, organizar e cuidar da documentação.

REFERÊNCIAS⁶²

ARANTES, Antonio Augusto. Documentos de História, Documentos de Cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 48-55, 1987.

ARQUIVO NACIONAL. **Guia Brasileiro de Fontes para a história da àfrica, da escravidão negra e do negro na sociedade atual: fontes arquivísticas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional Imprensa Oficial, 1988.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Visita Técnica de 26 de setembro de 2014. Relatório. Documento gentilmente cedido pelo APESP.

_____. **Procedimentos para recolhimento de documentos de guarda permanente**. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014b.

AXT, Gunter. Algumas reflexões Sobre os Critérios para a Identificação e Guarda dos Processos Judiciais Históricos. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 329-375. 2004.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. 2008. Dissertação (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

BRASIL. Lei nº 5.925 de 1 de Outubro de 1973. Retifica dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 Out 1973.

_____. Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 Mai 2012.

CAMARGO, Ana Maria. Política Arquivística e Historiografia no Judiciário. In: I SEMINÁRIO DE POLÍTICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL E HISTORIOGRAFIA. 2002, Porto Alegre. Disponível em <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/14-Ana_Maria.pdf>. Acessado em 25 jul 2016.

CAMPOS, Eudes. Prefácio. In:_____. **Arquivo Histórico de São Paulo: História Pública da Cidade**. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, Imprensa Oficial, 2011, p. 11-16.

CANCLINI, Néstor García. O porvir do passado. In:_____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2003, p.159-204.

⁶² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 (2002).

CARVALHO, Cláudia Rodrigues. O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa. In: JORNADA MUSEOLÓGICA: NOTÍCIAS DE MUSEUS-CASAS, 2001, Rio de Janeiro/RJ. **Papéis Avulsos**, n.43, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa. 2001, p.1-14.

CARRILHO, Marcos José. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.14, p59-80, jan-jun. 2006.

CARRILHO, Marcos J. **As fazendas de café do caminho novo da Piedade**. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE BANANAL. Acervo do Museu Major Novaes: Inventário de José M. Da Silva. processo nº 306, caixa 19. 1835. Inventário.

_____. Acervo do Museu Major Novaes: Inventário de José M. Da Silva. processo nº 2047, caixa 97. 1861. Inventário.

CASSAR, May. **Environmental management: guidelines for museums and galleries**. Londres: Routledge, 1995.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação: restauração de acervos em papel no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. **Ensaio Sócio-Económico de Áreas Valeparaibanas**. [...] Asa, 1984.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME). Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-proname>>. Acessado em 03/07/2016.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, Oct. 2004.

CRUZEIRO.SOLAR DOS ROSSETTI. PORTAL DAS CIDADES PAULISTAS. Webpage mantida pela OPY Editora com informações de 645 cidades do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/cid/150/atrativos.html>>. Acesso em 7 abr 2016.

FABBRI, Angelica; [et al]. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. Brodowski: Associação Cultural Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. Disponível em <https://issuu.com/sisem-sp/docs/documentacao_conservacao_acervos_mu>. Acessado em 27 out 2016.

FARGE, Arlette; trad. Fátima Murad. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo, Edusp, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Queima da História. **Folha de São Paulo**, p.2, 7 jul 1997. Editorial.

FIAMINI, Carla Fiamini. Ana Karin é convidada a assumir coordenação estadual do PRB Mulher São Paulo. **Agência PRB Nacional**, 11 abr. 2016. Disponível em <<http://www.prb10.org.br/destaques/ana-karin-e-convidada-assumir-coordenacao-estadual-do-prb-mulher>>. Acesso em 15/07/2016.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005.

LE GOFF, Jacques. Primeira Parte. In: _____. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão; Irene Ferreira & Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2010, p.21-158.

_____. Quarta Parte. In: _____. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão; Irene Ferreira & Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2010, p.387-499.

LE MOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp. 1999.

LUIZ, Edison. Processo arquivados há mais de 5 anos não vão mais ser destruídos. **O Estado de São Paulo**, p.4, 14 abr 2000.

MAIA, Tom; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Vale do Paraíba**: velhas fazendas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira**: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX. 1998. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio rural paulista: entre ação governamental e práticas sociais. In: 2º SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL – LUGARES DE MEMÓRIA, 2010, São Carlos/SP. **Anais...** São Carlos : Escola de Engenharia de São Carlos / Universidade de São Paulo, 2010. p. 1-9.

MARQUESE, R. B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 1, p.83-128, jun. 2010.

MATTOS, H; SCHNOOR, E . **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995..

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-36, 1984.

_____. A História, Cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das

Ciências Sociais. **Revista IEB**, São Paulo, n.34, p. 9 – 23, Dez. 1992.

_____. A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 7, n. 14, p. 131-142, Jan. 2003.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2009, Ouro Preto/MG. **Anais...** vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MICELI, Sergio. Sphan: Refrigério da Cultura Oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p. 44-47, 1987.

MORENO, Breno A. Servidone. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). **Fazenda de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam (1817-1915)**. São Paulo: CONDEPHAAT, 2014.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo Salles (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2015.

MUSEU MAJOR NOVAES. Relatório sobre o acervo documental sobre a cidade de Cruzeiro, Bananal, Silveiras, São José do Barreiro e Lorena. Elaborado por Cláudia Ribeiro. Documento gentilmente cedido pelo Museu Major Novaes. Fev. 2015.

_____. Ofício de requerimento de remessa de documentação da cidade de Bananal para o Museu Major Novaes. Documento gentilmente cedido por Vicente Vale. Documento gentilmente cedido pelo Museu Major Novaes. Mai. 2003.

_____. Projeto de higienização, identificação e acondicionamento dos fundos provenientes das Comarcas de Lorena, Cachoeira Paulista, Silveiras, São José do Barreiro e Bananal. Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes. Documento gentilmente cedido pelo Museu Major Novaes. 2003.

NÚCLEO DE CONSERVAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO DIFUSÃO DO ACERVO. Vistoria, 02 fev 2015. Relatório. Documento gentilmente cedido pela APESP.

O VALE. 2015. Amparada por decisão do TJ, Ana Karin reassume cargo em Cruzeiro após 1 ano e 2 meses. **Jornal O Vale**, 8 out. 2015. Disponível em <<http://www.ovale.com.br/amparada-por-decis-o-do-tj-ana-karin-reassume-cargo-em-cruzeiro-apos-1-ano-e-2-meses-1.628127>>. Acesso em 02/07/2016.

RIBEIRO, Fabia Barbosa. **Caminho da piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba Paulista - século XIX**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. São Paulo: Ed. Unesp; Imesp; Condephaat; Fapesp, 2000.

SANTOS, Marco Aurelio dos. **Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850 - 1888**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Expediente administrativo nº 2012/60180 TJSP. Processo composto documentos acerca dos autos judiciais recolhidos no Museu Major Novaes. São Paulo, 2012. 109 p.

SECRETARIA DA CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Portal online de bens tombados pelo Condephaat. [...] Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=15e0aa7b62b1c010VgnVCM1000001c01a8c0_____>. Acessado em: 30/07/2014

SISEM SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SÃO PAULO. **Plano museográfico Museu Major Novaes/ Dez 2014**. 2014. Documento gentilmente cedido pelo MMN.

_____. **Projeto museográfico Museu Major Novaes/ Jul 2015**. 2015. Documento gentilmente cedido pelo Museu Major Novaes.

SLIWKA, Ingrid Schroder. Considerações sobre a gestão documental dos autos findos. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XV, p. 32-48, jul. 2011.

TIRELLO, Regina A. As pinturas parietais de José Maria Villaronga no Sobrado Vallim, Bananal (primeira parte). **Revista Sinopses**, São Paulo, n.34, p. 84-103, Dez. 2000.

TOLEDO, Franciza Lima. Controle ambiental e preservação de acervos documentais nos trópicos úmidos. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p.71-76, Jul. 2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução Nº 637/2013: Atualiza o Programa de Gestão de Documentos Arquivísticos do TJ/SP criado pela Resolução nº 483/2009 e implanta adaptações ao Programa Nacional de Gestão Documental do CNJ- Recomendação nº 37/2011. **DJE**, 7 de Jan 2014.

_____. Conselho Superior de Magistratura. Provimento Nº 556/97: Regulamenta a destruição física de autos de processo arquivados há mais de cinco anos em primeira instância, nas Comarca da Capital e do Interior do Estado. **DJE**, 18 de Fev 2014.

_____. Instituição do PRONAME através da Resolução 616, Setembro 2008. Contratos 309/2014 CT e 342/2014 CT. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Institucional/PrimeiraInstancia/GestaoDocumental/Default.aspx?f=7>> . Acesso em 16 jul 2016.

_____. Expediente administrativo referente ao acervo de autos judiciais custodiados ao Museu Major Novaes. Processo TJSP 2012/00060180. Documentação gentilmente cedida pelo TJSP. Maio de 2012.

_____. Ofício de Angela Caniato dirigida a Fábio Pacheco Dutra, diretor de Planejamento e Normas – SPI-2 do Tribunal de Justiça de São Paulo. 22 jul. 2015. Documento gentilmente cedido pelo Museu Major Novaes.

_____. Quadro resumo. Números de Armazenagem de Processos Arquivados/TJSP. In: <<http://www.tjsp.jus.br/Institucional/PrimeiraInstancia/GestaoDocumental/Default.aspx?f=7>> /Pesquisadores/Outras Informações/Processos Arquivados em Números. Acesso em 04 jul 2016.

_____. Informações sobre a guarda de documentação judicial. In: <http://www.tjsp.jus.br/Institucional/PrimeiraInstancia/GestaoDocumental/Default.aspx?f=7> >pesquisadores>outras informações>processos arquivados em números. Acessado em 04/06/2016.